

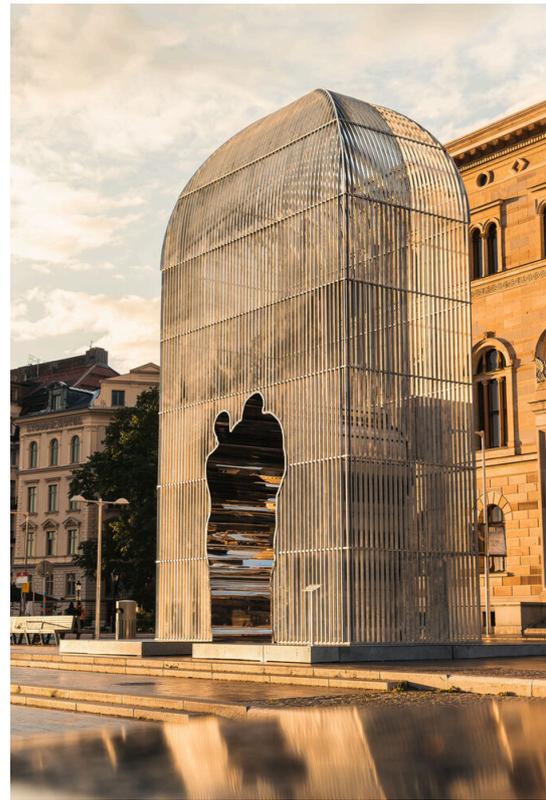
# LETRA MAGNA



• Volume 20 | Número 37 | Ano 2024 •

• Linguagem e Transformação Social •





**Arch**, do artista e ativista chinês Ai Weiwei, é uma escultura em forma de gaiola em frente ao Museu Nacional de Estocolmo. A estrutura de aço inoxidável de 12 metros de altura apresenta em seu centro silhuetas de duas pessoas segurando uma à outra, parecendo romper as barras de aço da gaiola. A obra de arte foi criada para simbolizar histórias de refugiados e é vista como uma ode à liberdade. A escultura está instalada fora da galeria nacional do *Nationalmuseum*, na península de *Blasienholmen*, no arquipélago de Estocolmo.

Segundo o artista, a peça tratava do racismo e da crise global de refugiados causada pela insegurança regional. Desde então, a obra ganhou novos significados à medida que mais crises e conflitos se desenrolam, como o isolamento e a vulnerabilidade coletiva vivenciados durante a pandemia e, mais recentemente, a guerra entre Rússia e Ucrânia.

## Editorial

A diversidade de perspectivas e abordagens nos trabalhos que compõem este número da Revista Letra Magna converge para um ponto nodal, a saber, a potência da linguagem como instrumento de transformação social e ressignificação de narrativas.

Os textos assinados por pesquisadores do Brasil e do exterior, escritos em Português, Espanhol e Inglês, exploram diferentes campos do conhecimento, desde a literatura e a história até a psicanálise e a ciência da computação. Não obstante, todos compartilham o interesse em desvelar as relações de poder inscritas nas estruturas sociais e a possibilidade de subvertê-las por meio da linguagem.

Os temas orbitam em torno da i. experiência e identidade em que os autores buscam compreender como a experiência individual e coletiva molda a identidade e como a linguagem pode ser utilizada para reconstruir narrativas identitárias; ii. poder e resistência cuja análise de discursos e da linguagem revela as formas pelas quais o poder se manifesta e como os grupos marginalizados podem resistir a ele; iii. tecnologia e sociedade ao examinar a influência das tecnologias digitais na produção e circulação de discursos, com destaque para as potencialidades e os riscos da era digital; e, por fim, iv. interdisciplinaridade por meio da combinação de diferentes áreas do conhecimento que permite uma análise mais aprofundada dos fenômenos sociais e culturais.

Dentre as contribuições dos textos deste número ressaltamos que os trabalhos demonstram a importância de descolonizar o conhecimento e de valorizar as perspectivas de grupos marginalizados, a linguagem é apresentada como uma ferramenta de empoderamento e resistência cuja potência reside em transformar realidades e construir futuros mais justos e, não menos importante, a inovação metodológica em que os autores propõem novas metodologias para a análise de dados e a construção do conhecimento.

Em síntese, que a leitura dos artigos disponibilizados possam oferecer aos nossos leitores e leitoras uma rica e complexa reflexão sobre o papel da linguagem na construção da realidade social e cultural. E que, ao explorar temas como identidade, poder, tecnologia e resistência a partir dos textos, ampliemos o debate sobre as possibilidades de transformação social e a construção de um futuro mais justo e equitativo.

 <https://doi.org/10.29327/2206789.20.37-1>

## Além de um Relato, Entre-Encruzilhadas de Saberes: Vivências Negras na Escrita Acadêmica

**Janaina de Lima Ferreira**

Mestrado em Letras, Universidade Federal de Pernambuco

Docente, Secretaria Municipal de Educação, Santa Cruz da Baixa Verde, PE, Brasil

[janinaferreira.jf231@gmail.com](mailto:janinaferreira.jf231@gmail.com) <https://orcid.org/0000-0001-6092-7914>

### Resumo

A proposta deste artigo<sup>1</sup> é construir uma reflexão sobre os caminhos teóricos, literários e minhas próprias experiências, individuais e coletivas, compartilhadas com toda a comunidade negra diaspórica. O objetivo central é tecer um relato de experiência entrelaçando teoria, literatura e minhas memórias, enquanto reflito sobre as encruzilhadas que adentrei para fundamentar minha dissertação. Espero, assim, inspirar outros(as) pesquisadores(as) a se aventurarem pelos desafios da casa racial e a desvendarem, nos rastros ancestrais, rotas alternativas para a suplantação do trauma escravocrata ou, pelo menos, para construir mecanismos que nos permitam dialogar com ele. Essa perspectiva aspira à reconstrução de um mundo onde possamos viver em harmonia com os outros e com a Terra.

*Palavras-chave:* Casa Racial; Suplantação do Trauma; Experiência; Literatura Negra.

### Abstract

The objective of this article is to build a reflection on theoretical, literary paths and my own experiences, individual and collective, shared with the entire black diasporic Community. The central objective is to weave an experience report intertwining theory, literature and my memories, while at the same time reflecting on the crossroads I entered to support my dissertation. I hope, therefore, to inspire other researchers to venture into the challenges of the racial house and to unveil, in the ancestral traces, alternative routes to overcome the trauma of slavery or, at least, to build mechanisms that allow us to dialogue with him. This perspective aspires to rebuild a world where we can live in harmony with others and the Earth.

*Keywords:* Racial House; Trauma Supplantation; Experience; Black Literature.

---

<sup>1</sup> Este artigo é fruto da introdução e do primeiro capítulo da minha pesquisa de mestrado, fomentada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que desenvolvi no programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, sob a orientação do Prof. Dr. Roland Walter. Sou grata por tê-lo como meu mentor e professor, e agora, alguém a quem tenho grande carinho. Sua escrita me instigou a desafiar-me por novas rotas na literatura negra americana.

## **Uma Breve Apresentação: Entrecruzamentos Teóricos na Literatura Negra de Conceição Evaristo e Miriam Alves**

O que há de estrangeiro em nós? O que há de África em nossas almas? O que há de Brasil em nosso corpo? O que significa viver entre/dentro da (ou na) Diáspora Negra transatlântica? O que há em nós que os espaços geográficos, ou melhor, geopolíticos não cartografam? Afinal, o que temos de ausente em nossos corpos e almas? São essas perguntas que marcaram o início do meu esforço acadêmico em investigar antigas e novas maneiras de entender os conflitos inter/transculturais, escrevíveis e transcritos do ser negro diaspórico na literatura.

Antes de continuar este relato, acho necessário frisar que não se trata especificamente de um estudo teórico-crítico. As reinterpretações, problematizações e aproximações teóricas mencionadas aqui estão contempladas na minha dissertação intitulada: *Transescrita das Escrevivências Literárias de Conceição Evaristo e Miriam Alves: vozes negras suplantando o trauma escravocrata*, defendida este ano no programa de pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, sob a orientação do Professor Dr. Roland Walter. O intuito aqui é refletir sobre as escolhas teóricas e como elas são afetadas pelas minhas vivências enquanto mulher negra na Diáspora. Além disso, essa experiência subsidia espaços epistemológicos entreabertos, ao mesmo tempo que se abre para uma espécie de “trânsito rizomático”, utilizando as palavras de Roland Walter (2008).

O objetivo era (e ainda é) investigar, por meio da “transescrita<sup>2</sup>” e da “escrevivência”, de Roland Walter (2008) e Conceição Evaristo (2020), a literatura negra como ferramenta para a (re)elaboração do trauma escravocrata e como possibilidade de regressar às “Portas do Não Retorno” (Brand, 2022). A importância equivale analisar, mediante as performances vividas por essas comunidades transescritas na literatura negra, o enfrentamento às amarras neocoloniais. Outra contribuição, e a meu ver a mais significativa, trata-se de analisar como essas produções trabalham a cura do trauma escravocrata, ainda vivido, à medida que produzem a suplantação das barreiras da casa racial.

---

<sup>2</sup> Para compreender o significado da concepção “transescritas”, recomendo o trabalho do autor e pesquisador do conceito, o Professor Dr. Roland Walter. Em particular, destaco o livro *Afro-América: diálogos literários na Diáspora negra das Américas*, escrito por ele, além de vários artigos publicados ao longo de suas pesquisas acadêmicas.

À vista desse objetivo, a escolha do corpus de análise, *Ponciá Vicêncio* de Conceição Evaristo e *Maréia* de Miriam Alves, justificou-se por serem narrativas que trabalham a formação das identidades negras por meio do retorno às origens ancestrais (africanas ou não). Esse retorno que julguei (e julgo) ser diferente dos estereótipos propagados pelos meios de comunicação de massa, os quais atuam na reprodução dos poderes neocoloniais. Assim, a defesa fundamenta-se em compreender a literatura negra como uma produção formada distante das generalizações universalizantes do corpo negro da Diáspora.

Dessa forma, analisei a “transescrita das escrevivências<sup>3</sup>” das personagens com base nas seguintes indagações: o povo negro diaspórico está preso à casa racial? As autoras, Conceição Evaristo e Miriam Alves, ao narrarem posicionam-se sobre essa casa racial? Esse retorno às memórias de um passado-presente tem relação com o que Dionne Brand descreve no livro *Um mapa para a porta do não retorno: notas sobre pertencimento?* O que (ou como) esse retorno implica na formação das identidades negras diaspóricas? Afinal, qual linguagem (ou quais linguagens) constitui a escrita literária negra? Essa escrita é marcada por uma espécie de criouliização da linguagem, conforme o pensamento crioulo de Édouard Glissant (1992)?

Para tanto, utilizei a “transescrita” de Roland Walter (2009) e a “escrevivência” de Conceição Evaristo (2020) como caminho metodológico. Escrevivência, termo cunhado para explicar o processo coletivo e vivo da literatura negra diaspórica. Ao passo que a transescrita explica a formação da literatura negra das Américas como possibilidade de cura para o trauma. Aproximei os dois conceitos através da proposta de mudança e transformação do espaço pela inscrição do corpo-terra-memória que enxergo na noção de escrevivência, interpretação que soma com as demais discussões acerca do termo.

Além do mais, escrevivência porque não pretendia (e não quero) separar inteiramente minhas experiências enquanto mulher negra na Diáspora do meu eu acadêmico. Acredito que isso contribuirá na formação/reflexão de outros caminhos epistemológicos. No entanto, ressalvo que minha pesquisa não é menos acadêmica por partir de um conflito íntimo. Ao contrário, em virtude desse conflito particular, porém

---

<sup>3</sup> Ainda, para compreender teoricamente a relação ‘transescrita das escrevivências’, que pesquisei durante o mestrado, indico a leitura do artigo fruto do segundo capítulo da minha dissertação, intitulado: *Transescrita das Escrevivências Literárias de Conceição Evaristo e Miriam Alves*. Também sugiro a leitura da minha dissertação realizada sob a orientação do Prof. Dr. Roland Walter, PPGL-UFPE, intitulada: *Transescrita das Escrevivências Literárias de Conceição Evaristo e Miriam Alves: vozes negras suplantando o trauma escravocrata*.

comum a todos da Diáspora Negra, acredito que ela fornecerá moldes alternativos dentro de uma lógica de liberdade ou pelo menos não autoritária.

Nessa lógica, o importante foi analisar como as narrativas em tempos e modos distintos estão conectadas. Podendo assim, ser uma possibilidade de pensar a casa racial para além de uma estrutura fechada e limitada à etnicidade. Construindo caminhos e conexões de dentro de seus grilhões raciais, os quais podem dialogar e se aproximar no trabalho da (re)elaboração do trauma. Logo, minha preocupação consistiu na atividade de reformular caminhos capazes de enxergar e descrever outras formas de viver dentro (e entre) da Diáspora Negra.

Além disso, problematizei e (re)interpretei a Diáspora Negra como um espaço traduzido e um agente dessa tradução, por meio da “copresença” de Mary Pratt (2008) e da interpretação de Stuart Hall (2023). Ou seja, à medida que é traduzida pelo sujeito também o traduz. Para muitos(as) pesquisadores(as), viver na Diáspora implica possuir um lugar para retornar. Contudo, conforme Dionne Brand (2022), viver na Diáspora Negra é precisamente existir no vazio do não pertencimento. Isso deveria ser um ponto bastante discutido, que a meu ver foi deixado de lado ou sucumbido pelas representações neocoloniais. Representações projetadas e dominadas pelas grandes ferramentas da globalização e modernização. Ou seja, uma propagação de uma fetichização exótica do continente africano como lar para milhares de negros diaspóricos que nunca ouviram verdadeiramente quase nada do continente africano (Canclini, 2008).

As perguntas que permearam a discussão acerca da Diáspora negra foram: o que significa viver na diáspora negra? Ela, necessariamente, significa retorno ao lar? E o que (e como) seria esse retorno, essa volta? Essas perguntas foram discutidas em diálogo com Stuart Hall (2023), Roland Walter (2008), Avtar Brah (2005), Carole Daives (2003), Dionne Brand (2022) dentre outros. Desse modo, constatei que, ao entendermos esse retorno, estaríamos um passo à frente para o árduo trabalho da (re)elaboração do trauma. No entanto, ressalvo que esse retorno não necessariamente significará a reconexão de todos os negros da Diáspora com a arte, a dança e a cultura de África<sup>4</sup>. Mas sim, um retorno para um passado-presente a fim de restabelecer conexões, avaliar os destroços e nomear para renomear, construir para reconstruir.

---

<sup>4</sup> Em vários momentos, faço uso da expressão ‘África’ para me referir à experiência do Atlântico Negro. No entanto, ressalto que esse uso não pretende resumir o continente africano como um único país, lugar ou território. Pelo contrário, a intenção é aludir ao emaranhado de experiências, culturas, línguas, costumes, cosmologias e cosmogonias que foram destruídas durante séculos de escravização da terra e do corpo negro africano.

Por essa razão, entender o retorno às origens africanas apagadas durante a escravidão, longe da lógica capitalista eurocentrada e generalizante é, na minha opinião, cada vez mais urgente e necessário. Por isso, com base em Conceição Evaristo e Miriam Alves, compreendi as narrativas construídas pelas vozes silenciadas ao longo da história como caminho que me possibilita outros olhares. Nessa lógica, a literatura negra-brasileira é um grande ponto de partida servindo como um grande museu ambulante que guarda as memórias vivas dos povos e constrói pontes ao mesmo tempo que produz rupturas. Para Miriam Alves (2010, p. 186), “os textos destas escritoras afrodescendentes revelam vários contornos de uma face-mulher ocultada, e a visibilidade dos rostos-vida é desenhada nas falas da existência”. Semelhantemente, para Conceição Evaristo (2008, p. 12), “ao reconstruir a história, sob o ponto de vista dos afro-brasileiros, o escritor busca edificar uma épica em que os heróis e os feitos estão relacionados à história do negro”.

### **Autoras e Obras: Vozes Transcritas de Conceição Evaristo à Miriam Alves em *Ponciá Vicêncio* e *Maréia***

Ao longo de algumas disciplinas que cursei durante o primeiro ano do mestrado, especificamente as disciplinas “Teorias da Colonialidade” e “Estudos Dirigidos”, ministradas pelo Professor Dr. Roland Walter, orientador da minha pesquisa e influência para meus posicionamentos e reinterpretações das teorias aqui problematizadas, escolhi com muito zelo como corpus de pesquisa duas obras que me contaminaram. Leituras dolorosas, angustiantes e tristes, mas também apaixonantes, delirantes, loucas, venenosas e sagazes. Obras que aglomeraram muitas vidas, vidas distantes e próximas, passadas e futuras, vozes que ecoaram e ecoam na formação de uma literatura negra-brasileira/americana viva.

São nas vozes e nas escritas de Conceição Evaristo<sup>5</sup> e Miriam Alves<sup>6</sup> que investiguei as redes de tensões, de afeto e de cura. Essa busca, deu-se em meio as

---

<sup>5</sup> Conceição Evaristo, romancista, poeta e pesquisadora, assume uma posição crítica frente a diversos problemas sociais que marcam toda a população negra do Brasil. Em uma participação no I Colóquio de Escritoras Mineiras, realizado em Belo Horizonte (MG) no ano de 2009, a autora afirma: “Inventei, confundi Ponciá Vicêncio nos becos de minha memória. E dos becos de minha memória imaginei, criei. Aproveitei a imagem de uma velha Rita que eu havia conhecido um dia. E ainda desses mesmos becos, posso ter tirado de lá Ana Davenga” (Evaristo, 2009, p. 16).

<sup>6</sup> Miriam Alves trabalha em sua escrita a memória esquecida de seus antepassados. Por um olhar crítico e preocupado, pensa a literatura afro-brasileira como uma produção ainda em construção. Em uma entrevista, concebida a Grazielle Frederico, Lúcia Mollo e Paula Dutra (2017, p. 290), Miriam Alves declara: “escrevo porque não dá para não escrever. É algo que está em mim”.

lágrimas e nós na garganta que se formavam durante a leitura das obras: *Ponciá Vicêncio* e *Maréia*<sup>7</sup>. Nós, que persistem em continuar e que marcam minha escrita acadêmica. Minha pesquisa, até o momento, é um exercício mais angustiante e incômodo que travei ao longo das encruzilhadas que persisti adentrar. Pois foi necessária uma volta às lembranças que evitei por muito tempo recordar. Ouvir novamente as histórias de infância foi como se eu estivesse tornando-as reais dentro de mim, travando uma guerra com os sentimentos tristes que invadiam minha alma a cada informação extra que minha avó julgava ser necessária. Ouvir ela contar que sua “vó” foi pega no mato, uma cabocla brava feito bicho, fez brotar disfarçadas lágrimas e oceanos temerosos em mim. Essas informações ainda me causam arrepios e, às vezes, misturam-se às palavras de Ponciá e Maréia.

Conceição Evaristo tem sua escrita associada à *escrevivência*, termo teórico criado pela autora, capaz de subsidiar uma experiência coletiva, instrumento de resistência da memória ancestral e de identidades. Suas obras refletem uma *escrevivência* a partir da ficcionalização da oralidade e de vivências reais compartilhadas pelos povos negros da Diáspora. A autora defende que a ideia de “*escrevivência* significa contar histórias a partir das experiências particulares, mas que remetem diversas outras realidades coletivas” (Evaristo, 2009, p. 21). Em todas as obras da autora a ancestralidade, a memória, a identidade e a vivência coletiva dos povos negros diaspóricos ganham enredo de forma poética. Conceição Evaristo reafirma a afrodescendência a partir do intimismo, da violência e da ternura, revelando ao leitor um mundo distante dos fetiches e das generalizações criadas pela “supremacia branca” (hooks, 2022, p.237).

Miriam Alves destaca que “a literatura negra, numa manifestação coletiva, surge da necessidade de escritores negros e escritoras negras serem autores e sujeitos da história” (Alves, 2017, p. 291). E diante disso, essa escrita ganha corpo e forma numa perspectiva de libertação. Na voz da autora, “liberta não só eu que escrevo, mas também os leitores negros e brancos”. No entanto, para Miriam Alves, as teorias ainda não subsidiam essa produção e nem esse sujeito negro produtor enquanto possibilidade teórica de análise. É um desafio que precisa ser enfrentado e que começou a existir apenas pela coragem e enfrentamento de escritores(as) negros(as) que confrontam diariamente o sistema

---

<sup>7</sup> Mareia é o nome da personagem protagonista e o título da obra. Para diferenciar os dois usos, escrevo o nome da personagem sem itálico e o título da obra com itálico.

excludente e se refazem como “escritores, poetas, ficcionistas, ensaístas negros a partir da trajetória que percorremos” (Alves, 2017, p. 293).

Em *Ponciá Vicêncio*, Conceição Evaristo narra as escrevivências de uma família vivendo em condições análogas à escravidão. Sobretudo, narra os caminhos percorridos pela personagem protagonista, Ponciá. Silêncio e morte sempre rondaram a vida da garotinha que miniaturava o mundo no barro. Esse barro-memória desvelava os segredos e as histórias silenciadas de seu povo. E se concretiza como herança da oralidade e memória africana que enraizou nos corpos e na terra negra das Américas. Essa marca nos remonta a Nanã, um dos Orixás mais antigos. Conforme Saraceni (2002), ela possui o poder de modelar a terra em lama e dá a essência e forma precisa para a criação do ser humano. Nanã é o início, o fim e o recomeço, que guia todos os seus filhos pela passagem da vida. Verger (2002) explica que uma das origens de “Naná Buruquê” seria em Mahi, no ex-Daomé, onde é chamado Dan.

Em *Maréia*, Miriam Alves interliga duas famílias e duas histórias pelas memórias da escravidão, que cruzam o tempo-espço no entremeio do passado-presente. Uma obra fundamentada na religião de matrizes africanas. São histórias e destinos que, mesmo depois de séculos, parecem carregar em suas entranhas os grilhões coloniais. Um está pronto para matar, e o outro, pronto para sobreviver. Esses destinos, em determinado momento da narrativa, dialogam mesmo que com poucas palavras. O diálogo mestre veio do corpo, da herança devolvida à Maréia, que marcou o regresso à porta do não retorno e persistia em reformular nossa história nos sonhos de Dona Déia e de Maréia.

É essa herança de uma memória do passado incrustada no corpo negro que analisei nas duas obras. Afinal, como essas heranças ancestrais são construídas na literatura negra-brasileira? Percebe-se que, em muitas obras dessa produção, a presença do invisível e do passado está sempre à espreita por meio da ligação entre a religião de matrizes africanas e as memórias que constroem narrativas profundamente marcadas no corpo negro. Assim, pesquisei a “transescrita” na literatura negra-brasileira de Conceição Evaristo e Miriam Alves como forma de (re)elaborar o trauma escravocrata, expresso pelas (e nas) “escrevivências” do povo negro para superar essa dor ou, ao menos, compreender outras formas de se relacionar com o mundo.

A partir disso, noto que Conceição Evaristo narra o desejo de sair da condição do corpo escravo em *Ponciá Vicêncio*, à medida que (re)elabora o desejo de retorno ao lugar que lhe possibilitou a modelagem do barro, da vida e do amor, como uma volta para

dentro de si. Alguns podem compreender esse retorno como uma característica fechada e limitada. No entanto, percebo como uma outra forma de viver diante dos grilhões neocoloniais, muitas vezes não compreendida e rotulada como atraso civilizatório. Já Miriam Alves constrói uma narrativa que, conectada ao passado e voltada para o futuro, narra os regressos necessários das personagens. É uma forma de voltar-se aos destroços da própria memória e, assim, reconstruir-se perante o que sobrou e o que pode ser reconstruído. A música, por exemplo, é um elemento presente. Maréia lê nas memórias do avô rastros que compõem novas encruzilhadas a adentrar. A autora narra uma menina-mulher quebrando os grilhões coloniais e, assim, renavegando novos e antigos mares. Corpo-alma, unidos na composição de músicas, ressignificam um passado ora triste, ora alegre, de todos os seus ancestrais. Com a performance do novo-velho imbricado no corpo e no violoncelo de Mareia, Miriam Alves reescreve parte da história e cria um futuro possível através de rastros rememorados.

De acordo com Eduardo Duarte (2020, p. 307), “essas histórias surgem desgarradas umas das outras, [...] formam, todavia, uma rede discursiva pela qual se recupera a memória de uma dor que é física e moral, individual e coletiva”. Aqui no sertão de Pernambuco, durante algumas estações do ano, assistimos os homens de nossa família partirem para o sul com o coração a transbordar de sonhos e desejos de mudar um destino cruel. Mas também assistimos, na maioria das vezes, seu regresso triste e solitário ao se deparar com um mundo distante do seu imaginário. Isso, nas palavras de Darcy Ribeiro (2015), é o sujeito negro brasileiro trasladando-se.

Ponciá Vicêncio, Doroteia e Maréia rompem com as barreiras do tempo e reconstróem, em suas memórias, um passado que as possibilita transcender e compreender o presente na construção de um futuro melhor. A ancestralidade em *Maréia* encontra-se no mar. Desde a profecia do ‘nla ooni’ até a recriação do trauma presente nas composições, escolhas e vida de Maréia. Em *Ponciá Vicêncio*, a ancestralidade é firmada pelo barro e água. Além do barro, Ponciá carrega essa ancestralidade como herança no corpo. Assim como Maréia traduz as melodias do mar no violoncelo, Ponciá transforma o barro em vida.

Desse modo, *Maréia* e *Ponciá Vicêncio*, romances nascidos por entre tempos-espacos do passado-presente e do futuro, nutrem a família, o amor e o retorno ao que se pode chamar de lar na possibilidade da (re)elaboração do trauma e na ampliação das rotas e descobertas de novas encruzilhadas. Encruzilhadas no tempo e no espaco, na

palavra e no som, nas águas e no barro e, mais importante, nas performances vivas da vida. Ao entrelaçar, na transcritas, as escrevivências de Maréia e de Ponciá Vicêncio, percebo (ou produzimos uma outra concepção de) um negro na e para além da escravidão. No Brasil, quando se volta às formas de colonização e escravização que os povos indígenas e africanos foram submetidos, percebe-se desde já a ideia da casa racial para a exploração com a formação dos “criatórios de gente” (Ribeiro, 2015, p. 96).

Essa “nova gente” forçadas a produzir identidades ambíguas, que as investiguei ao longo da minha pesquisa por meio das “tensões culturais” produzidas na “copresença” (Pratt, 2008; Hall, 2023). Quer dizer, é esse ser no processo de refazimento do ser-sendo, do ser-fazendo, do ser-existindo, do ser-escrevivendo, ou melhor, do ser transcrito nas escrevivências que compreendo (enxergo) na literatura negra-brasileira. Nas palavras de Ailton Krenak (2020, p. 28) “manobras que os nossos antepassados fizeram e me alimentei delas, da criatividade e da poesia que inspirou a resistência desses povos”. São essas manobras perpetuadas na escrita, que constitui uma literatura negra, enraizada na terra e na memória, a qual (re)escreve novos caminhos abertos sob a benção dos nossos ancestrais cantando cantigas velhas e novas a formar novos destinos.

***(Re)escrevendo Escrevivências Minhas e de Vô João: Conto Publicado no Livro  
Estórias ao redor do fogo, Organizado por Tânia Lima e Izabel Nascimento***

Tudo que interessa à palavra  
interessa ao olhar  
para precisar melhor os silêncios  
apreendo o desconhecer  
ouço a intuição pelo cheiro  
liberto os sentidos usando as cores  
dialeto meu terceiro olho  
deixo a dor me seguir até sair pelo tornozelo  
reinvento a solidão usando a lírica  
faço poema com palhetas de violoncelos  
faço verso como quem brinca  
ama dança voa medita  
não fujo de um verso nem dormindo  
(Lima, 2015, p. 35).

**Um dia de chuva, angu e estórias**

*Da noite rasgada  
os sons do mundo  
sonorizam  
a vinda da chuva!  
Águas a combinar  
lama cinzenta terra salgada  
rio de dor*

*Estrondo de vida-morte  
olhos pequenos  
embriagados de beleza  
uma beleza mestra  
que dança canta e ri  
arqueia e ginga  
na água-lama  
dá vida*

*Terra e chuva  
aromatiza o angu  
cozido à lenha!  
Pingos cintilantes  
a avivar faces tão nuas  
lágrimas negras brancas  
encarnando  
noites-luas*

*O aguaceiro doce  
a ressoar perdão  
mistura-se à terra ressequida  
formando correntes de retorno:  
espelho do mundo!  
(Ferreira, 2023, *grifo meu*).<sup>8</sup>*

Após pensar um pouco acerca do meu próprio processo investigativo enquanto pesquisadora, das autoras e das obras (meu corpus de pesquisa), escrevo um pouco das minhas memórias, uma vez que são motivações para as escolhas que tomei ao longo das minhas escrituras acadêmicas ou não, mas que estavam sempre postas em relação, em diálogo. Para justificar a relevância do meu relato, gostaria de pensar a partir de minhas próprias experiências enquanto pertencente a esse povo diaspórizado. Por isso, a

<sup>8</sup> Escrevi esses versos como se evocasse um lugar de memória, um lugar que parecia aglomerar a tristeza negra do mundo, mas que agora se torna um lugar a amalgamar as raízes de dor em rizomas de memórias. O fixo e o movido a reconstruir lembranças minhas de dor ao amor, do ódio ao perdão, da saudade à reinvenção da vida-escrita. Um lugar que se refaz nos meus locais de memória.

importância de iniciar perguntando “se determinados termos correspondem” a minha “[...] perspectiva, se não são somente reflexos do preconceito, repetidos automaticamente sem nenhuma preocupação crítica” (Nascimento, 2021, p. 53). Por essa razão, alicerço-me na escrevivência, concepção que me permite fazer a seguinte pergunta: por que minhas vivências são aspectos importantes a serem considerados ao longo deste trabalho? Considero relevante porque as angústias e outros sentimentos provocados pelas redes de tensões identitárias do viver na Diáspora nascem da exclusão, do silenciamento, da miscigenação etc. vividos por toda a comunidade.

Diante dessa indagação, reflito sobre o conto que reescrevi como subtópico para minha dissertação. O conto, intitulado “Memórias Escritas”, foi publicado no livro “*Estórias ao redor do fogo*”, organizado por Tânia Lima e Izabel Nascimento, a convite da professora Tânia Lima, membro da minha banca de qualificação. Por isso, gostaria de retomá-lo de alguma forma e refletir sobre algumas questões que foram pontos de partida para diversas problematizações que surgem ao longo deste trabalho.

Atento, neste momento, para o fato de que não apenas esse conto, mas outros foram inspirações e caminhos que me conduziram ao longo das afirmações, reinterpretações, análises, leituras e escritas. Também acredito que as estórias que ouvi de Vô João, e que agora narro, tecem encontros sensíveis e precisos entre as obras analisadas e as bases teóricas. As memórias narradas, ou melhor, transcritas, são recordações de um tempo responsável por moldar grande parte da forma que enxergo o mundo e da maneira como me relaciono com ele: pessoas, espaços, memórias, vozes entrelaçadas nas lembranças de Vô João, um bom e velho Griô, o qual rememorava um passado próximo que enfrentava ainda de forma intensa: a escravidão.

No conto, eu narro as minhas experiências marcadas pelo conflito entre as duas famílias, o qual persiste até hoje. A herança que os meus ancestrais trouxeram para o Bambá, um sertão na fronteira entre Pernambuco e Paraíba, ainda é forte. Todos aqui em casa carregam sentimentos de rancor, mágoa e traumas. Uma prova disso é como eu me refiro aos meus parentes maternos: a mãe de mãe, pai de mãe, o irmão de mãe, a irmã de mãe. É como se eu perpetuasse a barreira racial que foi estabelecida pelos colonizadores desde a época da escravidão.

Essa história começa no momento em que um parente da minha mãe se mudou da Bahia para o Bambá. Nesta área remota e sem controle do Estado, eles mantiveram a dominação sobre os negros. Então, minha mãe viveu em um contexto em que a opressão

escravagista ainda era abertamente lucrativa, sem véus. E essas pessoas escravizadas são minhas ancestrais. No conto, relato a história de amor de meus pais: uma mulher branca no Brasil e um homem negro, que vivia ainda a escravidão dia após dia. Eles precisaram se casar às pressas, desafiando suas famílias. Como resultado, minha mãe perdeu contato com seus parentes, e meu pai, juntamente com sua família, teve que deixar as pequenas e pobres casas que moravam. No entanto, apesar de todo esse conflito e tensão, penso que, ao me referir aos parentes de minha mãe, percebo que ainda há uma barreira racial que não consigo superar, a qual é alimentada constantemente. Às vezes, tento mudar a maneira como me refiro a eles, mas sinto um vazio enorme ao chamá-los de tia, tio, avó e avô, e esse sentimento dura por dias.

Aqui, nos sertões pernambucanos, temos o hábito de nos referirmos às pessoas conhecidas ou até mesmo desconhecidas usando termos que indicam algum tipo de parentesco. Por exemplo, muitas vezes me pegava pedindo a bênção a Dona Judite, uma senhora que faleceu este ano e que é madrinha de um dos meus irmãos. Em todas as ocasiões em que a via, corria e pedia a bênção: “beça, tia Judite”. Pode até parecer uma ação simples e corriqueira. Afinal, quem, aqui no Brasil, não tem uma história semelhante a essa para contar? Bom, essa semelhança não é nenhuma novidade; compartilhamos memórias, costumes e crenças com toda a comunidade.

O que me intriga e deveria interessar aos leitores deste relato é o estranhamento que sinto ao imaginar proferindo as mesmas palavras que reproduzimos por hábito e costumes aos meus parentes maternos. Embora eu goste muito da madrinha do meu irmão, nunca tive um vínculo afetivo ou uma lembrança carinhosa específica em relação a ela. Esse gesto de pedir a bênção nasceu do respeito mantido pelos mais velhos. Sentia-me na obrigação de também pedir a bênção sempre que meu irmão o fazia à sua madrinha. Como tínhamos quase a mesma idade, eu estava frequentemente perto dele. Desde pequena, eu sabia que ela não era minha tia nem minha madrinha, mas sentia vergonha de sair sem demonstrar o devido respeito que os mais velhos mereciam. Em casa, aprendemos que desobedecer às ordens ou ensinamentos resultava em punição.

Ainda, mais especificamente, esse estranhamento não se trata de nenhuma memória de violência deles diretamente comigo. Mesmo com a minha mãe, era uma violência muito camuflada que levou um tempo para que eu compreendesse. Mas também não se trata de uma reação a essas violências, porque se fosse somente isso, eu teria esse estranhamento ao chamar minha avó paterna de “vó” e a pedir a bênção, já que

tenho memórias bastante vivas de minha mãe e eu sofrendo alguma violência de tempos em tempos de vó (paterna).

Acredito que esse estranhamento surge de algumas histórias que Vô João me contava e de memórias que ele compartilhou comigo. Em suas narrativas, havia a presença de brancos matando pessoas da minha cor, explorando a terra e separando mães de filhos. O chicote e o tronco eram elementos constantes, e pessoas como nós frequentemente tinham as costas dilaceradas, semelhantes à terra recém-arada. Do outro lado, segurando o chicote, estavam sempre pessoas muito parecidas com os parentes de minha mãe. Eu sentia que chamá-los de tio, tia, vó ou vô seria trair aqueles que permaneciam em minha memória, amarrados aos troncos. Seus sangues formavam poças na terra, e enquanto ouvia essas histórias, eu misturava terra e água. Esse sentimento de infância foi se dissipando à medida que eu crescia.

Durante minha pesquisa de mestrado, me peguei pensando por que ainda não os chamo por esses termos, mesmo agora que minha mãe tem um bom relacionamento com sua família. A irmã de minha mãe, antes de eu viajar para estudar, me deu uma bolsa de costas para ajudar com as bagagens. Por que ainda soa estranho chamá-la de tia? Mesmo tendo esquecido por um longo tempo, em meu corpo e em minha memória, eles ainda permanecem do outro lado segurando o chicote. Descobri isso aos 26 anos, e foi um choque. Minha respiração ficou pesada, e passei bons minutos refletindo sobre muitos dos meus comportamentos inconscientes. Vi-me acorrentada não apenas pelas correntes que prenderam os meus antepassados, mas também por correntes que eu mesma criei. As palavras de Toni Morrison (2020) ecoaram em mim: eu era tão racial quanto a casa que me criou.

Assim, o conto que escrevi mostra os conflitos que podem ser os motivos para esse estranhamento. Porém, para além disso, o conto “Memórias Escritas” traz as histórias de esperança, conforto, amor e saudade de alguém que foi o responsável por remodelar o rancor e a dor que senti desde os meus primeiros pensamentos com lógica: Vô João. Ele me contava uma história a cada dia e eu, como uma boa ouvinte, ouvia e guardava todas em minha memória mais íntima. Suas narrativas, naquela época, eram o que me confortavam e a força que precisava para construir um caminho diferente daqueles que o mundo já havia reservado antecipadamente para a minha família e para mim.

A voz calma de Vô João era a única coisa que me dava esperança diante de uma casa pequena, quase caindo de tão velha, de um esgoto a céu aberto como lembrete da nossa indignidade, da barriga vazia ao anoitecer e ao acordar, e do pão que eu recebia às vezes pela manhã, às escondidas da minha professora, uma esquina antes de chegar à escola. Foi também, concomitantemente e de forma ambígua, a voz de Vô que me fez acreditar que eu podia escrever esse outro lado da história: um lado bonito, íntimo, de conquistas, das belezas que trazíamos de uma Terra farta e preta.

O velhinho negro de barba branca me ajudou a trilhar outro caminho e escolher perante as encruzilhadas da vida. Com suas histórias, me refazia em meio ao caos e à desumanidade, confirmando que sempre há de brotar água nos lajeiros. Foram tantas as histórias que me contou que, em determinado tempo, eu me perdia nelas e delas. Também as recusei, as escrevi e rasguei como se fosse possível arrancá-las de mim. Durante minha pesquisa, explorei muitas das histórias que ele me contava sobre a terra do sertão onde ele vivia e outras histórias das terras onde ainda resido, compartilhando a vida com meus pais. Nessa tentativa de me encontrar com algumas histórias perdidas, com detalhes que a vida me fez esquecer, fui em busca de Vó, anciã do tempo, da memória e das rezas. Nem a velhice, mãe de todos nós, é capaz de arrancar a sabedoria da vida de uma boa rezadeira.

Encontrei-me com muitos detalhes que minha memória falha havia esquecido. Uns bons, outros que talvez não quisesse reviver. Nessa busca, constatei que Vô não apenas recontava histórias, ele as construía. No seu remodelar de vida, reconstruía em palavras os momentos de loucura e caos que os perseguiram a vida inteira. Nessa volta ao passado, contei a Vó uma recordação que Vô me contou. Na minha memória estava tudo confuso. Lembrava que a história era sobre águas mágicas de um poço que havia perto da minha casa, na baixa em frente. Eu e outras crianças rodeávamos esse poço durante as brincadeiras e apanhávamos muito quando uma de nossas mães nos pegava rodeando os perigos das águas paradas.

Eu acreditava que as águas do poço eram mágicas e, por muito tempo, guardei um potinho com um pouco da água. Todas as noites, fazia uma dezena de pedidos. Recordava, de forma opaca, que Vô me contou que aquelas águas eram passagem para uma vida diferente, boa e farta. Essa vida seria livre de sofrimento, dor e fome, e só aqueles que já viveram muito e experimentaram o mundo de tal forma teriam a oportunidade de atravessá-la. Caso alguém jovem ou uma criança arriscasse atravessar

aquelas águas, ficaria preso e boiaria sobre elas. Ele me contou que um dia, quando sentisse que já vivera tudo o que o mundo queria que ele vivesse, atravessaria as águas para essa vida, boa e farta. E olharia por nós de lá, assim como estava fazendo há muito tempo.

Essa foi a recordação que minha memória guardou. Quando contei a Vó, esperando que ela soubesse mais história sobre aquele poço, seu rosto estava coberto de lágrimas. Eu a fiz recordar uma lembrança que ela enterrou no fundo de suas memórias: o dia em que Vô saltou no poço, buscando um fim, mas com desejo de encontrar um novo começo. Meu pai estava trabalhando a poucas braçadas de distância quando escutou o barulho que corpo e água fizeram ao se chocar: vida e morte. Correu, pulou no poço e tirou de lá o próprio pai com vida. Quando ela terminou de falar, lembrei no instante que, no dia em que Vô me contou essa história, ele estava com as botas molhadas. Estava chegando da escola e o encontrei sentado na ribanceira de terra no lado de baixo da minha casa. Joguei os cadernos no sofá, corri e me sentei ao lado dele. Tomei a bênção e percebi que suas botas estavam a pingar água. Perguntei o porquê e ele começou a história do poço das águas mágicas. Essa foi uma das memórias que desenterrei do coração de Vó. Depois disso, preferi investigar com meu pai, um homem de poucas palavras que, às vezes, se empolga entre uma memória e outra e me conta as amarguras de uma vida preta.

Pontuo essas memórias como o primeiro caminho que percorri para a construção da minha pesquisa de mestrado. Enxergar-me nas escrituras de Conceição Evaristo e Miriam Alves, bem como reconhecer partes da vida de Vô João em suas personagens, é uma condição singular, mas também coletiva da Diáspora Negra, que orienta todo o meu trabalho. Gostaria de registrar um pequeno trecho do primeiro conto que escrevi: “Memórias Escritas”. Essa história, em grande parte, inspirou-me a me desafiar nas palavras de Toni Morrison (2020), por entre, dentro e por vias da casa racial. Quebrar os grilhões dessa casa que me direcionava (e continua a tentar me direcionar) para apenas uma rota, uma narrativa: da dor da escravidão, da dor de ser preto, do trauma escravocrata que se personifica nos nossos corpos e almas é uma das atividades mais urgentes que precisamos fazer:

Ao proferir as palavras, o homem pediu à lua que o levasse de volta à terra que pertenceu à sua família, que protegesse seu filho na Bahia e que, quando morresse, fosse dono da calada da noite. Queria ser o caminho de volta para seus irmãos pretos, quando estivessem perdidos, assim como ele estava esse tempo todo naquela terra. A

lua admirou aquele homem da escuridão. Era lindo, um guerreiro da noite. Então, concedeu-lhe seus três desejos. Com vontade de conversar mais com o guerreiro, pediu ao sol que demorasse mais um pouco para vir. Assim, aquela noite se duplicou, transformando-se em duas, e o homem da escuridão passou horas conversando com a lua, contando as histórias que ouviu ainda pequeno e conhecendo todos os caminhos da noite. Desde aquele dia, a lua prometeu-lhe que concederia três desejos a toda sua geração que conseguisse chegar até ela. O guerreiro encontrou seu caminho de volta para casa e, quando morreu, transformou-se na calada da noite. Agora guia os seus pelas matas. Desvia as balas na escuridão do morro e ilumina o caminho das encruzilhadas da vida. Muitos dizem que ele mora na lua, por isso age à noite refazendo o caminho e as moradas dos nossos. Ouvi de vó que nossa família pertencia à geração do guerreiro da noite. Sua Bisavó, macumbeira, tinha a proteção do guerreiro, suas duas rezas mais poderosas foram dadas por ele. Era a reza do retorno e a reza que os protegia das balas. Um dia, quando eu crescesse, poderia pegar essas rezas e guardá-las na carteira, assim sempre encontraria o caminho de volta (*Kemet*) e estaria protegida dos perigos da noite. Quando parei de olhar a lua e desviei meu olhar para vó, vi o seu rosto coberto de lágrimas. Naquele momento, decidi que construiria uma escada com ele e faria os meus três pedidos. Nesse dia, ele me deu um lápis de pedreiro que tenho até hoje. Não conseguimos fazer a escada. Ele partiu bem depois desse dia e dessa história. Continuo aqui a insistir nas memórias que partilhou comigo e no amor que me ensinou (Ferreira, 2023, p. 148-149).

Partindo da minha história, dos meus conflitos identitários, do meu mundo dividido em preto e branco, investiguei rotas, caminhos e outras possibilidades de enfrentamento à casa racial que nos persegue. Essa casa, que resulta em traumas e perdas, medos e descrenças, solidão e temores que assombram a vida dupla, tripla, as múltiplas vidas negras diaspóricas. Busquei entre os nossos e em diálogo com os outros, a possibilidade de cura, uma cura escrita, transcrita, uma cura escreviente na pele, no corpo, na alma e, por fim, no papel. Escritas que possibilitam a luta e a construção de outros caminhos, escritas que aglomeraram dentro de cada negro(a) diaspórico(a). Recordações íntimas que vejo espelhadas nas escrevivências das personagens das obras *Maréia* e *Ponciá Vicêncio*, a figura do griô é um exemplo. Essas vozes sábias podem reescrever nossas histórias, rompendo com o silenciamento imposto durante séculos. Além disso, elas refazem caminhos, aprendem a escolher perante as encruzilhadas e nos ensinam a nos encontrar no nosso e no outro rosto, um refletido no outro, um reconhecendo o outro à medida que se reconhece a si próprio.

### **Movimento Circular: Algumas Considerações**

Finalizo este artigo, com uma reflexão a uma fala do teórico, quilombola, ativista, poeta Nêgo Bispo<sup>9</sup> (2020, p. 3): “falo tagarelando, escrevo mal ortografado, canto desafinando, danço descompassado, so sei pintar borrando. Esse é o meu jeito. Não me mandem fazer direito. Eu não sou colonizado”. Evoco as palavras dele para destacar a preocupação compartilhada por muitos(as) pesquisadores(as) negros(as). Essa angústia, que ressurge como um vestígio da colonização moderna, que impõe normas às produções acadêmicas centradas em sua própria visão científica. No entanto, reconheço a necessidade de subverter esse sistema para ampliar o acesso àqueles historicamente excluídos. Entendo a relevância de nos apropriarmos dessas normas para que seja possível reestabelecer conexões de encontro e diálogo. Dessa forma, seremos capazes de fornecer meios que facilitem o estudo das diversas camadas e interação sob distintas perspectivas e experiências. Destaco que a responsabilidade de criar essas ferramentas e produções não é exclusivamente nossa, mas de todos que já participam desse espaço.

Ainda, aludindo à citação de Nêgo Bispo, entendo que minha escrita carrega meu corpo, minha memória, meus movimentos desajeitados e o ‘linguajar’ que aprendi com meu avô, mãe, pai e comunidade. Ela traz vestígios das linguagens africanas, como Lélia Gonzalez aponta, incorporações de um “pretuguês”. Mesmo que eu tentasse, não poderia apagar essas marcas: os plurais mal falados, os “r” trocados e, às vezes, a separação ‘incorreta’ de sujeito e predicado. Esses moldes e expressões constituem meu modo de existir. São elementos que não posso (e não quero) apagar, pois surgem inconscientemente para me recordar de minhas origens. Essas formas e expressões não me incomodam, pois são parte das muitas identidades que me reinventam. Com isso, o intuito principal deste artigo foi desconstruir as rotas, caminhos, perspectivas, ideias, moldes e visões que são centralizados numa lógica única do pensamento dominante, universal e branco-europeu. E por isso, finalizo esta experiência refletindo sobre uma fala do Nêgo Bispo, escritor negro quilombola, ativista, um escritor da vida em convergência com o espírito da natureza.

---

<sup>9</sup> Utilizo o nome Nêgo Bispo, pois é a forma pela qual Antônio Bispo dos Santos é popularmente conhecido. Faço esse uso por acreditar que esse é o modo pelo qual consigo expressar todo o meu trabalho e esforço em adentrar espaços hegemônicos nos moldes de uma contracolonização.

## Referências

- Alves, M. (2011). A literatura negra feminina no Brasil: Pensando a existência. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, 1(3), 181-190.
- Alves, M. (2017). Escrevo porque não dá para não escrever. Entrevista concedida a Frederico G., Mollo, L. T., & Dutra, P. Q. (Orgs.). *Estudos Literários Brasileiros Contemporâneos*, 5(51), 289-294.
- Alves, M. (2019). *Maréia*. Editora Malê.
- Arruda, A. (2007). *Ponciá Vicêncio, de Conceição Evaristo: Um Bildungsroman Feminino e Negro*. [Dissertação de Mestrado, não publicada]. Universidade Federal de Minas Gerais.
- Azevedo, J. (2010). *Orixás na Umbanda*. Universo dos Livros.
- Baldo, H. G. (2017). Memórias da escravidão e ancestralidade em Ponciá Vicêncio de Conceição Evaristo. *Litterata: Revista do Centro de Estudos Hélio Simões*, 7(1), 83-103.
- Brah, A. (2005). *Cartographies of diaspora: Contesting identities*. Routledge.
- Brand, D. (2022). *Um mapa para a porta do não retorno: Notas sobre pertencimento*. A Bolha Editora.
- Canclini, N. G. (2008). *Latino-americanos à procura de um lugar neste século*, (S. Molina, Trad.). Iluminuras.
- Davies, C. B. (2003). *Black women, writing and identity: Migrations of the subject*. Routledge.
- Duarte, E. A. (2020). Escrivência, quilombismo e a tradição da escrita afrodiaspórica. In C. L. Duarte, & I. L. Nunes (Orgs.). *Escrivência: A escrita de nós — Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*, (pp. 74-94). Mina Comunicação e Arte.
- Evaristo, C. (2009). Conceição Evaristo por Conceição Evaristo. In *I Colóquio de Escritoras Mineiras*. Universidade Federal de Minas Gerais.
- Evaristo, C. (2009). Literatura negra: Uma poética de nossa afro-brasilidade. *Scripta*, 13(25), 17-31.
- Evaristo, C. (2007). Da grafia-desenho da minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In M. A. Alexandre (Org.). *Representações performáticas brasileiras: Teorias, práticas e suas interfaces*. Mazza Edições.
- Evaristo, C. (2017). *Entrevista à jornalista Juliana Domingos de Lima*. Nexo Jornal.
- Evaristo, C. (2011). *Poemas malungos: Cânticos irmãos*, [Tese de Doutorado, não publicada]. Universidade Federal Fluminense.
- Evaristo, C. (2017). *Ponciá Vicêncio*. Editora Pallas.
- Evaristo, C. (2020) A Escrivência e seus subtextos. In C. L. Duarte, & I. L. Nunes (Orgs.). *Escrivência: A escrita de nós — Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*, (pp. 26-46). Mina Comunicação e Arte.

Ferreira, J. (2023). Memórias escritas. In T. Lima, & I. Nascimento (Org.). *Estórias ao redor do fogo*. Caule de Papiro.

Glissant, É., & Obrist, H. U. (2023). *Conversas do arquipélago*, (F. Fizon, Trad.). Editora Cobogó.

Gonzales, L. (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano*. Zahar.

Hall, S. (2023). *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*, (A. G. Resende et al., Trad.). Editora UFMG.

hooks, b. (2022). *Escrever além da raça: Teoria e prática*, (J. Oliveira, Trad.). Elefante.

Karat, F. R., Nobre, I. D. N., Lopes, R. G. C., & Concone, M. H. V. B. (2019). O envelhecimento sob a perspectiva da Umbanda: O arquétipo do velho representado por Orixás e Entidades. *Revista Kairós-Gerontologia*.

Krenak, A. (1992). Antes, o mundo não existia. In A. Novaes (Org.). *Tempo e história*. Companhia das Letras.

Lima, T. (2015). *Berimbau de lata*. Sebo vermelho.

Morrison, T. (2020). *A fonte da autoestima: Ensaios, discursos e reflexões*, (O. Leal, Trad.). Companhia das Letras.

Munanga, K. (2019). *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus Identidade negra*. Autêntica Editora.

Nascimento, A. (2016). *O genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado*. Perspectiva.

Nascimento, M. B. (2021). *Uma história feita por mãos negras*. Zahar.

Prandi, R. (2000). *Mitologia dos orixás*. Companhia das Letras.

Pratt, M. L. (2008). *Imperial eyes: Travel writing and transculturation*. Routledge.

Ribeiro, D. (2015). *O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. Global.

Santos, A. B. (2020). *Início, meio, início: Conversa com Antônio Bispo dos Santos* — Entrevista concedida a Joviano Maia. Indisciplinar.

Santos, A. B. (2020). *Presenças orgânicas, invisibilidades sintéticas*. Palestra apresentada no 52º Festival de Inverno UFMG, 14 set.

Saraceni, R. (2002). *Umbanda sagrada: Religião, ciência, magia e mistérios*. Madras.

Verger, P. F. (2002). *Orixás: Deuses iorubas na África e no novo mundo*, (M. A. Nóbrega, Trad.). Corrupio.

Walter, R. (2005). Literatura comparada: Diversidades, diferenças e fronteiras de identidades culturais. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*.

Walter, R. (2008). Memória, história e identidade cultural: Maryse Condé, Édouard Glissant, Gisèle Pineau e Patrick Chamoiseau. *Revista Brasileira do Caribe*, IX(17), 85-116.

Walter, R. (2009). *Afro-América: Diálogos literários na diáspora negra das Américas*. Bagaço.

Walter, R. (2011). Édouard Glissant: In memoriam. *Interfaces Brasil/Canadá*, 11(2), 1-13.

 <https://doi.org/10.29327/2206789.20.37-2>

## O Brasileiro Comum

### Éder Cabral

Doutorado em Processos e Manifestações Culturais, Universidade Feevale

Docente, Universidade Feevale, Novo Hamburgo, RS, Brasil

[edercabral@feevale.br](mailto:edercabral@feevale.br) <https://orcid.org/0000-0002-3393-8340>

## O Brasileiro Comum

O brasileiro comum  
vive diária tensão;  
componente mais vil  
de qualquer produção.

Elemento mais barato do que a terra,  
do que o gado,  
do que as máquinas  
do que os insumos.

Tenta-se gastá-lo,  
desgastá-lo, exauri-lo,  
invisibilizá-lo,  
inviabilizá-lo.

Todo elogio é placebo.  
Todo o direito, subtraído.  
Há um excedente humano  
fabricado para trabalhar.

Mas, na ordem do dia,  
na diretriz de todos os dias,  
milhões de subocupados,  
desempregados...

Desalentados, sem salário,  
tantas pessoas transbordam  
os postos já precários  
de labor.

Lógica dominante tão velha:  
a força do trabalho,  
no seu ideal, é infinita;  
pensam eles!

Quanto mais tal potência exista,  
mais pleno e correto  
funciona o engenho Brasil;  
pensam eles!

O que é velho e retrógrado  
se conta como novidade  
no país que faz girar em falso  
o parafuso do progresso.

Azenha montada,  
para desgastar os corpos,  
com uma eficácia invejável;  
Brasil; moinho de gastar gentes.

Aquele trabalhador de sol a sol,  
edificando, construindo,  
cultivando tudo o que se planta  
para exportar.

Fabricando todos os tipos de produtos  
em indústrias, multinacionais,  
fábricas, fabriquetas;  
usinas; oficinas; confecções...

No trabalho formal ou informal,  
ou no seu empreendedorismo  
de subsistência, vive nervoso,  
sempre correndo.

Uns comprando  
produtos importados  
de baixa qualidade,  
para vender para outros...

... Trabalhadores de sol a sol,  
nas ruas, debaixo das marquises  
dos prédios centrais das urbes,  
tendo “lucro” irrisório.

Todo ambiente é mercado  
em movimento ou parado,  
nos trens, nos coletivos,  
no Uber...

... Tem brigadeiro, tem balinha,  
tem carregador, tem cabos,  
tem o rosto cansado e a espera  
do amanhã melhor.

Sempre com sorriso, com rugas;  
sinais de expressão do empenho  
da moderna e velha  
ocupação.

Esse é o cidadão comum;  
no laboratório nobre  
de atrocidades,  
não é só preto,  
não é só mestiço,  
não é só branco pobre  
que é não a mesma coisa.

E o deus brasileiro  
ex machina,  
em dezembro;  
quando, por milagre,  
poucos têm décimo-terceiro,  
canta empolgado;  
Em fevereiro, tem carnaval.

 <https://doi.org/10.29327/2206789.20.37-3>

## Dizer-ato Como Materialidade da Linguagem nas Dimensões Social e Política

### Flávia Tridapalli Buechler

Mestrado em Psicanálise, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Pesquisadora, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil

[flaviatbuechler@gmail.com](mailto:flaviatbuechler@gmail.com) <https://orcid.org/0000-0002-3327-066X>

### Gabriel Inticher Binkowski

Doutorado em Psicologia, Université Sorbonne Paris Nord

Docente, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

[binkowski@usp.br](mailto:binkowski@usp.br) <https://orcid.org/0000-0003-4908-9221>

### Paulo Eduardo Viana Vidal

Doutorado em Psicanálise, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Docente, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil

[paulovidal@id.uff.br](mailto:paulovidal@id.uff.br) <https://orcid.org/0000-0001-7897-6933>

### Resumo

Este trabalho tem como principal objetivo pôr em evidência o que se pode extrair de consequências simbólico-políticas do relatório lacaniano *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise*, redigido em 1953. A partir da proposta de uma articulação lógico-matemática entre o social e a política, lança-se luz à fala enquanto um dizer-ato capaz de furar tramas simbólicas hegemonicamente estruturadas, de modo a produzir espaços, provocar movimentos e criar articulações que possibilitem a transformação dos laços sociais. A categoria amefricanidade construída por Lélia Gonzalez (1988) materializa-se como um exemplo desse dizer-ato. Por fim, lançam-se questões para pensar a psicanálise no Brasil de modo a implicar os psicanalistas do Brasil na conceitualização das clínicas que os diferentes territórios do país exigem.

*Palavras-chave:* Psicanálise; Política; Linguagem; Nomeação; Ato.

### Abstract

This work's main objective is to highlight what can be extracted from the symbolic-political consequences of the lacanian report *The function and field of speech and language in psychoanalysis*, written in 1953. Based on the proposal of a logical-mathematical articulation between the social and politics, light is shed on speech as a saying-act capable of piercing hegemonically structured symbolic plots, in order to produce spaces, provoke movements and create articulations that enable the transformation of social ties. The category of amefricanity constructed by Lélia Gonzalez (1988) materializes as an example of this saying-act. Finally, questions are raised to think about psychoanalysis in Brazil, in order to involve brazilian psychoanalysts in the conceptualization of the clinics that the different territories of the country require.

*Keywords:* Psychoanalysis; Politics; Language; Appointment; Act.

### Introdução

Compreendemos que o relatório *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise*, redigido em 1953, apresenta um posicionamento político do autor ante um cenário de ortodoxa formação dos psicanalistas na Sociedade Psicanalítica de Paris (SPP) e a apropriação esvaziada da teoria psicanalítica pelos defensores da psicologia do ego. A formulação de um retorno a Freud proposta por Lacan visava tanto a retomada da fidelidade ao sentido dos conceitos freudianos quanto o encaminhamento de uma ciência do sujeito proposta pela psicanálise por meio do estruturalismo (Sales, 2004). A fim de atender a esses objetivos, o caminho metodológico percorrido por Lacan apresenta quatro pontos basais que sustentam a tese de que o objeto da psicanálise – o inconsciente e seus efeitos – guarda semelhanças com o objeto da linguística – o signo, seus elementos e o que eles encadeiam:

1) a linguagem é o elemento da experiência psicanalítica; 2) a linguagem é o material constituinte do homem; 3) o inconsciente é a própria estrutura da linguagem, o texto desconhecido que determina a subjetividade para além da consciência, isto é, o inconsciente é o “discurso do outro”; 4) a psicanálise, ao estabelecer seu parentesco com o paradigma científico inaugurado pela linguística estrutural, vê assegurado para si um lugar legítimo no rigor da ciência moderna. (Sales, 2004, p. 50).

Nesse sentido, a ofensiva lacaniana contra a entronização do ego no legado que Freud deixou para o mundo apresenta seu caráter político precisamente pelo reconhecimento do poder jamais esgotado da linguagem humana (Lacan, 1953/1998). Linguagem-significante, regida por uma lógica formal proposta por Lacan, e que resiste às estratégias de poder e dominação que visam a cristalizar o dinamismo da cadeia

significante, isto é, do simbólico, um dos registros que estrutura a condição contingente e incurável imposta pela existência falante, sexuada e mortal (Alemán, 2010).

Para a discussão que desejamos fomentar nos interessa pôr em evidência o segundo ponto citado, no qual Lacan sinaliza que a linguagem é o material constituinte do homem, ao qual acrescentamos: das suas relações e realidade. Assim, em que pesem todas as considerações do relatório lacaniano para pensar a clínica na particularidade de cada um, a discussão que ora propomos vai em direção às articulações possíveis deste texto com a coletividade humana. Esta que é pensada tanto a partir de sua dimensão social designada como discurso (Lacan, 1973/1985) quanto de sua dimensão política, designada desde os filósofos gregos como *pólis* – vida entre vários – e *pólemos* – conflito entre os diferentes e antagonistas.

O contexto histórico e estrutural de desigualdade e opressão da diferença em nosso país, determinado por uma economia colonial de saber, poder e gozo, somado aos discursos de ódio, indiferença e ataque à alteridade, são os fenômenos sociais e políticos que nos motivam a denunciar, no presente trabalho, os perigos aos quais incorremos ao não aceitarmos fazer a análise política de um processo histórico, contribuindo, assim, para a cronificação de estruturas de poder e o fortalecimento de gramáticas coloniais. Nesse sentido, afirmamos que o registro simbólico junto com o imaginário consiste em um campo político, no qual há conflitos e disputas entre as nomeações que os sujeitos de uma época escolhem pôr ou não em circulação nos discursos que estruturam o campo social.

Considerando que no curso da história a subjetividade foi compreendida como o lugar de implantação da dominação, “[...] cuja forma extrema é a racionalidade pensante que nos cerca desde dentro e de fora” (Rozitchner, 1989, p. 30), defendemos que o apelo à neutralidade no campo das ciências humanas resulta na renúncia às denúncias de violência e possibilidades emancipatórias que um discurso é capaz de articular. Em vista disso, ressaltamos que os discursos de neutralidade se revelam como discursos de vaidade (Lacan, 1968/2008), e estão comprometidos com a perpetuação de estratégias de silenciamento e adaptação dos sujeitos à ordem vigente.

Na contramão de como se configura o discurso científico de nossa época, nossa aposta é: se compreendermos que às ciências humanas cabe o estudo, descrição e compreensão de “[...] um problema eminentemente filosófico, que mostra a relação do homem com a verdade e com a história” (Rozitchner, 1989, p. 26-27), nos afastamos,

enquanto campo teórico e prático dos imperativos de universalização e homogeneização que objetivam o sujeito na ciência moderna.

Assim, apesar da virulenta racionalidade positivista que no campo da saúde mental está determinada a reduzir a complexidade humana à dinâmica cerebral, análise e controle do comportamento, este trabalho em psicanálise aposta no ato de resistência do sujeito ante as investidas reducionistas e de dominação. Ou seja, se o sujeito é “[...] o lugar onde se verifica e se debate o sentido da história” (Rozitchner, 1989, p. 19), ele também é a força motriz que trata de desestabilizar e romper estruturas discursivas de violência e opressão, seja no um a um da enfermidade, seja no coletivo das lutas por emancipação.

Como sugeriu Gilles Deleuze no ensaio *Quatro Proposições à respeito da psicanálise* (1979), a psicanálise funciona ao ar livre, diferente das práticas ligadas ao dispositivo e à mentalidade asilar; por isso ela carrega em si um *risco político* em relação à miríade de formações e produções do inconsciente, vendo-se incumbida de reduzi-las a uma coisa ou direção apenas, caso compactue com certa dinâmica política totalitária ou neoliberal, ou, ainda, a psicanálise pode respeitar a valência de certa linhas de fuga e optar pelo revolucionário e a novidade das formações desejanças. Isso implica, corajosamente, tomar o trabalho clínico, cultural, institucional e político sem reificar oposições como privado x público, singular x universal, individual x social, o que Doris Rinaldi (2005) coloca como uma direção para o tratamento psicanalítico em saúde mental, localizando a política no laço social e o aparelhamento pelas questões de poder e gozo nos discursos, inclusive, no próprio discurso analítico.

A praxis psicanalítica é o testemunho em nível particular e público de que o sujeito e a linguagem resistem a se fazer aparelhar. Desse modo, a psicanálise refunda no seio da ciência moderna a afirmação de que toda ciência humana é política, pois deve se encontrar sempre em situação de enfrentamento contra os significantes que fazem semblante de grande Outro e que incansavelmente tentam nos capturar como objeto de gozo. É com essa tensão que as ciências humanas trabalham o tempo todo, e os que insistem em rechaçar o caráter político de todas as decisões tomadas nesse campo são aqueles que, de alguma maneira, se beneficiam em fomentar a individualização dos fenômenos psicopatológicos e sociopolíticos, mascarando a potência do sujeito quando se põe a falar e a se articular como coletivo.

A coletividade, enquanto unidade mínima da política, é o recurso que a humanidade dispõe para apostar no que Agamben (1990/2018) nomeou como *experimentum linguae*, isto é, a experiência do pensamento puro, a experiência de uma potência, da abertura de uma possibilidade, “[...] do puro fato *de que se fale*, de que *haja linguagem*” (p. 7, itálico do autor). Experiência que não tem a ver com metalinguagem e não se resume a uma experiência de ser falante sob a forma de um Estado ou de uma Nação (Agamben, 1990/2018).

Em vista disso, o sujeito em *experimentum linguae* é capaz de ensejar experiências emancipatórias, fundar novos significantes e abrir caminhos para a oferta de lugares discursivos dentro de uma conjuntura social e política deveras alienante dos processos de subjetivação.

Assim, a fim de que a “posse da linguagem” (Agamben, 1990/2018) para a produção da fala não nos seja expropriada, nem esteja predeterminada por estruturas históricas de violência e opressão, como também subsumida ao deserto simbólico capitaneado pelo discurso da ciência positivista, lançamo-nos à pergunta: quais consequências simbólico-imaginário-políticas são possíveis de se articular a partir do que foi exposto no relatório lacaniano de 1953, e que efeitos elas podem produzir no campo social?

Com essa hipótese acerca das consequências simbólico-imaginário-políticas desse relatório para o campo social, objetivamos pôr em causa, evocar, uma outra figura do saber (Lacan, 1970/1992). Posto que nos importa, primordialmente, sustentar que enquanto sujeitos em coletividade, a depender do uso e da relação que estabelecemos com a linguagem e a fala, as possibilidades para a produção de experiências emancipatórias podem surgir ou não.

Por fim, é por meio do ensino de Lacan que este trabalho se ocupa de mostrar a potente função evocativa da linguagem, e a “posse” dela para fazer nascer a fala, ressaltando, precisamente, o que a fala enquanto dizer-ato coletivo é capaz de estruturar no campo social.

### **Linguagem-Significante: Nomeação e Consequência Política**

Em *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise* (1953) podemos compreender que o ato de nomear é um dizer-ato que corporifica alguma coisa ausente, posto que a linguagem humana tem uma materialidade que, apesar de sutil, faz corpo, e

por isso não pode ser considerada imaterial (Lacan, 1953/1998). Tal como podemos observar no texto do relatório, Lacan refere que a linguagem, enquanto objeto simbólico, consiste na materialidade sobre a qual a experiência do sujeito se constitui. Essa afirmação endossa a descoberta freudiana acerca das incidências do inconsciente no mundo humano, à medida que este, por se estruturar como uma linguagem, põe em evidência o impacto do objeto simbólico na constituição do sujeito e do laço social.

Esse impacto se refere à função de intimação da fala, pois dar nome equivale a fazer existir, já que “[...] é o mundo das palavras que cria o mundo das coisas” (Lacan, 1953/1998, p. 277). É por meio dessa operação languageira e a partir da materialidade do objeto simbólico que a nomeação corporifica, torna visível uma presença feita de ausência ou um fato encoberto de esquecimento.

Nessa lógica, ao nomear, é possível aos sujeitos fundar um lugar no laço social para os problemas de uma época, fazendo-os aparecer no discurso e ante o olhar dos sujeitos desse laço, o que não é sem efeitos para a mobilização de contranarrativas capazes de empreender ações políticas contra a perpetuação de estruturas de violência, ou seja, extrair consequências simbólico-políticas para a existência humana.

Em vista disso, a partir da linguagem humana e sua articulação como discurso, como aquilo que faz laço social e produz vínculos, os sujeitos podem inventar novas formas de “saber fazer com” o que até o momento da nomeação se caracterizava como “inexistente” ou natural, e assim podem transformar, promovendo descontinuidades em processos históricos demasiadamente cristalizados (Alemán, 2010).

A título de exemplo, a nomeação da categoria gênero demonstra o que se pode extrair de impacto simbólico-imaginário-político da operação languageira, categoria que permitiu uma abertura para pensar a sexualidade fora do registro biológico (Segato, 2016), dizer-ato que afirma a condição indeterminada do corpo humano e que possibilita a invenção de contranarrativas de resistência frente à ideologia patriarcal que ousa se estabelecer como único fundamento possível para a organização social.

Contudo, também se faz necessário destacar o que há de paradoxal no campo da linguagem humana, ao passo que é por meio dela que produzimos discursos que possibilitam abertura, movimento, liberdade e coletividade, bem como discursos de fechamento, paralisia, servidão e individualismo. Esta ambiguidade é possível porque a linguagem humana se articula por meio de cadeias significantes que se definem pelos valores que os seus signos adquirem por sua relação uns com os outros, e não pelo

código ou sistema de sinalização que aparece na linguagem de outras espécies do reino animal (Lacan, 1953/1998).

Em outras espécies, a comunicação possui uma “[...] correlação fixa entre seus signos e a realidade que eles expressam” (Lacan, 1953/1998, p. 298), o que é possível apenas através da predominância dos instintos na vida destes animais. Por exemplo, uma abelha jamais terá dúvidas do que outra abelha lhe comunicou, tampouco entrará em angústia por supor não ter compreendido a mensagem corretamente. Já na espécie humana, o atravessamento das marcas da linguagem-significante constitui um corpo que é antes pulsional que instintivo. Com isso, observamos uma ordem simbólica complexa que não se reduz à mera comunicação de comandos, ideias ou sentimentos, e, ainda, testemunhamos o advento do sujeito do inconsciente, radicalmente singular em meio aos seus semelhantes.

Tal problemática ganha relevo na atualidade particularmente nas searas dos debates sobre gênero, poder, psicanálise e as experiências transidentitárias. Eduardo Leal Cunha (2021) traça uma genealogia das transformações, idas e vindas da relação entre a psicanálise, seus conceitos e seus praticantes em relação às dissidências de gênero, pautando, sobretudo, o incômodo sentido por muitos psicanalistas com o tom combativo e mesmo agressivo de certa militância, cujo discurso aponta para uma forte invariabilidade histórica de patologização de experiências dissidentes de gênero. Ou seja, a própria patologização é uma forma de rebaixar a valência simbólica de um discurso ao imputar-lhe uma espécie de caução desde o seu ponto de partida: ele não é legítimo, pouco importando a legitimidade de sua enunciação. Isso, assim, invalida a própria experiência singular do sujeito da enunciação e nos coloca, psicanalistas, diante desses impasses de nossa relação com a linguagem naquilo que exercemos ao enunciar, mas também nas tramas de gozo e poder que galgamos ao assentir com a enunciação de outrem. Ora, há dessemelhanças em como diferentes tratam a linguagem e em como nela podem experimentar desejo e inconsciente.

Esse caráter paradoxal da linguagem humana a qualifica como claudicante, pois o sujeito tropeça no que diz ao querer dizer outra coisa, colocando em cena outra figura do saber que está para além da consciência: “O sujeito vai muito além do que o indivíduo experimenta ‘subjetivamente’: vai exatamente tão longe quanto a verdade que ele pode atingir” (Lacan, 1953/1998, p. 266).

O sujeito do inconsciente, sujeito da linguagem-significante, não é capaz de se constituir como totalidade, já que para a nossa espécie o código instintivo não assegura uma comunicação exata, tampouco uma vida sem mal-estar (Freud, 1930/2010). A função da linguagem-significante está mais além da informação porque seu efeito é constitutivo. Com isso, temos que o seu objetivo “[...] não é informar, mas evocar” (Lacan, 1953/1998, p. 301) o sujeito e os discursos estruturantes do social.

Observado o efeito existencial da linguagem humana, faz-se indispensável que qualquer problematização de fenômenos sociais leve em consideração o que ela apresenta de paradoxal, evitando assim a potencialização de discursos que aludem empreitadas ideológicas. Discursos que historicamente se colocam a serviço daqueles que vão deter o monopólio do poder econômico e político, governar conforme os seus caprichos, e dificultar rupturas nas lógicas binárias, como, por exemplo, entre oprimido e opressor. Para tanto, há que se considerar o valor de uso da linguagem humana, ou seja, a linguagem enquanto formação discursiva que tece realidades e se sustenta sobre discursos e fantasias imaginárias, tal como são a realidade psíquica e a realidade política (Acosta, 2017).

Assim, se o ato de nomear incorre em consequências simbólico-políticas de materialização de existências, é sobre o valor de uso que tem a nossa linguagem que nós intervimos. Considerando-a como qualquer outra fabricação do mundo humano, devemos intervir onde ela se caracteriza como instrumental, isto é, como uma realidade discursiva que está sempre conformada a determinados propósitos políticos (Orwell, 2021). De acordo com o autor, trata-se de um uso enraizado em um “desejo de impelir o mundo em certa direção, de alterar a concepção dos outros quanto ao tipo de sociedade que deveriam almejar” (Orwell, 2021, p. 13). Em outras palavras, nossa condição falante, sexuada e mortal nos impossibilita qualquer enunciação neutra.

Ante o exposto observa-se que a linguagem é capaz de tecer e rasgar o tecido da realidade humana, produzindo a um só tempo desamparo e pertencimento. Mas o reconhecimento dessa qualidade não é natural e passa pela potente distinção psicanalítica entre o Real e a realidade humana, distinção que considera a não totalidade da linguagem-significante, produtora da falta-a-ser (Lacan, 1970/1992) e do fundamento ausente (Alemán, 2010), a partir do qual é sempre possível viver, sofrer e (re)inventar os enlaces e as realidades do mundo humano.

Nestes termos, não pode cair no esquecimento o fato de que a realidade humana tem caráter contingencial, ou seja, é uma realidade incompleta e temporal. O que há no ponto de partida não assegura nenhuma linearidade e determinação durante o percurso, sendo por isso passível de mudança através dos incidentes vividos, do acaso e da criação do novo que intervêm no processo histórico, seja ele particular ou coletivo (Voltolini, 2019). Assim, nenhuma realidade, por mais consistente e dominante que seja, deve ser considerada como definitiva (Alemán, 2010).

### **Tramas do Poder e Amarrações Sociais do Brasil**

O cenário brasileiro revela, em nível social e político, a repetição de sintomas que são estruturais à colonização das culturas, à escravidão, à desapropriação territorial e ao genocídio, processos que caracterizam a violenta e recalcada história que fundou o país (Souza, 2021). Por séculos encontramos em nosso território os nefastos efeitos da incidência dos marcadores sociais de raça e gênero, ambos resultantes de invenções discursivas datadas historicamente.

De acordo com Stavrakakis (2007), os discursos materializam-se em ideologias constituídas no nível simbólico e sustentadas por fantasias. Com isso, a invenção dessas discursividades de raça e gênero contribuem para o exercício da dominação, da extração de direitos fundamentais e de valor não reconhecido e não remunerado de determinados sujeitos (Segato, 2012).

Não raro, por exemplo, testemunhamos ações de racismo contra corpos negros que sofrem direta e indiretamente os ataques de uma ideologia baseada na crença de que existem diferentes raças humanas, das quais há uma que é superior às outras. E, ainda, ações sustentadas pelo patriarcalismo, ideologia que preza pela concentração do poder no homem através do constante exercício de controle e silenciamento dos corpos femininos e da expressão de outros gêneros (Butler, 2019).

Contribui para a perpetuação dessa herança racista e segregacionista no país a manutenção de um laço social fagocitado pela lógica individualista do mercado capitalista, norteadas por uma racionalidade instrumental que sustenta retóricas de inclusão (Severiano, & Benevides, 2011). De acordo com os autores, os discursos que sustentam essa lógica induzem a pensar que o individualismo capitalista é o único caminho político capaz de fazer valer os princípios de democracia e de liberdade dos sujeitos, artimanha

que encobre um processo histórico e contínuo de dominação já que se trata de uma inclusão que podemos nomear como “programada”.

Na esteira da crítica a essa racionalidade que é antissocial, mas não apolítica, também encontramos o realismo capitalista denunciado por Fischer (2020) como a única forma possível de se contar a realidade em nossa época, fato que demonstra o uso estéril da fala e sua alienação em gramáticas cristalizadas, à medida que “todo mundo parece estar falando a mesma língua” (Rodrigo Luiz Cunha Gonsalves, comunicação pessoal em abril de 2023).

Queremos expor com isso que há muito tempo uma economia colonial de saber, poder e gozo trama estruturas de poder que produzem amarrações sociais e políticas de tal modo que, por vezes, acredita-se que nada mais pode ser feito, que à sociedade brasileira resta resignar-se à linearidade das estruturas postas, isto é, aos discursos que determinam e cristalizam um lugar para os corpos negros, femininos e periféricos – se considerarmos também o marcador territorial.

Essas retóricas são discursos que na prática empobrecem o imaginário e a linguagem humana, produtoras, portanto, da intensificação de desigualdades, restrição do poder político às elites, aumento da disparidade no acesso à educação e outros direitos básicos que possibilitam uma vida com dignidade, livre da dependência estatal e de maior exposição à violência. Tal como nomeia a filósofa política Judith Butler (2015), trata-se de um projeto político de precariedade induzida sobre determinados corpos. Desse cenário, não podemos esperar nada para além da reprodução de discursos e ações políticas que recusam ativamente em reconhecer as diferentes e mais sofisticadas formas de presentificação das estruturas de violência, opressão e dominação em nosso tempo.

Embora essa seja uma das realidades instauradas no Brasil, atualmente, a partir da aliança entre sujeitos que, em coletividades, tomam posse da linguagem, observamos que a polifonia ganha as ruas do país e parece recuperar um devir político em nossas falas, dizeres que são atos e que têm tomado corpo na luta contra as repressões sistemáticas que governam o campo social brasileiro. Esses levantes dispõem de contranarrativas e mobilizam ações que têm se mostrado como alternativas para a produção de novos enlaçamentos, movimentos capazes de desobstruir caminhos que por muito tempo foram apresentados como inacessíveis.

Como mostra Patrícia do Prado Ferreira Lemos (2014), esses mesmos enodamentos entre gozo e poder vêm sendo reatualizados diante das transformações

discursivas e associativas, portanto, do laço social, que transparecem a partir das virtualização das relações, das redes sociais e das novas formas de militância, ação pública e reconhecimento. Isso indica, para a psicanálise, no Brasil, um segmento de pesquisa referente às transcrições estruturais nas modalidades virtuais de organização das redes de poder, discurso e política.

### **Efeitos Simbólico-Políticos: Um Caso Brasileiro**

A linguagem-significante faz corpo, e no seu dizer-ato, faz nascer falas que mobilizam ações. Podemos considerar que esse processo inaugura uma intersecção entre as dimensões social e política. Queremos reafirmar com isso que a fala, enquanto dizer-ato, extrai consequências simbólico-políticas potentes que ensejam transformações sociais. Pensá-la de modo interseccional implica reconhecer que ela guarda uma função que é comum aos campos do social e da política, ou seja, que faz parte, atravessa e interfere a um só tempo estes dois campos.

A interseccionalidade à qual nos referimos é de ordem matemática. Quando, a partir de uma formalização, conseguimos manipular figuras de modo a aproximar conceitos e funções, nos é possível fundar um espaço novo que é formado pelo que há de comum nas duas dimensões que o compõem. Nessa lógica, que se baseia na teoria dos conjuntos, o aparecimento da interseção funda um terceiro espaço entre as dimensões social e política, sem que elas desapareçam e salvaguardando o que as diferencia.

Os efeitos que se decantam dessa operação lógica demonstram que não há união natural do campo social com o campo da política, especialmente porque a política se inscreve em um regime de ordem, que pode ou não ser de dominação, já o social, quando não engessado discursivamente, consiste no campo das resistências à ordem, estas que, como dito anteriormente, estão sempre em jogo nas realidades humanas. O que então se torna possível é a aproximação artificial dos campos para o surgimento de um lugar outro, de um espaço novo a ocupar.

Em outras palavras, trata-se de um espaço no qual podem surgir novos lugares de fala que não sejam estruturados por hierarquias históricas de poder, tal como acertadamente denunciou Djamila Ribeiro (2019). Nessa perspectiva, esse novo lugar, produto da interseção, põe em evidência a realização de uma articulação lógica entre o social e a política que não é sem efeitos, precisamente porque transformações sociais

não ocorrem sem transformações discursivas. O fio que tece a trama social é o fio da palavra falada, materializada como corpo e pelos corpos que a enunciam.

Quando um corpo coletivo estrutura uma fala organizada, vai às ruas, ocupa lugares e se manifesta publicamente, ele também funda um lugar para si de visibilidade no social (Butler, 2019). Quando uma coletividade aparece ela não se faz apenas notar, ela faz tremer lugares de fala historicamente organizados desde uma hierarquia que estabelece uma escala de valor entre os humanos (Ribeiro, 2019).

Nesse sentido, consideramos que a coletividade é uma modalidade de testemunho da experiência política da fala, uma experiência que elabora ideias e enseja ações que estremecem as bases da ordem discursiva dominante, mobilizam redes de apoio, potencializam engajamento social e decolonizam a língua para tratar as reproduções sistemáticas de que padece a sociedade de um país. Se considerarmos que a partir da linguística, a língua é “o conjunto das convenções envolvidas na comunicação, sejam elas regras, elementos fonéticos ou valores” (Sales, 2014, p. 51), quando nos referimos à decolonização da língua pretendemos sinalizar sobre a força dos efeitos do dizer-ato que fura esse conjunto de convenções cristalizadas nos sentidos.

Em termos lacanianos, é sendo “praticantes da função simbólica” que podemos nos situar “[...] no cerne do movimento que instaura uma nova ordem” (Lacan, 1953/1998, p. 285), sem a pretensão de torná-la absoluta. Ser praticante da função simbólica é trabalhar no sentido de “[...] parir a fala para romper o discurso” (Lacan, 1953/1998, p. 317), considerando a fala como um “dom de linguagem”, habilidosa que é em suas realizações.

A título de exemplo, a brasileira Lélia Gonzalez, intelectual com formação em história, filosofia, antropologia e psicanálise, marcou a história do Brasil e do Movimento Negro no país com seus escritos, falas, presença e mobilização política. A intelectual foi porta-voz dos efeitos nefastos do racismo, do colonialismo e do imperialismo na formação e organização da sociedade brasileira, denunciando a precariedade de nossa democracia e o caráter formal e retórico de nossa Constituição Federal ante a afirmação de que todos são iguais perante a lei. A fim de denunciar a denegação do racismo no Brasil por meio de um véu ideológico do branqueamento, e de dar testemunho das influências da língua e da cultura africana na história do país, Gonzalez (1988) introduziu no vocabulário brasileiro a categoria amefricanidade.

Com a categoria amefricanidade, Gonzalez (1988) instaura descontinuidades e produz torções no discurso hegemônico. Dizer-ato que mobiliza coletividades e que dá corpo à história de origem do Brasil que não pode ser silenciada. Essa invenção não é sem consequência simbólico-política. Lélia Gonzalez não só abre caminhos para a mobilização de novos discursos, pois a partir dessa nomeação a autora engendra reconhecimento e pertencimento para sujeitos que sistematicamente são excluídos do país que construíram. Nesse sentido, trata-se de testemunhar que uma nomeação não mobiliza apenas a gramática e os discursos, nomear, enquanto dizer-ato, também mobiliza outras formas de ser e estar, de ocupar a vida e o Brasil:

O termo *amefricanas/amefricanos* designa toda uma descendência: não só a dos africanos trazidos pelo tráfico negreiro, como a daqueles que chegaram à AMÉRICA muito antes de Colombo. Ontem como hoje, *amefricanos* oriundos dos mais diferentes países têm desempenhado um papel crucial na elaboração dessa *Amefricanidade* que identifica, na Diáspora, uma experiência histórica comum que exige ser devidamente conhecida e cuidadosamente pesquisada. (Gonzalez, 1988, p. 77, itálico da autora).

As implicações políticas e sociais desta intelectual para um Brasil livre das estruturas de violência e opressão não param por aí. Em *Por um feminismo afro-latino-americano*, Gonzalez (2020) demonstra como o sistema capitalista patriarcal-racista transforma diferenças em desigualdades, e assume um caráter triplo de discriminação e segregação no qual as mulheres ameríndias e amefricanas são as mais impactadas. E, embora encontremos na literatura a nomeação dessas mulheres como subalternizadas, a autora faz questão de pôr em evidência a potência política que coletivamente essas mulheres mobilizam para a sobrevivência familiar, a educação dos filhos e o cuidado de umas com as outras (Gonzalez, 2020). De novo, outros enunciados, outras formas de ser e estar, de ocupar a vida e o Brasil.

Sem deixar de reconhecer dizeres-atos de outros autores e autoras, mas enfatizando a ousadia dessa intelectual brasileira ao criar outras gramáticas para a decolonização da língua, fica evidente que a fala e o discurso de Lélia Gonzalez resultam em um “saber fazer com”, ou, ainda, um saber desfazer modalidades sistemáticas de saber, poder e gozo que governam a história e a sociedade brasileira.

O legado de Lélia Gonzalez alçou o feminismo afro-latino-americano enquanto categoria política que leva a questão racial, de classe social e de gênero onde quer que este discurso seja enunciado, e é precisamente por isso que consideramos essa mulher como um exemplo de potência que demonstra a discussão que aqui propomos sobre a importância da interseção da fala enquanto articulação lógica das dimensões social e

política. Aqui remetemos às discussões de Lélia Gonzalez sobre os mecanismos discursivos de denegação do racismo e das possibilidades epistemológicas dos saberes de povos oprimidos/dominados: com efeito, teorias como as de miscigenação, da assimilação e mitos como o da *democracia racial* constituem simulacros de intersecção, prometendo promover as diferenças quando, na verdade, o poder discursivo e o aparato jurídico-legislativo envolvido costuma ser o da retirada da legitimidade dos modos de ser e existir, de sofrer e se expressar, de descrever e nomear, dos grupos dominados, tornando-os subalternos e pouco dignos de uma dita verdadeira humanidade (Jardim, Rosa, & Binkowski, 2023).

### Considerações Finais

Este trabalho teve como principal objetivo extrair o que se decanta do relatório laciano *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise* (1953) a partir do que nomeamos como consequências simbólico-imaginário-políticas da articulação lógica entre as dimensões social e política. No percurso da escrita somamos às referências psicanalíticas a referência ao Brasil e à Lélia Gonzalez com a categoria amefricanidade, que nos serviu de exemplo e de materialização do objetivo aqui proposto.

Em vista do conteúdo exposto, fica aberta para nós a questão de como a psicanálise no Brasil, por meio dos psicanalistas do Brasil, escolhem se engajar ou renunciar ao jogo social e político das nomeações. Nesse sentido, finalizamos com as perguntas que aparecem com a escrita deste trabalho, e também as compartilhamos, de modo a provocar os leitores a seguirem produzindo sobre esse tema: Quais gramáticas os conceitos psicanalíticos ensejam? Quais categorias psicanalíticas possibilitam uma articulação lógica entre o social e a política? E, ainda, de que modo o campo social pode se servir dessas categorias?

Por fim, lembramos que não devemos deixar que o discurso psicanalítico no Brasil seja capturado pelas ciladas coloniais que estão sempre à espreita no laço social. Só assim, pensamos, será possível conceitualizar e formalizar, ao menos a partir da Psicanálise, as clínicas que os diferentes territórios do Brasil exigem, bem como responder às interpelações que os sujeitos desses territórios nos dirigem: “Quem tá na rua sabe [...], a gente é, apesar de vocês! O que eu quero saber é: a que serve para a periferia a presença da psicanálise lá?” (Perifanálise, comunicação coletiva em novembro de 2023).

## Referências

- Acosta, J. G. (2017). *Polis y psique – Ensayos sobre teoria política y psicoanálisis*. Ediciones Cátedra Libre.
- Agamben, G. (2018). *Experimentum linguae – A experiência da língua*. (C. Oliveira, Trad.). Circuito.
- Alemán, J. (2010). *Para una izquierda lacaniana*. Grama Ediciones.
- Butler, J. (2015). *Quadros de guerra*. Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2019). *Corpos em aliança e a política das ruas: Notas para uma teoria performativa de assembleia*. (F. S. Miguens., Trad., 2ª ed.) Civilização Brasileira.
- Cunha, E. L. (2021). *O que aprender com as transidentidades: Psicanálise, gênero e política*. Criação Humana.
- Deleuze, G. (1979). Quatro proposições a respeito da psicanálise (P. V. Vidal, Trad.). In C. S. Katz (Ed.). *Psicanálise, poder e desejo*. Ibrapsi.
- Fischer, M. (2020). *Realismo capitalista: É mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?* (R. Gonsalves, J. Adeodato & M. Silveira, Trad.). Autonomia Literária.
- Freud, S. (2010). O mal-estar na civilização. In Freud, S. *O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)*. Obras completas (P. C. Souza, Trad., v. 18). Cia das Letras. (Obra original publicada em 1930).
- Gonzalez, L. (1988). A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, 92/93(jan./jun.), 69-82.
- Gonzalez, L. (2020). Por um feminismo afro-latino-americano. In Rios, F., & Lima, M. (Orgs.). *Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaio, intervenções e diálogos* (pp. 127-138). Jorge Zahar.
- Jardim, R.; Rosa, M. D., & Binkowski, G. I. (2023). Racismo epistêmico e secularização religiosa na psicanálise: entraves éticos para a formação de psicanalistas brasileiros. *Humanidades & inovação*, 10(4), 66-80.
- Lacan, J. (1968/2008). Mercado do saber, greve da verdade. In Lacan, J. *Seminário, livro 16: de um Outro ao outro* (V. Ribeiro, Trad.). Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1973/2003). Televisão. In *Outros escritos*. Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1985). Aristóteles e Freud: A outra satisfação. In Lacan, J. *O Seminário, livro 20: Mais, ainda (1972-1973)*. (M. D. Magno, Trad.). Jorge Zahar. (Obra original publicada em 1973).
- Lacan, J. (1992). *O Seminário, livro 17: O avesso da psicanálise (1969-1970)*. (A. Roitman, Trad.). Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1998). Função e campo da fala e da linguagem em Psicanálise. In Lacan, J. *Escritos*. (V. Ribeiro, Trad.). Jorge Zahar. (Obra original publicada em 1953).
- Lemos, P. P. F. (2021). *O sujeito e o gozo escópico na sociedade contemporânea conectada*. [Tese Doutorado, não publicada]. Universidade de São Paulo.

Orwell, G. (2021). *Por que escrevo e outros ensaios*. (C. Marcondes, Trad.). Penguin-Companhia das Letras.

Rinaldi, D. (2005). Clínica e política: A direção do tratamento psicanalítico no campo da saúde mental. In S. Altoé, & M. M. de Lima (Orgs.). *Psicanálise, Clínica e Instituição* (pp. 87-106). Rios Ambiciosos.

Ribeiro, D. (2019). *Lugar de fala*. Pólen, Kindle Edition.

Rozitchner, L. (1989). *Freud e o problema do poder*. (M. M. Okamoto & L. G. Braga Filho, Trad.). Escuta.

Sales, L. S. (2004). Linguagem no discurso de Roma: Programa de leitura da psicanálise. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20(1), 49-58.

Segato, R. L. (2012). Gênero e colonialidade: Em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *E-cadernos*, 18, 106-131.

Segato, R. L. (2016). Contra-pedagogias de la crueldade. *Facultad Libre* [áudio podcast]. <https://open.spotify.com/episode/2TB6tyzcpoTW5w3l1nhXQo>

Severiano, M. F. V., & Benevides, P. S. (2011). A lógica do mercado e as retóricas de inclusão: Articulações entre a crítica frankfurtiana e a pós-estruturalista sobre as novas formas de dominação. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 11(1), 56-102.

Souza, J. (2021). *Como o racismo criou o Brasil*. Estação Brasil.

Stavrakakis, Y. (2007). *Lacan y lo político*. Prometeo.

Voltolini, R. (2019). A falta (in)comum. III Jornada do Nuppec: Como viver junto(s)? *Rede Multivídeos SEAD-UFRGS* [Canal YouTube]. <https://www.youtube.com/SEAD>

 <https://doi.org/10.29327/2206789.20.37-4>

## Horizonte Político-Epistemológico em Pesquisa Social

**Rubens Lacerda de Sá**

Doutorado em Linguística Aplicada, Universidade Estadual de Campinas

Pesquisador, Educational Research Centre, Hamk University of Applied Sciences, Finlândia

[rubens.pro.br](http://rubens.pro.br)      <https://orcid.org/0000-0003-2555-0079>

### Resumo

Considerando os crescentes processos de vulnerabilizações na sociedade contemporânea, entendo ser consenso a urgência de pensarmos em pesquisas sociais que sejam ontologicamente orientadas. Desta maneira, objetivo neste ensaio uma reflexão a partir da Filosofia da Ciência e da Filosofia Crítica com vistas a pensar em horizontes político-epistemológicos no ato de pesquisar com o fito de contribuir para o reconhecimento social por humanidades vulnerabilizadas.

*Palavras-chave:* Pesquisa Social; Políticas; Epistemologia; Ciência; Ontologias.

### Abstract

Considering the growing processes of vulnerabilisation in contemporary society, I understand that there is a consensus on the urgency of thinking about social research that is ontologically oriented. Therefore, the aim of this essay is to reflect on the Philosophy of Science and Critical Philosophy with a view to thinking about political-epistemological horizons in the act of research with a focus on contributing to social recognition for vulnerabilised humanities.

*Keywords:* Social Research; Policies; Epistemology; Science; Ontologies.

## Horizonte Epistemológico

Procusto. Atena. Teseu. Mitologia Grega. Enquadramento.

....

Os termos acima sintetizam a triste saga das personagens dessa narrativa mitológica grega (Ménard, 1997). Teseu executa Procusto usando sua própria arma após a tentativa malograda de Atena de convencê-lo a parar com o massacre de inocentes.

Procusto acreditava ser um justiceiro. Para ele, a humanidade não deveria ser caracterizada pela diversidade e pelas diferenças, pois todos deveriam ser iguais e ajustados ao mesmo padrão e enquadre. Para atingir esse objetivo, atraía suas vítimas

para sua casa e as convidava a ocupar sua cama. Quando se deitavam, o que sobrava de seu corpo, fosse a cabeça ou os pés, eram cortados a fim de se encaixar nos moldes da cama! Assim, para ele, todos seriam iguais e conformados ao mesmo molde, teriam o mesmo tamanho e modelo, não havendo diferenças aparentes.

Em uma linha de raciocínio similar, após entender do que se tratava a Matrix, Neo pergunta a Morpheu o porquê seus olhos doíam e Morpheu responde por dizer:

Porque você nunca os usou, Neo; seus olhos vêm somente o que você já conhece e acredita ser real.

Tanto para Neo, no filme *The Matrix*<sup>10</sup>, quanto para Procusto, na narrativa grega, a realidade era distorcida, irreal e os fazia crer e agir segundo parâmetros que acreditavam ser reais e verdadeiros, entretanto, isso não significa que visavam aos melhores interesses da sociedade como um todo. Por conseguinte, entendo<sup>11</sup> que, do ponto de vista epistemológico e político, ocorre o mesmo no que tange à pesquisa social. É sobre isso que pretendo discorrer neste ensaio. Em outras palavras, quero dizer que para que uma pesquisa seja socialmente orientada e atinja os objetivos a que se propõe, ela deve ser epistemologicamente concebida com esse caráter social somado ao político.

Deve-se levar em o conta seu caráter sócio-ontológico quando se realiza uma investigação para não incorrer no perigo de tentar enquadrar o fenômeno que se investiga em uma Matrix ou cama procustiana tolhendo quaisquer possibilidades de interação transdisciplinar cuja meta derradeira é beneficiar a todos os atores envolvidos. Ou seja,

[...] os teóricos tendem a se apegar quase que espiritualmente às suas correntes, o que os tornam irredutíveis à compreensão de outras visões e noções que não sejam identificadas às suas formas de pensar. Esses templos teóricos, em sua defesa de fé, caem na mesma tentação: uma resposta definitiva e final para o seu problema de pesquisa. Com isso, acabam por limitar seu objeto aos recortes homogêneos, estabilizados, estanques, atômicos, centrados em campos e corpus delimitados, nos quais as respostas, se não são óbvias, são esperadas, para justificar os supostos potenciais de cientificidade que afirmam deter (Miranda, 2016, pp. 123, 124).

Ciente disso, para evitar cair nessa armadilha epistemológica é fundamental que o ponto de partida e a postura da investigação sejam sócio-ontológicos e alinhados à

---

<sup>10</sup> Primeiro filme da trilogia *The Matrix*, dos irmãos Larry e Andy Wachowski (1999; 2003a; 2003b).

<sup>11</sup> Epistemologicamente opto por redigir este texto na primeira pessoa do singular, pois quaisquer proposições para a concepção de conhecimento são construídas de modo subjetivo e são ontologicamente orientadas (Sá, 2021).

filosofia científica popperiana e à autonomia freireana. Ademais, a base de sustentação que constitui essa postura sócio-ontológica deve ser sempre perpassada pelo viés crítico. Vale ressaltar que, pelo epíteto crítico, entendo que não se trata apenas de uma tentativa de descrever ou explicar a realidade social. Antes, adiro à proposta da Escola de Frankfurt e à plataforma foucaultiana que ressaltam a necessidade do movimento de trazer à superfície as ontologias com o fito de antagonizar essa realidade. Por fim, essa dinâmica propiciará, em alinhamento com a perspectiva marxista e freireana, que se desenhem possibilidades de calibragem, mudanças e transformação dessa realidade para o benefício e promoção de justiça aos que a terra condena (Fanon, 1961).

Ainda sobre criticidade, Teun van Dijk (2015, p. 15) nos alerta destacando que seria de se esperar que o “estudo de questões e problemas sociais fosse uma tarefa normal das ciências sociais, mas esses estudos tradicionais não são inerentemente ‘críticos’”. Logo, qual pesquisador social<sup>12</sup>, a base epistemológica de sua investigação científica deve ser almejar e contemplar “uma perspectiva e atitude, uma maneira especial de fazer pesquisas sociais relevantes” (p. 15) e transformadoras nessa perspectiva.

Ao abordar uma das obras de Gloria Anzaldúa (2012), Sá (2017) destaca que essa autora desenvolve, nessa obra, a noção de *consciencia de la mestiza* que se articula ao conceito de fronteira. Em vez de transmitir uma ideia de limites, rigidez e guetorização, esse posicionamento social é problematizado por Anzaldúa que a assume como um local de abertura, de flexibilização e de possibilidades de novos encontros e produção de novas epistemologias sem anulação das originárias. Isso se opõe ao conceito de harmonização e uniformização procustiano cujo objetivo derradeiro é desconectar e apagar as diferenças e a diversidade do ser humano por meio de forças hegemônicas (Garcia-Canclini, 2015). Neste contexto, é totalmente factível aderir à proposta de Anzaldúa quanto à postura e ao posicionamento sócio-ontológico-epistemológico em pesquisas.

Nessa mesma direção, trago à baila a filosofia da ciência de Karl Popper (1902-1994) que atrelo ao conceito de utopia. Esclareço, contudo, que por utopia não me refiro àquela imaginada por Thomas Morus (1516) cuja formulação acabou se tornando simplista, dicionarizada, alegórica e carnavalesca como parte de um projeto irrealizável, uma quimera ou uma fantasia de ordem ou renovação social, política, econômica ou ideológica. Há quem pense em utopia nesses termos e se refira a obras tão diversas como A República (Platão, c. 380 a.C.), Utopia (Thomas Morus, 1516), A Cidade do Sol

---

<sup>12</sup> Ver Sá (2020 p. 20-22) para uma discussão sobre o construto pesquisador social.

(Tommaso Campanella, 1602), O Capital (Karl Marx, 1848) e A Utopia Moderna (H. G. Wells, 1905). Antes, adoto por utopia o conceito proposto por Michael Lowy:

Utopia são aquelas ideias, representações e teorias que aspiram uma outra realidade, uma realidade ainda inexistente. Têm, portanto, uma dimensão crítica ou de negação da ordem social existente e se orientam para sua ruptura. Deste modo, as utopias têm uma função subversiva, crítica e revolucionária. (2002, p. 13)

Portanto, penso que toda pesquisa deve ter um caráter utópico no sentido que empresto de Lowy, ou seja, ‘uma dimensão crítica e de negação da ordem social existente e [que] se orienta para sua ruptura’. Esse é o sentido da obra de Anzaldúa (2012) e o que persigo em minhas pesquisas. Alio essa visão de utopia ao fazer científico nos termos lowynianos que demandam do pesquisador social um posicionamento e uma postura de especulador atento, inquiridor, analista, ator, propositor e interventor ativo.

Para Popper (1972, p. 307), essa tarefa envolve sofrimento, pois o cientista social de base utópica deve estar disposto a “não participar do jogo científico ao expor suas ideias à eventualidade da refutação”. Em outras palavras, para as pesquisas nessa dimensão epistemológica e com a ruptura em mente, paradigmas precisarão ser rompidos e novos deverão ser concebidos ou reconfigurados; conceitos deverão ser achocolhados, teorias estabelecidas questionadas e, quiçá, refutadas; enfrentamentos e embates serão inevitáveis. Porém, é assim que mais avanços científicos serão viabilizados.

Os que não estão dispostos ao enfrentamento, à ruptura, à insubmissão, à refutação, aos não utópicos lowynianos, Popper chama de cientistas normais e não os encara em luz favorável. Sobre esses, ele diz:

A ciência “normal”, no sentido de Kuhn<sup>13</sup>, existe. É a atividade do profissional não revolucionário, ou melhor, não crítico: do estudioso da ciência que aceita o dogma dominante do dia; que não deseja contestá-lo; e que só aceita uma nova teoria revolucionária quando quase toda a gente está pronta para aceitá-la – quando ela passa a estar na moda, como uma candidatura antecipadamente vitoriosa a que todos, ou quase todos, aderem. Resistir a uma nova moda exige talvez tanta coragem quando criar uma (1979, pp. 64, 65).

Ao olhar para as atividades científicas e para a produção acadêmica atual em diferentes campos de estudo, e mais especificamente relacionadas ao escopo das minhas pesquisas, pergunto-me, de forma bastante autocrítica, se o que temos feito não é apenas

---

<sup>13</sup> Kuhn, T. S. (2006). *A estrutura das revoluções científicas*, (B. V. Doeira, Trad.). Perspectiva.

‘ciência normal, da moda, não crítica, dogmática, incontestada’, parafraseando Popper. Indo mais adiante, percebo que é preciso olhar de modo mais crítico e assertivo para averiguar se o que se pleiteia qual objeto de nossas investigações, contribuem *ipso facto* para o benefício e o bem-estar pleno de todos os atores que se envolvem e participam do processo investigativo; se o caráter sócio-ontológico é o primordial ou se outros interesses como, por exemplo, os econômicos, não se interpõem em nossas pesquisas e desvirtuam os objetivos iniciais impedindo, assim, que os alcancemos.

Evadir-se dessa postura conscientemente autocrítica implicaria no risco de converter-se no cientista normal kuhniano criticado por Popper (1979) e que, segundo o filósofo, não merece crédito e honrarias da sociedade. Ele lamenta:

A meu ver, o cientista “normal” é uma pessoa da qual devemos ter pena. Acredito, e muita gente acredita como eu, que todo o ensino [...] devia consistir em educar e estimular o aluno a utilizar o pensamento crítico. O cientista “normal” foi mal ensinado. Foi ensinado com espírito dogmático: é uma vítima da doutrinação. Aprendeu uma técnica que se pode aplicar sem que seja preciso perguntar a razão pela qual pode ser aplicada. O êxito do cientista “normal” consiste tão só em mostrar que a teoria dominante pode ser apropriada e satisfatoriamente aplicada na obtenção de uma solução para o enigma em questão (1979, p. 65).

Espero eu, e desejo o mesmo aos meus pares, que não sejamos esse cientista ‘normal’ na acepção científico-filosófica popperiana, a saber, digno de ‘pena’. Para evitar isso, é imperioso, portanto, qual pesquisador ontológica e socialmente orientado que se fuja da lógica da ‘ciência normal’ para que nossas pesquisas possam aliviar as “privações sofridas, produzir leveza de pensamento e modificar a precariedade da existência” dos atores envolvidos, que são invariavelmente vulnerabilizados (Rojó, 2013, p. 65).

Em alinhamento com Popper (1972; 1979), a proposta de autonomia freireana é igualmente útil para dar estabilidade à base sócio-ontológica de pesquisas sociais. O ponto de partida do filósofo brasileiro é a condição do ser-humano (assim mesmo grafado!) em um dado contexto geopolítico, cultural e sócio-histórico, pois para ele:

Ninguém nasce feito. Vamos nos fazendo aos poucos, na prática social de que tomamos parte. [...] Umhas dúvidas, umas inquietações, uma certeza de que as coisas estão sempre se fazendo e se refazendo e, em lugar de inseguro, me sentia firme na compreensão que, em mim, crescia de que a gente não é, de que a gente está sendo. (Freire, 2001, p. 79)

A proposta de autonomia, segundo propõe Paulo Freire (2015), é concebida inicialmente nos princípios do inacabamento, ou seja, como seres humanos precisamos

nos reconhecer como seres em construção, desconstrução e reconstrução permanente, “todo dia, enquanto amadurecimento do ser para si, é processo, é vir a ser”. (pp. 105, 107) Portanto, essa conscientização de inacabamento vai paulatinamente emancipando o ator social, convertendo-o em pessoa autônoma, uma pessoa que se assume, que aprende a dizer sua palavra e não a do outro e que não esconde a sua própria voz. Essa é a postura, *ipso facto*, daquele que é ator no sentido sócio-ontológico, antropológico, filosófico e, certamente, epistemológico. Esse é agente e atua de modo a impingir sua marca representativa no tecido social, sobretudo quando envolvido no ato de pesquisar.

Essa proposta de autonomia e agência freireana, e atrevo-me a aplicá-la aqui ao pesquisador social, passa pelo *Aufklärung* da pedagogia kantiana, salvas as devidas reservas e proporções, ou seja, pela necessidade de ousadia e coragem para que se possa avançar na dimensão crítica e da ruptura lowyniana. Sobre isso, lemos:

Esclarecimento, *Aufklärung*, é a saída do homem da menoridade pela qual é o próprio culpado. Menoridade é a incapacidade de servir-se do próprio entendimento sem direção alheia. O homem é o próprio culpado por esta incapacidade, quando sua causa reside na falta, não de entendimento, mas de resolução e coragem de fazer uso dele sem a direção de outra pessoa. *Sapere aude!* Ousa fazer uso de teu próprio entendimento!” — Eis o lema do Esclarecimento (Kant, 2008, p. 100).

Freire apoia-se no *Aufklärung* de Kant, mas não coaduna com seu idealismo. Não obstante, ecoa os princípios da filosofia materialista histórico-dialética, da ontológica e da fenomenológica. Alinhando a proposta elencada às bases que venho discutindo, ressalto que, para Paulo Freire, ser autônomo em ciência social implica ser o ousado kantiano, ter a coragem de posicionar-se. Ele assevera que “ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra. Não [se pode] estar no mundo de luvas nas mãos constatando apenas. [Isso] implica decisão, escolha, intervenção na realidade” (Freire, 2015, p. 46). E, ao discorrer sobre a postura do cientista que se arroga autônomo, Freire diz que não pode aceitar de modo impassível “como tática do bom combate a política do quanto pior melhor, a política assistencialista que, anestesiando a consciência oprimida, prorroga, *sine die*, a necessária mudança social” (2015, p. 89).

Para o pensamento autonomista de Paulo Freire somos seres geopolítica, econômica, cultural e sócio-historicamente situados, em constante processo de ser-estar e com uma enorme capacidade de aprender, aventurar-se criativamente, arriscar, recriar, intervir e transformar. É inconcebível para um interventor, cientista e pesquisador social eximir-se dessa responsabilidade ou, pior ainda, fazer vistas grossas ao sofrimento alheio.

Em suma, alinho-me a Paulo Freire nas discussões propostas, pois ele diz:

É impossível ensaiarmos estar sendo deste modo sem uma abertura crítica aos diferentes e às diferenças, com quem e com que é sempre provável aprender. Uma das condições necessárias para que nos tornemos um intelectual que não teme a mudança é a percepção e a aceitação de que não há vida na imobilidade. De que não há progresso na estagnação. De que, se sou, na verdade, social e politicamente responsável, não posso me acomodar às estruturas injustas da sociedade. Não posso, traindo a vida, bendizê-las (2001, p. 85).

Para ‘não haver imobilidade e estar sendo’, o horizonte epistemológico em uma pesquisa social precisa ser, nos termos de Glória Anzaldúa (2012), *mestizo*, flexível e aberto. Precisa ser pautado na visão utópica lowyniana que alicerça o fazer-ser interventor, cientista e pesquis-a-dor social popperiano e freireano com vistas à ciência de transformação. Esta será lograda, ainda em Paulo Freire, com “seriedade intelectual, curiosidade epistemológica, rigurosidade científica porém com simplicidade, sem arrogância, para que me faça gente melhor. Gente mais gente” (2015, p. 92).

Em suma, o axioma epistemológico de uma pesquisa social deve ser, pois, sócio-ontológico. Entretanto, como anuncio no início deste ensaio, este axioma deve ser acrescido do caráter político da pesquisa, já esboçado neste texto nos dizeres de Paulo Freire. Isso posto, gostaria de discorrer brevemente sobre o horizonte político em pesquisas sociais. Inicialmente, envidarei esforços para caracterizar o construto. Em seguida, discorrerei sobre esse tema com foco nas políticas públicas e educacionais<sup>14</sup>.

### Horizonte Político

O filme *The Matrix* obviamente trafega pelos *bits* e *bytes* de temas políticos na sociedade. Aliás em uma de suas falas no diálogo com Neo, Morpheu destaca isso:

Matrix é um sistema, Neo.

Esse sistema é nosso inimigo; quando você está lá dentro, tudo que vê é parte dele.

A maioria das pessoas não está pronta para ser desplugada.

Muitas estão tão habituadas e irremediavelmente dependentes do sistema que lutarão por ele.

---

<sup>14</sup> Para um discussão sobre Políticas Linguísticas, ver Sá (2023).

As palavras de Morpheu mostram que a Matrix é um sistema de controle social de mentes e do comportamento das pessoas ao ditar regras, padrões e crenças. Indica que há uma classe composta pelos que regulam e dominam e os que são controlados. A obra de Anzaldúa (2012) guarda relações com a questão política ao considerar as tensões entre colonizador e colonizado, opressor-dominador e oprimido-dominado. Trata desse tema a partir da visão de uma população que vive em uma região fronteira em seu país e que é relegada a uma condição de segunda classe em sua própria terra (Torres, 2005).

Essa tensão política abordada tanto no enredo do filme *The Matrix* quanto na obra de Anzaldúa (2002) indica que a lógica de poder instituída pelas relações coloniais, hierarquizadas e desiguais ainda são perpetuadas na contemporaneidade, ou seja, ainda são marcas, por vezes latentes, nas sociedades contemporâneas (Mignolo, 2011). Essa lógica é que determina e designa quem ocupará os papéis de agência e protagonismo social, como e quando o farão e para que fim. Todo e qualquer movimento periférico é tido como mero ruído e, em caso de insurgência à Matrix colonial-dominadora, esforços são envidados para silenciá-los e, como quase sempre é necessário, eliminá-los.

Toda essa dinâmica política acontece em meio a um cenário confuso, célere, frenético, ígneo, tendenciosamente magmático mas, ao mesmo tempo, desestagnante em sua manifestação. Rancière (2003) aponta que é nesse turbilhão de conflitos e coexistência que a política [gr. *politikós*: arte de bem governar<sup>15</sup>] deve ser feita, desfeita e refeita para que se possa anticolonizar a lógica das relações de poder que são operacionalizadas parcial, injusta e desproporcionalmente na sociedade. Portanto, convém abordar o que concebo como política neste manuscrito.

Para tanto, empresto de Leffa (2013, pp. 7, 9) o construto inicial do termo:

- i) a arte de estar juntos;
- ii) quando fazemos ou deixamos de fazer algo que afeta a vida dos outros, provocando mudanças que podem trazer prejuízos ou benefícios;
- iii) ao incentivar o outro a crescer, mas também quando diminuimos o outro, tirando-lhe as oportunidades (parafraseei parcialmente).

Por conseguinte, apesar da lógica de operação consideradas em Anzaldúa, Mignolo, Rancière e o exposto por Leffa, concebo política, em sua orientação mais ampla, como o instrumento que deva visar a promoção do bem-estar social pleno, que deve ser primando pelos princípios de manutenção e preservação dos direitos humanos.

---

<sup>15</sup> Dicionário Eletrônico, versão 2.3.0 (203.16.12) Copyright © 2005-2018 Apple Inc.

## Políticas Públicas

Por definição de política pública posso objetivamente asseverar que se trata de um conceito abstrato e que se origina e se materializa a partir de uma demanda social. Isto é, trata-se de uma ação pública, em tese originária do Estado que zela e promove o bem-estar social com o fito de enfrentar, atenuar, remediar e solucionar uma demanda ou um problema de ordem social. Para tanto, conforme salienta Secchi (2016), o agente da ação pública utiliza diferentes ferramentas que se adequam e possibilitam que certa política seja materializada. Veja alguns exemplos na tabela abaixo:

**Tabela 1**

*Processos envolvendo o Estado*

Demanda Social	Ação Pública	Aparato	Agentes
Ponto de alagamento em uma avenida	Readequação da rede de esgotos da região	Acionamento interno: departamentos/órgãos	Prefeitura municipal; Setor de engenharia
Falta de professores na rede estadual de ensino	Realização de novo concurso público	Aprovação e liberação do governo do Estado	Secretaria Estadual de Educação

*Fonte:* adaptado pelo autor (2019) a partir de Secchi (2016, p. 6)

Depreende-se, assim, que políticas públicas envolvem, desse modo, uma série de programas, ações e projetos com objetivos diversos a serem atingidos visando à resolução de problemas ou demandas da sociedade. Em sua gênese, essas políticas são de natureza macroeconômica e de caráter pluriparticipativo. Por exemplo, diferentes setores da sociedade são acionados ou voluntariam-se, direta ou indiretamente, para atender certa demanda. Para confirmar esse modelo de governança atual, Schneider (2005, p. 38) ressalta que a “formulação de políticas públicas não é mais atribuída somente à ação do Estado enquanto ator singular e monolítico, mas resulta da interação de muitos atores distintos [que formam] redes de políticas públicas”.

Esse caráter pluriparticipativo que Volker Schneider (2005) conceitua como redes de políticas públicas, envolve, necessariamente, um árduo processo de cooperação e negociação. Em seu escopo central, a política deixa de ser apenas de caráter ou ordem públicos, mas também passa a ser encarada principalmente como sendo de interesse público, pois envolve o primeiro, o segundo e o terceiro setor da sociedade. Por esses

setores, entendo ser em sua composição: o Estado e o Governo, o segmento privado e a sociedade civil, respectivamente.

Cabe aqui um breve adendo e esclarecimento. Há uma diferença entre política de Estado e de Governo. Em linhas gerais, as políticas de Estado tendem a ser mais perenes em sua natureza ao passo que as de Governo são mais voláteis. Acompanho, então, a definição de Oliveira (2011, p. 329) ao esclarecer que as “políticas de governo são aquelas que visam responder às medidas, programas e demandas da agenda política interna; já as políticas de Estado resultam em mudanças de normas ou disposições preexistentes, pois incidem em setores mais amplos da sociedade”.

O desejável é que o processo de construção dessas políticas passe pela participação social. Isso é o que se denomina hoje na área de políticas governamentais como gestão democrática. Nas palavras de Lambertucci (2009, p. 74) “a participação social é considerada importante elemento de gestão e componente fundamental para a elaboração das políticas públicas, [pois são] construídas a partir das demandas e necessidades da sociedade”.

Dito de outra maneira, o processo de formulação de políticas públicas é tanto originário quanto destinado ao social, isto é, origina-se do tecido societal e é processado e executado nesse tecido a fim de atender a certa demanda. O gestor público de excelência é aquele que apenas coordena todo o processo em suas fases múltiplas e interligadas: composição da agenda de prioridades e demandas, formulação de propostas de ações, definição dos aparatos necessários, designação dos agentes executores, implementação das medidas e apreciação dos resultados. Convém ressaltar que todas as políticas públicas, sejam de Estado ou de Governo, impactam diretamente nas relações econômicas desse tecido, com mais ou menos força neste ou naquele setor.

Em essência, o que quero salientar nesta seção é eco do que nos diz Souza (2006, p. 26): “a política pública é um campo holístico, isto é, uma área que situa diversas unidades em totalidades organizadas”. Em outras palavras, trata-se de um campo multi-, pluri-, inter- e transdisciplinar envolvendo distintas áreas de conhecimento e atuação humanas, sejam do setor público, do privado ou da sociedade civil. Em todos os casos, o ulterior interesse e impacto almejados envolvem duas artes: arte de bem governar [gr. *politikós*] e “a arte de estar juntos”, segundo nos diz Vilson Leffa (2013, p. 7).

## Políticas Educacionais

No esforço de estabelecer um horizonte epistemológico e político que se relacionam diretamente às pesquisas sociais, permito-me pintar um breve quadro das implicações das políticas educacionais associada à globalização cujo contexto processual é alomórfico na economia global.

Em 2001, ao escrever sobre a globalização em um texto muito instigador, Stephen J. Ball alertou para o sempre crescente poder de controle do mercado financeiro mundial e dos meios de produção exercido pelas corporações transnacionais que, aos poucos, artilosa e imperceptivelmente, vão destituindo um Estado após outro de sua autonomia gerencial política e econômica. Surge, então, a figura do empreendedor global que, por sua vez, se torna o cidadão global e que passa a articular a aglutinação e a composição de uma nova classe social mundial ou, em palavras de Ball:

uma nova elite transnacional [...] [beneficiária dos] efeitos de unificação e homogeneização da ocidentalização ou Americanização, Hollywoodização e produção de um consumidor genérico. [...] da criação de um MacMundo conduzido pelos interesses das indústrias globais e disseminado pela mídia global — televisão, cinema e internet (2001, p. 101).

O educador político arremata o entendimento acima, evocando Giddens (1996) e Harvey (1992) ao destacar que as garras da globalização não são exteriores nem estáveis e sedimentadas; antes, Ball fala de “ritmos e conteúdos efêmeros, voláteis, instantâneos e descartáveis” (p. 101).

Destarte, arrebatados por essa dinâmica global, aqueles envolvidos na seara das políticas educacionais, sobretudo das que se relacionam às pesquisas sociais, independentemente dos papéis que desempenham, podem, inadvertidamente, ser induzidos a novos padrões e modelos de agremiação social em torno do conhecimento, da aprendizagem, da economia, da tecnologia, das redes, etc. À vista disso, o perigo reside na falta de percepção de novos embustes colonizadores macroeconômicos que se maquam de políticas educacionais, como nos alerta Ball (2006). Ou seja, tais políticas são amalgamadas ou tragadas por políticas nacionais partidárias que apenas refletem manifestações da globalização enviesadas de acordo com as muitas e diferentes posturas e interesses ideológicos e econômicos corporativos.

Para ressaltar como o processo globalizador é pernicioso, no que tange ao seu caráter homogeneizador e cujo objetivo não é a preocupação com o local, Ball continua:

A criação das políticas nacionais é, inevitavelmente, um processo de “bricolagem”; um constante processo de empréstimo e cópia de fragmentos e partes de idéias de outros contextos, de uso e melhoria das abordagens locais já tentadas e testadas, de teorias canibalizadoras, de investigação, de adoção de tendências e modas e, por vezes, de investimento em tudo aquilo que possa vir a funcionar. A maior parte das políticas são frágeis, produto de acordos, algo que pode ou não funcionar; elas são retrabalhadas, aperfeiçoadas, ensaiadas, crivadas de nuances e moduladas através de complexos processos de influência, produção e disseminação de textos e, em última análise, recriadas nos contextos da prática (2001, p. 102).

Partindo da asserção acima, muitas políticas educacionais em diferentes contextos podem ser caracterizadas como frágeis ou de pouca aplicabilidade. Como em um processo de bricolagem, Scott (1995) acrescenta que o Estado deixa de ser, factualmente, o provedor de políticas educacionais socialmente orientadas e passa a atuar como regulador e auditor das políticas desenhadas na e pela ciranda do mundo globalizado. Nesse cenário político-educacional globalizado o corpo discente passa a ser encarado como uma *commodity*, um bem a ser mercantilizado.

Alinhado com essa ideia, o sociólogo e educador crítico e progressista, Mariano Fernández Enguita (1989), mostra, sem romantismo algum, como a escola tem sido historicamente influenciada pelo capitalismo globalizado e quão profundas têm sido as implicações para as relações sociais que resultam dessa intervenção que é, no mínimo, ilícita e imoral. Nessa relação oculta, o mote central das políticas que regem a educação no Brasil tem sido, historicamente, centrado na preparação para o trabalho e para a carreira<sup>16</sup> visando, logo, à exclusividade mercadológica nas relações produzidas por um currículo escolar tergiversado e cujo intento é alimentar o capitalismo. Infelizmente, a partir da ótica de Ball e Enguita, a maneira como estão e são configuradas as políticas educacionais no Brasil correspondem à práxis política platônica cuja essência é tecnocrática e que se orienta à promoção do capital em oposição à práxis político-filosófica de ordem marxista. Explico-me a seguir.

Na práxis platônica, o Estado é predominantemente organizado, tanto política quanto socialmente, por técnicos; logo, é bastante antidemocrático. Como tal, elege uma elite que o representa na esfera educacional. A principal tarefa dessa elite, ou quase clã

---

<sup>16</sup> Ver Munhoz e Melo-Silva (2012) para uma consideração em minúcias da legislação sob a égide posta.

estado-partidário, por se tratar na maioria das vezes de políticas de governo, é legislar e dirigir os rumos da educação no país. Porém, tal grupo não é, na maioria das vezes, composta de especialistas. O planejamento, que precede à materialização das políticas educacionais, não é holístico, negociado e construído coletivamente nem é socialmente orientado, adaptado nem adaptável à dinâmica social local. Conseqüentemente, serve unicamente aos interesses da ideologia dominante que se presta apenas à homogeneização e centralização de poder e controle social via políticas educacionais.

Tal *práxis* constitui-se em um contrassenso nas políticas educacionais brasileiras quando as analisamos à luz das razões que serviram de combustão para o movimento de rompimento com a era republicana na educação brasileira. Segundo Gramsci (1978) e Chiavaneto (2003), os que propuseram as reformas do sistema educacional no país à época almejavam, principalmente, romper com as bases administrativas extraídas da Teoria Geral da Administração cuja visão promovia os preceitos do taylorismo e do fordismo. Dito de outro modo, ecoo Sander (2007, p. 28) quando este nos diz que “a renovação educacional no início da Segunda República estava alicerçada nas teorias psicológicas de Lourenço Filho, na contribuição sociológica de Fernando de Azevedo e no pensamento filosófico e político de Anísio Teixeira”. Esses reformistas percebiam que os preceitos mencionados já eram constituintes de um espectro da globalização atual, segregavam a educação das múltiplas articulações que se produzem no tecido social e que são imperiosas à promoção da igualdade.

Embora o trabalho desses reformistas tenha sido um marco na produção de políticas educacionais socialmente orientadas e inclusivas, esvaiu-se com o passar dos anos. Isso se deu à medida que o tecnicismo mercadológico e a fugaz dinâmica do imaginário global foram criando raízes na sociedade contemporânea, remodelando e dando novos contornos às políticas educacionais que, a meu ver, foram esvaziadas de seu caráter socialmente orientado e inclusivo. Valendo-se de uma metáfora, Demerval Saviani apresenta outra razão para tal retrocesso:

Outra característica estrutural da política educacional brasileira, que opera como um óbice ao adequado encaminhamento das questões da área, é a descontinuidade. Esta se manifesta de várias maneiras, mas se tipifica mais visivelmente na plethora de reformas de que está povoada a história da educação brasileira. Essas reformas, vistas em retrospectiva de conjunto, descrevem um movimento que pode ser reconhecido pelas metáforas do ziguezague ou do pêndulo. A metáfora do ziguezague indica o sentido tortuoso, sinuoso das variações e alterações sucessivas observadas nas reformas; o movimento pendular mostra o vai-e-vem de dois temas que se alternam seqüencialmente nas medidas reformadoras da estrutura educacional. [...] se

uma reforma promove a centralização, a seguinte descentraliza para que a próxima volte a centralizar a educação, e assim sucessivamente. Se uma reforma se centra na liberdade de ensino, logo será seguida por outra que salientará a necessidade de regulamentar e controlar o ensino. Uma reforma colocará o foco do currículo nos estudos científicos e será seguida por outra que deslocará o eixo curricular para os estudos humanísticos (2008, p. 11).

Ecoando Apple (1989) e Hage (2011), penso que a problemática descrita acima persistirá enquanto as políticas educacionais forem pendulares, técnicas, produtivistas e orientadas para o acúmulo de capital. Ademais, há a propagação de discursos que, ideologicamente, promovem a globalização como a panaceia da história e das eras à frente. Esse discurso é levado a cabo no cerne da escola moderna. Entretanto, ele divide, discrimina, exclui e segrega a muitos em favor de um punhado. Ao abordar a relação discurso-exclusão operacionalizada pela lógica capitalista, Sá (2016, pp. 63, 64) escreve ao fazer referência aos sociólogos Bourdieu (2008), e Bourdieu e Passeron (1970):

Bourdieu e Passeron denunciam os aspectos reprodutores das hierarquias sociais levadas a efeito pela forma de organização na sociedade capitalista contemporânea, em especial pelos efeitos prejudiciais da globalização, da adoção e do avanço de políticas neoliberais cujos preceitos se baseiam na premiação meritocrática e de ascensão social. [...] Ampliam tais posicionamentos ao abordar a questão do capital cultural e social que são legitimados de acordo com o poder aquisitivo e com conjuntos de conhecimentos socialmente valorizados detidos por alguns seletos indivíduos na sociedade. Todo o restante é ato de exclusão.

Em síntese, entendo que haverá pouco avanço além de poucas mudanças tangíveis e palatáveis no Brasil, enquanto as políticas educacionais forem operacionalizadas sob a égide da globalização, em um processo de bricolagem, pautadas pela *práxis* platônica e em um ziguezaguear pendular ininterrupto. Empresto aqui o conceito de ziguezague ou pêndulo de Saviani. Entretanto, penso que na discussão acima já não se trata apenas de usarmos a conjunção “ou”, mas, lamentavelmente, avançamos (e não paramos de avançar!) para o uso da conjunção “e”. Por isso, uso a expressão ziguezaguear pendular que, por si só, já produz náuseas. Náuseas só em pensar em estar a bordo de um brinquedo em um parque de diversão que faz esse movimento — e de forma ininterrupta. Pois é exatamente assim que vejo a educação no Brasil de hoje, diríamos eu e os mais pessimistas ou realistas. E, nessa engrenagem, ou luta simbólica bourdieuniana (1989), quem perde é o corpo discente, em primeira instância, e no final das contas, toda a parcela da sociedade destinada à exclusão enquanto projeto social.

### Arrematando os Horizontes

Pelas razões apresentadas e discutidas neste ensaio, ainda que sucintamente, penso ser necessário e urgente que nossas agendas de pesquisas sejam explicitamente político-epistemologicamente orientadas sob um prisma sócio-ontológico, pois somente assim serem conduzidas com o fito de mudar a lógica dominante em operação.

Para Bourdieu, isso só será possível com a atuação do “intelectual crítico, [pois] não há democracia efetiva sem verdadeiro contra-poder crítico. O intelectual é um desses contra-poderes, e de primeira grandeza” (1998, p. 11). Portanto, retomo e reitero que, como pesquis-a-dores sociais e intelectuais críticos, não podemos atuar apenas como observadores passivos das realidades sociais com as quais nos defrontamos em nossos *loci* de pesquisas. Nossa meta deve ser restituir o senso de humanidade aos que dele são espoliados cotidianamente.

Por conseguinte, concluo minha argumentação reiterando com veemência o sociólogo Pierre Bourdieu quando ele diz que “talvez não exista pior privação, pior carência, que a dos perdedores na luta simbólica por reconhecimento, por acesso a uma existência socialmente reconhecida, em suma, por humanidade” (Bourdieu, 2000, p. 242).

### Referências<sup>17</sup>

- Anzaldúa, G. (2012). *Borderlands/La Frontera: The new mestiza*. Aunt Lute Books.
- Apple, M. W. (1989). *Educação e poder*, (M. C. Monteiro, Trad.). Artes Médicas.
- Ball, S. J. (2001). Diretrizes políticas globais e relações políticas locais Educação. *Currículo Sem Fronteiras*, 1(2), 99-116.
- Ball, S. J. (2006). *Education policy and social class: The selected works of Stephen J. Ball*. Routledge & Abingdon.
- Bourdieu, P., & Passeron, J. C. (1970). *La reproduction: Éléments pour une théorie du système d'enseignement*. Editions de Minuit.
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*, (F. T. Turi, Trad.). Difel.
- Bourdieu, P. (1998). *Contrafogos: Táticas para enfrentar a invasão neo-liberal*, (L. Magalhães, Trad.). Jorge Zahar.
- Bourdieu, P. (2000). *Pascalian meditations*. Polity Press.

---

<sup>17</sup> Esse texto é um recorte de minha tese de doutorado.

- Bourdieu, P. (2008). Efeitos do lugar. In P. Bourdieu (Ed.). *A miséria do mundo*. Vozes.
- Chiavaneto, I. (2003). *Introdução à teoria geral da Administração*. Elsevier.
- Enguita, M. F. (1989). *A face oculta da escola: Educação e trabalho no capitalismo*, (T. T. Silva, Trad.). Artes Médicas.
- Fanon, F. (1961). *Les damnés de la terre*. Éditions Maspéro.
- Freire, P. (2001). *Política e Educação: Ensaios*. Cortez.
- Freire, P. (2015). *Pedagogia da autonomia*. Editora Paz e Terra.
- Garcia-Canclini, N. (2015). *Diferentes, desiguais e desconectados*, (L. S. Henriques, Trad.). Editora UFRJ.
- Giddens, A. (1996). *Beyond left and right: The future of radical politics*. Polity Press.
- Gramsci, A. (1978). *Americanismo e fordismo*, (M. Cruz, Trad.). Martins Fontes.
- Hage, S. M. (2011). Educação, escola e políticas educacionais na perspectiva dos Estudos Culturais Críticos: A produção do senso comum e as disputas pela hegemonia. *Cadernos de Educação*, 38(jan/abr), 69-93.
- Harvey, D. (1992). *A condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*, (A. U. Sobral & M. S. Gonçalves, Trad.). Edições Loyola.
- Kant, I. (2008). *Resposta à pergunta: Que é Esclarecimento?*, (L. P. Rouanet, Trad.). Casa das Musas.
- Lambertucci, A. R. (2009). A participação social no governo Lula. In L. Avritzer (Org.). *Experiências nacionais de participação social*, (pp. 70-89). Cortez.
- Leffa, V. J. (2013). Prefácio. In C. Nicolaidis et al. (Orgs.). *Política e políticas linguísticas*, (pp. 7-10). Pontes Editores.
- Lowy, M. (2002). *Ideologias e Ciências Sociais: Elementos para uma análise marxista*, (M. A. Nogueira, & L. Konder, Trad.). Cortez.
- Ménard, R. (1997). *Mitologia greco-romana*, (A. Della Nina, Trad.). Opus Editora.
- Mignolo, W. D. (2011). *The darker side of western modernity: Global futures, decolonial options*. Duke University Press.
- Miranda, S. G. (2016). A análise arqueológica do discurso em Michel Foucault: Por uma Linguística do enunciado. *Revista de Filosofia Griot*. 14(2), 122-138.
- Morus, T. (1516). *Utopia*. Ed. Ridendo Castigat Mores/Cultvox.
- Oliveira, D. A. (2011). Das políticas de governo à política de Estado: Reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira. *Educação e Sociedade*, 32(115), 323-337.
- Platão. (2002). *República*, (E. Corvisieri, Trad.). Editora Best Seller.
- Popper, K. R. (1972). *A lógica da pesquisa científica*, (L. Hegenberg, & O. S. Mota, Trad.). Cultrix/EDUSP.
- Popper, K. R. (1979). A ciência normal e seus perigos. In I. Lakatos & A. Musgrave (Orgs.). *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*, (pp. 63-71, O. M. Cajado, Trad.). Cultrix.

- Rancière, J. (2003). Comment and responses. *Theory & Event*, 6(4).
- Rojo, R. (2013). Caminhos para a LA: Política linguística, política e globalização. In C. Nicolaidis et al. (Orgs.). *Política e políticas linguísticas*, (pp. 63-78). Pontes Editores.
- Sander, B. (2007). *Administração da Educação no Brasil: Genealogia do conhecimento*. Liber Livro.
- Sá, R. L. (2016). *Imigração boliviana em mares paulistanos dantes navegados: Inclusão dos (in)visíveis e (des)construção identitária*. Novas Edições Acadêmicas.
- Sá, R. L. (2017). Imigrantes hispano-americanos, (inter)culturalidade crítica e língua portuguesa. *Rev. Est. Acad. Letras*, 10(1), 63-73, <https://doi.org/10.30681/real.v10i1.1826>
- Sá, R. L. (2020). *Internacionalização, hospitalidade e ideologia: Por um protocolo de acesso, acolhimento e acompanhamento*. [Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas]. <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2020.1128725>
- Sá, R. L. (2021). Ética, decolonialidade e migração à luz do pensamento freireano. *Práxis Educacional*, 17(47), 44-65. <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i47.8739>
- Sá, R. L. (2023). Políticas linguísticas: Por um ensaio histórico-conceitual. In R. L. Sá (Org.). *Derretimento de fronteiras epistemológicas: Pelas trilhas da interdisciplinaridade*, (pp. 57-78). Pontes Editores.
- Saviani, D. (2008). Política educacional brasileira: Limites e perspectivas. *Revista de Educação PUC-Campinas*, 24, 7-16.
- Schneider, V. (2005). Redes de políticas públicas e a condução de sociedades complexas. *Revista de Ciências Sociais Civitas*, 5(1), 29-57.
- Scott, P. (1995). *The meanings of mass higher education*. Open University Press.
- Secchi, L. (2016). *Análise de políticas públicas: Diagnóstico de problemas, recomendação de soluções*. Cengage Learning.
- Souza, C. (2006). Políticas públicas: Uma revisão da literatura. *Sociologias*, 8(6), 20-45.
- Torres, S. (2005). La conciencia de la mestiza/towards a new consciousness: Uma conversa inter-americana com G. Anzaldúa. *Estudos Feministas*, 13(3), 720-737.
- van DIJK, T. A. (2015). *Discurso e poder*. Editora Contexto.
- Wachowski, L., & Wachowski, L. (1999). *The Matrix*, (Filme; Ação-Ficção). Warner Bros.
- Wachowski, L., & Wachowski, L. (2003a). *The Matrix Reloaded*, (Filme; Ação-Ficção). Columbia Pictures & Roadshow Entertainment.
- Wachowski, L., & Wachowski, L. (2003b). *The Matrix Revolutions*, (Filme; Ação-Ficção). Warner Bros. & Roadshow Entertainment.

 <https://doi.org/10.29327/2206789.20.37-5>

## Ludicidade na Gestão Escolar: O Jogo da Capoeira como Estratégia

### Alexandre Aparecido Alves Lima

Mestrado em Formação de Gestores Educacionais, Universidade Cidade de São Paulo  
Docente, Centro Paula Souza, Escola Técnica de Francisco Morato, São Paulo, SP, Brasil  
[alexandre.lima74@etec.sp.gov.br](mailto:alexandre.lima74@etec.sp.gov.br) <https://orcid.org/0009-0004-3211-6048>

### Ida Carneiro Martins

Doutorado em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba  
Docente, Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil  
[ida.martins@unicid.edu.br](mailto:ida.martins@unicid.edu.br) <https://orcid.org/0000-0001-7140-1598>

### Everton Silva Santos Lopes

Mestrado em Formação de Gestores Educacionais, Universidade Cidade de São Paulo  
Docente, Centro Paula Souza, Escola Técnica de Francisco Morato, São Paulo, SP, Brasil  
[everton.santos145@etec.sp.gov.br](mailto:everton.santos145@etec.sp.gov.br) <https://orcid.org/0009-0001-3292-3665>

### Resumo

Este estudo faz parte de um projeto mais amplo sobre a integração entre ludicidade e gestão escolar, e usa a Capoeira para promover uma gestão participativa na educação. O objetivo principal é revisar a literatura sobre gestão escolar, ludicidade e Capoeira para estabelecer o estado atual do conhecimento, contribuindo para novas perspectivas na pesquisa educacional e gestão escolar. Foram realizadas buscas em bases como BTDT, Scielo e Portal de periódicos da Capes, devido à sua relevância na área educacional. A pesquisa compilou estudos com descritores como "Gestão escolar", "Lúdico", "Capoeira" e "Práticas pedagógicas". Os dados foram analisados interpretativamente, relacionando-os com princípios teóricos adotados. Os resultados sugerem que o uso da Capoeira para promover a ludicidade pode criar uma estrutura dinâmica de gestão participativa, incentivando uma postura participativa na organização escolar. Este estudo contribui para a compreensão das práticas de gestão escolar e sua relação com a ludicidade, destaca a importância da Capoeira como uma estratégia educacional eficaz.

*Palavras-chave:* Gestão Escolar; Ludicidade; Capoeira; Práticas Pedagógicas.

### Abstract

This study is part of a broader project on the integration between playfulness and school management, and uses Capoeira to promote participatory management in education. The main objective is to review the literature on school management, playfulness and Capoeira to establish the current state of knowledge, contributing to new perspectives in educational research and school management. Searches were carried out in databases such as BDTD, Scielo and Capes journal portal, due to their relevance in the educational area. The research compiled studies with descriptors such as "School Management", "Playful", "Capoeira" and "Pedagogical Practices". The data were analysed interpretively, relating them to adopted theoretical principles. The results suggest that the use of Capoeira to promote playfulness can create a dynamic structure of participatory management, encouraging a participatory stance in the school organisation. This study contributes to the understanding of school management practices and their relationship with playfulness, highlighting the importance of Capoeira as an effective educational strategy.

*Keywords:* School Management; Playfulness; Capoeira; Pedagogical Practices.

### O Cenário da Prática em um Projeto Lúdico

Este artigo é parte da revisão de um trabalho de pesquisa em andamento de mestrado que explora o potencial da Capoeira como estratégia lúdica para aprimorar a comunicação, o relacionamento na gestão escolar.

O problema de pesquisa reside em analisar através da revisão literária como a integração entre a ludicidade, a gestão escolar e a prática da Capoeira podem se relacionar no ambiente educacional?

O objetivo do presente trabalho é apresentar a revisão bibliográfica feita a partir da inter-relação entre os temas: gestão escolar, ludicidade e Capoeira, na busca de se estabelecer o estado do conhecimento sobre a temática, a qual foi relevante para o desenvolvimento da investigação maior.

A ludicidade, usada como estratégia nas interações escolares, resgata experiências passadas e cria um ambiente propício para conexões humanas, reavivando memórias de infância. Essa conexão fortalece a gestão democrática ao promover engajamento no processo organizacional. A Capoeira, vista como uma forma lúdica de interação, proporciona o diálogo, revitaliza as relações interpessoais e enriquece a experiência educacional.

No cotidiano das escolas, ao construir uma comunidade coesa, é essencial considerar as particularidades de cada instituição, adaptando as estratégias lúdicas de acordo com suas necessidades. Incorporar atividades lúdicas, como a Capoeira, cria uma ligação entre membros da equipe gestora, professores, estudantes e, possivelmente a comunidade.

Dado que a temática do trabalho não traz uma discussão costumeira, conseqüentemente, não foi encontrada muitas produções que abarcassem o tema, esse fato é que justifica a realização explorada na literatura, pois buscamos criar uma oportunidade para explorar essa relação e seu desenvolvimento neste estudo na

dificuldade encontrada durante a revisão literária para identificar artigos, teses e livros relacionados ao tema proposto no artigo. Esta escassez de material relevante tem impactado o desenvolvimento da pesquisa em andamento para o trabalho de mestrado.

### **Gestão Escolar, Ludicidade e o Jogo da Capoeira**

A gestão escolar vai além da administração burocrática e da gestão de recursos. Ela também deve criar um ambiente propício ao aprendizado, promovendo não apenas o desenvolvimento acadêmico, mas também o crescimento social e emocional dos estudantes.

Na organização e direção da gestão escolar participativa, percebemos que é um modelo de administração educacional que se baseia na inclusão ativa de todos os membros da comunidade escolar - inclui gestores, professores, estudantes e pais - no processo de tomada de decisões e na implementação das políticas escolares. Esse modelo valoriza a democratização das ações dentro da escola, promove a colaboração e o compartilhamento de responsabilidades. Segundo Lück (2017):

[...] é imprescindível que o gestor escolar consiga gerenciar e coordenar a demanda institucional, oferecendo à comunidade escolar a oportunidade de discutir sobre os elementos que podem auxiliar na internalização dos saberes (Lück, 2017, p. 54).

A ludicidade na gestão escolar representa uma abordagem inovadora e essencial ao desenvolvimento humano dos estudantes, docentes e gestores escolares, pois integram atividades lúdicas não apenas no currículo acadêmico, mas também em todas as esferas da vida escolar. A gestão escolar envolve mais do que simplesmente diversão quando se trata de ludicidade; ela é um veículo para o aprendizado significativo, trazer o jogo para dentro da escola é uma possibilidade, de pensar na educação numa perspectiva criadora, autônoma, consciente” (Friedman, 1996, p. 56).

A gestão escolar, por meio de sua orientação, empregará as ferramentas essenciais para facilitar e promover ideias que respaldem essa abordagem pedagógica. A participação representa uma maneira significativa de fortalecer os laços entre os membros da escola e reduzir as disparidades entre eles. Isso ocorre porque ela está centrada na busca por métodos mais democráticos de administrar uma comunidade social (Lück, 2013, p.57).

Estabelecer princípios que visam evitar ou reduzir desigualdades entre os envolvidos é um dos cenários que alcançaremos ao adotar o lúdico como uma estratégia para a interação entre os participantes e demonstrar isso por meio da prática nos contextos de cada proposta adotada diariamente. Ao incorporarmos a ludicidade neste processo educativo, encontramos os recursos necessários para desenvolver concepções e práticas dentro de cada metodologia aplicada pelos profissionais na área da educação. Para Silva (2015):

Ludicidade é um estado interno do sujeito que vivência uma experiência de forma plena, é sinônimo de plenitude da experiência – considerando aqui “plenitude da experiência” como a máxima expressão possível da não divisão entre pensar/ sentir/ fazer. Segundo ele, a ludicidade não está diretamente relacionada a jogos e brincadeiras – embora nestas atividades comumente se vislumbre a ludicidade: como brincar de “cacique”, “baleado”, “escravos de Jó”, se nosso corpo, nossa mente e nossa emoção não estiverem presentes quando as estamos vivenciando? A ludicidade está, sim, relacionada à atitude interna do indivíduo que experimenta uma experiência de integração entre seu sentir, seu pensar e seu fazer (Silva, 2015, p.102).

A ludicidade se manifesta quando os participantes se envolvem ativamente na atividade proposta, entregando-se a ela com satisfação e cumprir com entusiasmo. Segundo Cabrera (2007, p.30), "o lúdico cria descontração, favorece o envolvimento e o fluxo, condições essenciais para estabelecer o clima propício para a aprendizagem, visando resultados positivos."

Desenvolver propostas que promovam uma prática agradável, baseada na participação ativa, surge como uma ideia transformadora no contexto da gestão escolar. Além disso, essa abordagem permite organizar o grupo de forma eficaz. Um ambiente participativo é caracterizado pela integração mútua dos envolvidos, o que contribui para uma gestão escolar mais eficiente e harmoniosa.

A Capoeira, pela sua natureza dinâmica e colaborativa, surge como uma estratégia que pode ser inserida em atividades extracurriculares, eventos escolares e práticas de resolução de conflitos, para a transformação do ambiente escolar em um espaço engajador e inclusivo. Nesse contexto, a Capoeira se destaca como uma prática que combina elementos físicos, musicais, sociais e proporciona uma experiência educativa completa.

Por sua fusão de movimento, música e jogo a Capoeira proporciona o desenvolvimento social e emocional. Como destacado por Falcão (2001, p.15), “[...] a Capoeira é um diálogo de “perguntas” e “respostas” que é improvisado com o corpo uma conversa de acordos que caso não haja um consenso se transforma no que é pior em pancadaria [...]”. Inserir a Capoeira nas atividades escolares cria um espaço onde a autoexpressão, a colaboração e o respeito mútuo tendem a surgir, pois ela não se limita às rodas de jogo, ela contribuir à resolução de conflitos e conforme observado por Falcão (2001, p. 10) verifica-se “[...] a importância de se privilegiar valores universais de condição humana na roda de Capoeira”.

O respeito, a cooperação, a responsabilidade e a solidariedade são essenciais para o andamento da roda. Na roda de Capoeira os atuantes devem se revezar em seus papéis. A realização de um levantamento bibliográfico é fundamental para embasar qualquer pesquisa de maneira sólida. No contexto da ludicidade, da Capoeira e da gestão escolar, essa prática se torna ainda mais crucial

Assim, a inter-relação dos temas ludicidade, Capoeira e gestão escolar na equação de pesquisa é justificada pela necessidade de explorar como esses elementos podem ser integrados de forma eficiente no ambiente educacional. O levantamento bibliográfico se torna, portanto, uma ferramenta essencial para compreender as teorias, práticas e experiências anteriores relacionadas a esses temas, proporciona uma base sólida para a pesquisa e permite a construção de estratégias pedagógicas inovadoras e eficazes.

## Metodologia

Com a finalidade de estabelecermos o estado do conhecimento que desse base à nossa investigação maior enfocamos no presente trabalhos a pesquisa em artigos, teses e dissertações publicados nos últimos dez anos, ou seja, de 2013 a 2023, sobre o tema em questão. Nosso objetivo era identificar abordagens que estivessem intimamente relacionadas ao assunto, considerando a ausência de uma discussão direta na literatura existente.

Para orientar nossa pesquisa realizamos a compilação dos trabalhos, observando os descritores "Gestão escolar", "Lúdico", "Capoeira" e "Práticas pedagógicas" e suas combinações. Para tal, nos utilizamos das seguintes bases de dados: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – BDTD, *Scientific Electronic Library Online - Scielo*, *Portal* de periódicos da Capes. A escolha de tais bases teve como fundamento a relevância na área de Educação.

Após a leitura dos títulos e resumos e retirando-se os resultados duplicados obtivemos os trabalhos para a análise, é o que está descrito no Quadro 1 que se pode observar a seguir.

### Quadro 1

#### *Relação do levantamento bibliográfico*

Palavra-chave	BDTD	SCIELO	CAPES
Gestão Escolar + Lúdico	8 / 0	9 / 0	15 / 0
Lúdico + Capoeira ou Lutas	5 / 1	1 / 1	12 / 1
Gestão Escolar + Lúdico + Capoeira ou Lutas	0 / 0	0 / 0	0 / 0
Lúdico + Capoeira ou Lutas + Práticas Pedagógicas	3 / 0	0 / 0	3 / 0
Lúdico + Gestão Escolar + Práticas Pedagógicas	13 / 2	0 / 0	6 / 0
TOTAL	29 / 3	10 / 1	36 / 1

Fonte: Elaborado pelos autores

Para examinar os dados apoiamos-nos da análise interpretativa que consiste em relacionar os dados obtidos com os princípios teóricos adotados como base (Minayo, 2012), pois:

[...] interpretar é um ato contínuo que sucede à compreensão e está presente nela: toda compreensão guarda em si uma possibilidade de interpretação, isto é, de apropriação do que se compreende. A interpretação se funda existencialmente na compreensão e não vice-versa, pois interpretar é elaborar as possibilidades projetadas pelo que é compreendido (2012, p. 623).

É o que passarmos a apresentar.

## Resultados e Discussão

Iniciaremos a nossa discussão apresentando nossas análises sobre as dissertações, obtidas na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, as quais relacionamos no Quadro 2.

### Quadro 2

#### *Teses e Dissertações*

Nº	Autor(a)	Título	Ano
1	Maira Lopes de Araújo	Os efeitos político-pedagógicos produzidos pela prática da Capoeira no contexto escolar: a compreensão dos coletivos docentes de duas escolas da RME-POA	2017
2	Ludimar Paulo Pereira	Da escola da Capoeira para o jogo da vida: os saberes e os processos educativos vivenciados por seus praticantes	2018
3	Alesandro Anselmo Pereira	Jogos Africanos: aprendendo com estudantes de origem africana matriculados na Universidade Federal de São Carlos	2019

Fonte: Elaborado pelos autores

Araújo (2017) examinou os efeitos político-pedagógicos da Capoeira nas escolas. O objetivo do estudo foi analisar os efeitos político-pedagógicos resultantes da prática da Capoeira no ambiente escolar, conforme percebidos por professores do ensino fundamental em duas escolas públicas. A vivência permitiu a elaboração de um projeto, desde a definição dos objetivos do estudo até a seleção dos instrumentos para coleta de dados e o diálogo com os colaboradores. A pesquisa examinou os efeitos político-pedagógicos da Capoeira nas escolas, focando na percepção dos professores do ensino fundamental em duas escolas públicas.

A percepção dos professores de diversas disciplinas sobre os impactos observáveis da Capoeira na escola não foi abordada em estudos anteriores, ressaltando a importância desta pesquisa. Descobriu-se que a prática da Capoeira no ambiente escolar gerou

efeitos pedagógicos notáveis, necessitando de uma revisão dos princípios educacionais convencionais e de uma inovação nas abordagens pedagógicas, tanto individuais quanto coletivas.

Este estudo se conecta ao nosso próprio trabalho para examinar como a prática da Capoeira na escola não apenas gera efeitos pedagógicos relevantes, mas também impacta diretamente a abordagem lúdica na educação. Ao compreender os efeitos da Capoeira, a pesquisa contribui para a compreensão de como atividades lúdicas, como a Capoeira, podem ser integradas de maneira eficaz na gestão escolar, influenciando positivamente tanto as práticas pedagógicas individuais quanto as estratégias de ensino coletivo. Assim, a investigação sobre os efeitos na escola está alinhada com a pesquisa sobre ludicidade, Capoeira e gestão escolar, explorando a interseção entre esses temas e destacando a importância das práticas lúdicas e culturais no ambiente educacional.

A investigação de processos educativos em grupos de Capoeira foi a proposta de Pereira (2018). O principal objetivo do trabalho foi examinar os processos educacionais associados à construção de conhecimento dos praticantes, relacionando-os aos contextos cotidianos da Capoeira e explorando diversas maneiras de interagir e se relacionar com o mundo. Nesta pesquisa, a experiência como pesquisador, professor e praticante de Capoeira desempenhou um papel central na formação dos caminhos investigativos. O estudo qualitativo buscou compreender as produções de conhecimento e as diversas formas de viver emergidas do uso cotidiano dos elementos presentes nos espaços das Capoeiras.

O método envolveu a análise das práticas cotidianas, buscou interpretações dos fenômenos e experiências dos praticantes. A pesquisa adotou uma abordagem participante, incorporando a dimensão cotidiana nos estudos de currículo e nas relações escolares com a sociedade. A participação ativa dos sujeitos foi essencial, promovida por meio de reuniões e interações, permitindo questionamentos das práticas e intervenções nas escolas. A pesquisa enfatizou a complexidade e multiplicidade dos processos cotidianos escolares, resultando em intervenções alternativas às propostas oficiais e destacou o papel significativo dos professores/pesquisadores na transformação das práticas educacionais. Ele observou que a Capoeira cria um currículo rico, refletindo experiências construídas no jogo e na roda, e proporciona diferentes modos de consumo e produção, cria um currículo dinâmico em meio a conflitos políticos e ideológicos.

A pesquisa sobre os processos educativos em grupos de Capoeira ressoa fortemente com a investigação sobre ludicidade, Capoeira e gestão escolar. Ambos os estudos se concentram em compreender as produções de conhecimento e as diversas formas de viver emergidas do contexto da Capoeira, evidenciando como essa prática cultural e lúdica influencia a construção do saber e as interações sociais.

Assim como na pesquisa mencionada, o estudo sobre ludicidade, Capoeira e gestão escolar, enfatiza a importância da participação ativa dos praticantes, promovendo questionamentos das práticas educacionais e intervenções transformadoras nas escolas.

Ambas as pesquisas reconhecem a Capoeira como um currículo dinâmico, rico em experiências vivenciadas no jogo e na roda, capaz de criar modos variados de consumo e produção do conhecimento, mesmo em meio a desafios políticos e ideológicos. Ao unir esses temas, ficou evidente como a Capoeira pode ser uma ferramenta poderosa não apenas para promover a ludicidade na educação, mas também para influenciar positivamente a gestão escolar, oferecendo alternativas inovadoras e significativas para o processo educacional.

Lopes (2018) analisou a privação do brincar nos anos iniciais do ensino fundamental. Sua pesquisa mostrou que, embora a prática do brincar esteja consagrada nos documentos oficiais, na realidade escolar, as atividades lúdicas muitas vezes são excluídas, contradizendo os direitos a uma educação lúdica.

Um estudo documental e bibliográfico da legislação brasileira sobre os direitos da criança e das atividades lúdicas nas escolas destaca a falta de reconhecimento das brincadeiras em sala de aula como um direito fundamental das crianças. Mesmo quando a ludicidade é introduzida, frequentemente é vista apenas como um método pedagógico, não como uma necessidade inerente à infância.

A incorporação de jogos no aprendizado, inclusive em programas de formação contínua para professores, está ligada a necessidade de flexibilização na formação docente.

O conteúdo da pesquisa sobre ludicidade, Capoeira e gestão escolar estão diretamente relacionados a questão da privação do brincar nos anos iniciais do ensino fundamental. O estudo ressalta a contradição entre a consagração da prática do brincar nos documentos oficiais e sua exclusão na realidade escolar, infringindo os direitos a uma educação lúdica. A análise da legislação brasileira destaca a falta de reconhecimento das brincadeiras como um direito fundamental das crianças, evidenciando a necessidade de incorporar atividades lúdicas de forma mais efetiva.

A pesquisa também destaca a importância de flexibilizar a formação docente, incluindo a incorporação de jogos no aprendizado e em programas de formação contínua para professores, e garantir a promoção do brincar como parte integral do processo educacional. Ao integrar a Capoeira e outras atividades lúdicas na gestão escolar, é possível proporcionar um ambiente educacional mais rico e estimulante, cumprir os direitos das crianças a uma educação lúdica e promover práticas pedagógicas mais inclusivas e participativas.

A pesquisa de Pereira (2019) analisou jogos africanos entre estudantes da Universidade Federal de São Carlos, buscando compreender a conexão entre esses jogos e os jogos africanos mencionados na literatura brasileira. O estudo concluiu que a valorização e respeito pela cultura dos jogos demonstrado pelos estudantes, podem enriquecer a compreensão e integração cultural no contexto brasileiro.

O propósito específico deste trabalho é contribuir para mudanças substanciais na sociedade brasileira, incluindo o reconhecimento e respeito pelas diversas culturas, a

valorização do rico patrimônio cultural africano e a disponibilização dos conteúdos dos jogos de origem africana. Pretende-se que esses recursos sirvam como apoio para o trabalho de outros educadores, promover assim uma educação mais inclusiva e culturalmente diversificada.

A pesquisa qualitativa como método de trabalho, utilizando entrevistas como principal técnica de coleta de dados. Para orientar as entrevistas, foi empregado um roteiro como guia. Os resultados revelaram que os jogos africanos são uma parte integrante das atividades lúdicas vivenciadas por pessoas de diversas faixas etárias no Brasil. Além disso, o tema do lúdico é permeado por consensos e conflitos no contexto educacional.

No contexto educacional, a introdução da ludicidade não apenas oferece oportunidades para explorar o ambiente e a rotina de maneiras inovadoras, mas também estabelece conexões afetivas significativas entre os membros da equipe escolar. Essa conexão é vital para promover uma relação interpessoal saudável, conforme discutido por Friedman (2014) quando afirma que “O brincar contribui para determinar o temperamento, os potenciais e as possibilidades criativas de cada indivíduo (Friedman, 2014, p. 24).

A ludicidade propõe uma abordagem unificadora ao trazer prazer às atividades de maneira conceitual e interativa, criando um ambiente propício para a evolução das relações em grupos, o que é favorável para uma gestão escolar participativa.

A estrutura do brincar incentiva o comportamento adequado dos participantes, por meio de atividades direcionadas ao alcance de um objetivo comum, também, desperta o entusiasmo pessoal, criando um desejo de desfrutar e experimentar o aspecto lúdico de maneira gratificante.

Isso contribui para a revitalização das perspectivas dos participantes, promovendo seu bem-estar e fornece estratégias para aprimorar a organização tanto em termos de didática em sala de aula quanto em atividades de gestão. A interação entre o jogo e o brincar pode, conseqüentemente, aprimorar a comunicação, criatividade e a organização geral.

O jogo é uma atividade ou ocupação voluntária, exercida dentro de certos e determinados limites de tempo e de espaço, segundo regras livremente consentidas, mas absolutamente obrigatórias, dotado de um fim em si mesmo, acompanhado de um sentimento de tensão e de alegria e de uma consciência de ser diferente da “vida cotidiana” (Huizinga, 2014, p.33).

Essa experiência integrada à prática pedagógica na escola concede autonomia aos participantes, permitindo que construam conhecimento e desenvolvam criatividade. Essa abordagem inovadora redefine a estrutura e o conceito de atividades recreativas, enriquece a organização e promove a formação cultural por meio de uma variedade de movimentos. É o que podemos observar no trabalho de Amaral; Bertazzoli e Alves (2008)

Partindo do conhecimento que os estudantes tinham sobre Capoeira, que era o balanço da ginga e seus primeiros passos, o objetivo da pesquisa não foi adequar esta ginga e estes golpes aos padrões da Capoeira, e sim, a partir deles, deixar que os estudantes desenvolvessem seus próprios movimentos e criassem movimentos novos. Com isso, propiciou-se um ambiente de desenvolvimento da autonomia e da consciência crítica (Amaral; Bertazzoli e Alves, 2008, p. 225).

O lúdico numa proposta organizacional visa não apenas promover uma reestruturação eficiente, mas também estabelecer um novo paradigma na área de atuação. Ao adotar essa abordagem inovadora, que propicia à gestão escolar, não apenas melhorar os processos existentes, mas também criar uma perspectiva totalmente nova sobre como abordar os desafios e oportunidades em seu domínio específico.

Essa mudança de mentalidade não só fortalece a organização, mas também a posiciona de maneira única para se adaptar a um ambiente em constante evolução. Ao adotar uma visão mais ampla e aberta, a organização está preparada para enfrentar os desafios futuros com resiliência e criatividade, consolidando seu papel como líder e inovador em sua área de atuação, destacando

[...] as responsabilidades do educador [...] que esse deve ter como objetivo de sua ação pedagógica a formação de um cidadão consciente politicamente, que se perceba responsável pelo mundo em que vive e por seus semelhantes. [...] através de ações que tenham como princípio uma metodologia participativa e emancipatória, suscitar nos (as) educandos (as) a vontade de transformar a sociedade (Araújo, 2017, p. 24).

Buscamos compreender como as práticas educativas relacionadas ao ambiente lúdico na gestão escolar podem influenciar tanto a dinâmica didática quanto a administrativa da organização, integrando conceitos profissionais por meio dessa abordagem.

Para alicerçar nossa pesquisa, realizamos uma revisão de literatura sobre nosso tema de estudo conduzimos a busca na plataforma *Scientific Electronic Library Online - SciELO*, utilizando os termos Capoeira, Lúdico e Gestão Escolar, considerando ocorrências em todos os índices (palavra-chave, periódico, resumo e título).

Essa pesquisa resultou em 10 trabalhos relevantes. Após uma análise desses estudos, escolhemos uma ocorrência específica, conforme detalhado no Quadro 3.

### Quadro 3

*Artigo localizado na base de dados da Scielo*

Nº	Autor(res)	Título	Ano
1	Maria Alice Rezende Gonçalves / Vinícius Oliveira Pereira	Educação e patrimônio: notas sobre o diálogo entre a escola e a Capoeira	2015

Fonte: Elaborado pelos autores

O estudo realizado por Gonçalves e Pereira (2015) propõe uma exploração no âmbito da educação brasileira. Esse tema tem sido objeto de intensos debates que destacam a necessidade de se reconhecer a diversidade étnica e cultural, especialmente no contexto dos afro-brasileiros. O objetivo do artigo é descrever e discutir a implementação da Capoeira na educação básica, conforme proposto pelo “Programa Mais Educação do Ministério da Educação”. A metodologia empregada nesta análise do programa, juntamente com suas referências, revela que, embora haja a oportunidade de utilizar a Capoeira como uma ferramenta de valorização da cultura afro-brasileira na educação, o programa em questão favorece, em seus documentos, a abordagem esportiva da Capoeira.

As reformas na administração educacional são sintetizadas, na afirmação oficial e em parte das produções teóricas, na necessidade de se construírem novos padrões de gestão para a educação, seja na esfera dos órgãos técnico-burocráticos das secretarias de educação, seja nas próprias unidades escolares como elemento dos necessários ao aumento da eficiência e eficácia do ensino público, conforme ressalta Adrião (2006),

Em uma análise atribuída a fatores que regem o zelo por uma educação igualitária, pode-se acreditar que as políticas públicas adotam medidas para transformar a realidade convicta a uma esfera de produções e caminhos que tentam mostrar eficiência e qualidade na formação de nossos estudantes. Atribui-se a este fato a organização pressuposta a uma doutrina vinculada a tais medidas que cada gestão constrói e são administradas pela gestão escolar (Adrião, 2006, p. 23).

A interligação entre patrimônio cultural e educação tem enriquecido nossas análises sobre a configuração do sistema educacional brasileiro atualmente. Nesse cenário, o artigo se dedica a descrever e examinar a integração da Capoeira no ensino fundamental, explorando seu potencial como ferramenta para valorizar a cultura afro-brasileira no ambiente educacional.

Ampliando a discussão, para adensar a nossa realizamos a busca de trabalhos sobre nosso tema na plataforma do Portal de Periódicos da CAPES, utilizando os termos Capoeira, Lúdico e Gestão Escolar, considerando ocorrências em todos os índices (palavra-chave, periódico, resumo e título).

Essa pesquisa resultou em 36 trabalhos relevantes. Após análise desses estudos, escolhemos dois que se relacionam com o tema, conforme detalhado no Quadro 4.

**Quadro 4***Artigos localizados na base de dados da CAPES*

Nº	Autor(res)	Título	Ano
1	Ricardo de Figueiredo Lucena / Nilene Matos Trigueiro	Educação, Jogo de Corpo e “Mandinga” Na Capoeira de Bimba	2018

*Fonte:* Elaborado pelos autores

No artigo de Lucena e Trigueiro (2018) é discutido o histórico das práticas educativas na escola em relação à Capoeira. Inicialmente rejeitada por suas conotações "primitivas" ligadas à cultura escrava e à cultura negra, a Capoeira gradualmente foi percebida como um componente lúdico, refletindo o passado e as tradições de um povo. O objetivo principal deste estudo foi examinar, por meio da biografia do Mestre Bimba, a evolução da Capoeira de uma prática associada à escravidão para um esporte nacionalmente reconhecido, ocorrida durante a primeira metade do século XX. O método utilizado para analisar os dados foi a revisão de literatura, visando destacar e evidenciar o significado do conteúdo estudado.

Esse cenário sugere que a arte da Capoeira, quando integrada ao contexto lúdico, pode iniciar um processo educativo por meio do brincar.

O brincar constitui-se em um sistema que integra a vida social dos indivíduos e faz parte do patrimônio lúdico-cultural, traduzindo valores, costumes, formas de pensamento e ensinamentos. Nesse sentido, compreende-se que a atividade lúdica instaura uma nova relação com a vida, possibilita a criação de um novo mundo, estabelece outros jeitos de viver e de fazer, cria padrões de sociabilidade permeados pela amizade, pela cooperação e pela noção de responsabilidade coletiva (Jurdi; Silva e Liberman, 2018, p. 604).

A interação com o brincar não apenas promove o bem-estar físico e mental, mas também se entrelaça com o desenvolvimento do ser humano, integrando-se à sua rotina pessoal e profissional. “À medida que a brincadeira se desenrola, há um movimento em direção à consciência do objeto da brincadeira” (Vigotsky, 2007, p.37). Como apontam Pires, Gottens e Fonseca (2017, p. 4), “[...] o elemento lúdico se revela através de relações sociais irreverentes, disruptivas, imaginativas e criativas, características intrínsecas às culturas humanas”.

A utilização da ludicidade como prática adotada no jogo da Capoeira, enquanto uma atividade corporal dentro do ambiente escolar, pode ser direcionada tanto para a formação pessoal quanto para a gestão escolar. Quando inserida em um contexto de aperfeiçoamento e estratégias, a ludicidade na Capoeira se transforma em um veículo poderoso para resgatar elementos culturais. Como ressaltam os autores,

As discussões sobre a introdução da Capoeira na escola e as interpretações culturais de sua abordagem no espaço escolar expressam o fortalecimento da perspectiva que aponta a cultura como uma variante indissociável do processo educativo, reconhecendo-a como um conjunto de sentidos sociais que permitem a identificação dos sujeitos uns com os outros (Gonçalves e Pereira, 2015, p. 81).

Fomentar a ludicidade como uma estratégia pode resultar tendo a como estratégia a Capoeira, pode resultar na criação de uma estrutura dinâmica de gestão participativa, pois incentiva a adoção de uma postura participativa no processo de organização escolar.

As relações estabelecidas com a proposta de implementar a ludicidade na gestão escolar, por intermédio do jogo da Capoeira, pode incentivar o dos estudantes, mas também incentiva a participação ativa de professores e gestores, tornando o processo mais inclusivo, colaborativo e centrado no estudante.

### **Considerações Finais**

Através das análises dos diversos estudos que exploram a ludicidade e a Capoeira como estratégias pedagógicas e culturais, a ludicidade é destacada como um elemento crucial para criar um ambiente de aprendizado favorável, promovem engajamento e descontração, essenciais para alcançar resultados positivos (Cabrera, 2007). Araújo (2017) analisou os efeitos político-pedagógicos da Capoeira em escolas, revelando percepções de professores sobre seu impacto no ensino fundamental. Pereira (2018) investigou os processos educativos em grupos de Capoeira, explorando as interações e o conhecimento construído no contexto cotidiano da prática. Lopes (2018) examinou a privação do brincar nos anos iniciais do ensino fundamental, revelou a discrepância entre as políticas oficiais e a realidade escolar no que diz respeito às atividades lúdicas. Pereira (2019) analisou jogos africanos e destacou a importância da valorização cultural na integração brasileira. Gonçalves e Pereira (2015) exploraram a implementação da Capoeira na educação básica pelo Programa Mais Educação, apontando para uma ênfase na abordagem esportiva em detrimento do aspecto cultural. O estudo de Lucena e Trigueiro (2018) investigou a história da Capoeira na escola, enfocando a transição da percepção negativa inicial para sua aceitação como parte do patrimônio cultural brasileiro, com ênfase na biografia do Mestre Bimba, destacada por meio da revisão de literatura. Estes estudos coletivos oferecem uma visão abrangente sobre a interseção da ludicidade, Capoeira e gestão escolar, enfatizando seu papel na educação e na preservação cultural.

A Capoeira, como uma estratégia lúdica, tem o potencial de transformar a gestão escolar. Ao promover a participação ativa e a colaboração, a Capoeira cria um ambiente educacional dinâmico e envolvente. O presente trabalho destacou a importância de incorporar atividades lúdicas na gestão escolar, evidenciando os benefícios tangíveis que uma abordagem participativa e lúdica pode trazer para a comunidade escolar.

Estes resultados reforçaram a importância de integrar atividades lúdicas como a Capoeira na gestão escolar, contribui significativamente para o desenvolvimento holístico dos estudantes e para uma comunidade escolar mais coesa e engajada.

A ludicidade na gestão escolar, especialmente através da Capoeira, não é apenas uma estratégia; é uma filosofia que reforça a importância do jogo, da colaboração e da expressão na jornada educativa.

A prática da Capoeira não apenas melhora a comunicação, estimula a cooperação e fomenta a autoexpressão, mas também cria um ambiente escolar mais inclusivo e colaborativo.

Neste artigo, apresentamos uma abordagem de revisão de literatura que até o momento não recebeu uma ampla exploração no âmbito das pesquisas em gestão escolar. Nosso principal objetivo foi fornecer uma contribuição destinada a estimular a comunidade científica a refletir sobre aprofundar os procedimentos de pesquisa relacionados ao estado do conhecimento delineado por esta revisão.

A interconexão entre os temas explorados e seus elementos revela uma colaboração intrínseca que fundamenta este artigo. Ao analisarmos a inter-relação entre gestão, ludicidade e Capoeira, percebemos que esses elementos não apenas resgataram memórias da infância, mas também estimularam o desenvolvimento de atividades lúdicas que fomentam uma melhor relação e participação no processo da gestão escolar.

A roda de conversa, em especial quando associada ao brincar, introduz parâmetros por meio das atividades relacionados à ludicidade e à Capoeira. Conforme apresentado pelos autores, essa inter-relação propicia um diálogo modificado que se estende à gestão escolar. Esse diálogo, que encontra paralelos no contexto da Capoeira, cria um ambiente de perguntas e respostas, onde a harmonia do jogo se entrelaça com as cantigas e instrumentos, promovendo um aprendizado e um diálogo essencial para o desenvolvimento da gestão escolar.

Dessa forma, nossa finalidade foi identificar essas inter-relações e apresentar elementos que possam contribuir para futuras pesquisas, incentivam o desenvolvimento de propostas e estimular a busca por novos conhecimentos nesta área.

## Referências

Adrião, T. (2006). *Educação e produtividade: A reforma do ensino paulista e a desobrigação do Estado*. Xamã.

Araujo, M. L. (2017). *Os efeitos político-pedagógicos produzidos pela prática da Capoeira no contexto escolar: A compreensão dos coletivos docentes de duas escolas da RME-POA*, [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul], Repositório <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/172190/001054555.pdf>

Bertazzoli, B. F., Alves, D. A., & Amaral, S. C. F. (2008). Uma abordagem pedagógica para a Capoeira. *Movimento*, 14(2), 207-229.

Cabrera, W. B. (2007). *A ludicidade para o Ensino Médio na disciplina de Biologia: Contribuições ao processo de aprendizagem em conformidade com os pressupostos teóricos da aprendizagem significativa*, [Dissertação de Mestrado não publicada], Universidade Estadual de Londrina.

Falcão, J. L. C. (2001). *Didática da Educação Física*. Unijuí.

Friedman, A. (1996). *Brincar, crescer e aprender: O resgate do jogo infantil*. Moderna.

Friedman, A. (2014). *Linguagens e culturas infantis*. Cortez.

Gonçalves, M. A. R., & Pereira, V. O. (2015). Educação e patrimônio: Notas sobre o diálogo entre a escola e a Capoeira. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 62, 74-90. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i62p74-90>

Huizinga, J. (2014). *Homo Ludens: O jogo como elemento de cultura*. Perspectiva.

Jurdi, A. P. S., Silva, C. C. B., & Liberman, F. (2018). Inventários das brincadeiras e do brincar: Ativando uma memória dos afetos. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 22(65), 603–608. <https://doi.org/10.1590/1807-57622016.0978>

Lopes, M. S. S. (2018). *O direito de aprendizagem e do brincar nos anos iniciais do ensino fundamental: Formação lúdica docente*, [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista]. Repositório <http://hdl.handle.net/11449/153507>

Lucena, R. F., & Trigueiro, N. M. (2018). Educação, jogo de corpo e mandinga: Na capoeira de Bimba. *Cad. Cedes*, 38(104), 89-102. <https://doi.org/10.1590/CC0101>

Lück, H. (2013). *A gestão participativa na escola*. Vozes.

Lück, H. (2017). *A gestão participativa na escola*. Vozes.

Minayo, M. C. S. (2012). Análise qualitativa: Teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(3), 621-626. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007>

Pereira, A. A. (2019). *Jogos Africanos: Aprendendo com estudantes de origem africana matriculados na Universidade Federal de São Carlos*, [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos]. Repositório <https://repositorio.ufscar.br/11714>

Pereira, L. P. (2018). *Da escola da Capoeira para o jogo da vida: Os saberes e os processos educativos vivenciados por seus praticantes*, [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Viçosa]. Repositório UFV <https://www.locus.ufv.br/123456789>

Pires, M. R. G. M., Gottens, L. B. D., & Fonseca, R. M. G. S. (2017). Recriar-se lúdico no desenvolvimento de jogos na saúde: Referências teórico-metodológicas à produção de subjetividades críticas. *Texto & Contexto*, 26(4). <https://doi.org/0104-07072017002500017>

Silva, D. A. A. E. (2015). Educação e ludicidade: Um diálogo com a Pedagogia Waldorf. *Educar em Revista*, 56, 101-113. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.41463>

Vigotsky, L. S. (2007). *O papel do brinquedo no desenvolvimento — A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. Martins Fontes.

 <https://doi.org/10.29327/2206789.20.37-6>

## Políticas de IA en el Cono Sur: Un análisis Comparativo en el Marco de la Evaluación de la Universidad Nacional de Asunción

**José Manuel Silvero Arévalos**

Doctorado en Filosofía, Universidad de Oviedo

Docente Investigador, Universidad Nacional de Asunción, Paraguay

[jmsilvero@rec.una.py](mailto:jmsilvero@rec.una.py)

<https://orcid.org/0000-0003-3901-2474>

**Javier Enrique Barúa Chamorro**

Doctor en Ciencias, Universidad de Cádiz

Docente Investigador, Universidad Nacional de Asunción, Paraguay

[jbarua@rec.una.py](mailto:jbarua@rec.una.py)

<https://orcid.org/0000-0002-8164-3432>

### Resumen

La Universidad Nacional de Asunción (UNA) se encuentra inserta en un proceso de evaluación global de la organización y estructuración académica conforme a lo establecido en el estatuto vigente de la institución. Dicha tarea tiene como fin establecer un nuevo modelo de universidad acorde a las exigencias del tiempo presente y a la luz de los grandes cambios disruptivos que en buena medida impronta en el quehacer académico, científico, tecnológico y de innovación. Este artículo tiene como objetivo identificar aspectos resaltantes de algunos documentos de países como Argentina, Brasil, Uruguay, Chile, Bolivia y Paraguay en lo que respecta a la vigencia de políticas y planes de desarrollo para el uso de la Inteligencia artificial y el impacto de los mismos en el fortalecimiento de la ciencia, la tecnología y la innovación. Luego de identificar, cotejar y listar los puntos estratégicos, se procederá a listar de manera sucinta los documentos de nivel político y estratégico de la Universidad Nacional de Asunción con el objetivo de propiciar un debate a lo interno de la UNA en el marco de la evaluación y la reconfiguración del nuevo modelo de universidad. La revisión, comparación y estudio de los desarrollos de políticas estratégicas a nivel regional ayudará a identificar los principales retos y oportunidades con la que cuenta la UNA a fin de fortalecer los esfuerzos ligados al quehacer científico, tecnológico y de la innovación. La agenda del futuro inmediato exige dinamismo, versatilidad y especialmente, aplicación de estrategias innovadoras recualificando así nuestra institución en un entorno cada vez más competitivo.

*Palabras clave:* Ciencia; Tecnología e Innovación; Evaluación; UNA; IA.

## Resumo

A Universidade Nacional de Assunção (UNA) está envolvida em um processo global de avaliação da organização e estruturação acadêmica de acordo com o estabelecido no estatuto atual da instituição. Esta tarefa visa estabelecer um novo modelo universitário de acordo com as exigências do tempo presente e à luz das grandes mudanças disruptivas que impactam largamente o trabalho acadêmico, científico, tecnológico e de inovação. Este artigo tem como objetivo identificar aspectos salientes de alguns documentos de países como Argentina, Brasil, Uruguai, Chile, Bolívia e Paraguai no que diz respeito à validade de políticas e planos de desenvolvimento para o uso de Inteligência Artificial e o impacto deles no fortalecimento da ciência, tecnologia e inovação. Após identificar, comparar e elencar os pontos estratégicos, serão elencados sucintamente os documentos de nível político e estratégico da Universidade Nacional de Assunção com o objetivo de promover um debate dentro da UNA no âmbito da avaliação e da reconfiguração do novo modelo de universidade. A revisão, comparação e estudo dos desenvolvimentos políticos estratégicos a nível regional ajudará a identificar os principais desafios e oportunidades que a UNA tem para fortalecer os esforços ligados ao trabalho científico, tecnológico e de inovação. A agenda para o futuro imediato exige dinamismo, versatilidade e, principalmente, aplicação de estratégias inovadoras, requalificando assim a nossa instituição num ambiente cada vez mais competitivo.

*Palavras-chave:* Ciência; Tecnologia e Inovação; Avaliação; UNA; IA.

## Introducción

La disruptiva irrupción de la inteligencia artificial (IA) supone un enorme reto para las universidades latinoamericanas y para todas las instituciones de educación superior (UNESCO/IESALC (2023)). Es innegable el enorme potencial que ofrece esta herramienta y por ende, las posibilidades para superar los enormes desafíos que enfrenta la academia en la actualidad. No obstante, no basta con la sola implementación, la clave radica en una gestión adecuada de la misma a fin de que los servicios del Estado puedan lograr rendimientos óptimos y deseables para el fortalecimiento institucional y el desarrollo económico y social de la población (BID, 2020).

En este orden de cosas, los beneficios de la IA podrían apuntar en tres aspectos importantes:

1. En el mejoramiento y fortalecimiento de la gestión eficiente y transparente. Esto es, la agilización de procesos al automatizar tareas repetitivas libera tiempo para que los docentes, investigadores, personal de apoyo se enfoquen en actividades estratégicas y de mayor valor. En cuanto a la mejora en la toma de decisiones, el análisis de datos en tiempo real permite tomar decisiones más informadas y basadas en evidencia. Así mismo, una mayor claridad gracias al concurso de IA facilita la rendición de cuentas y la

transparencia en la gestión pública pudiendo redituar un capital ético y político a la institución y a los líderes de la misma.

2. En los servicios públicos de calidad para todos. La atención personalizada permite ofrecer servicios públicos con forme a las necesidades de cada usuario. Asimismo, se asegura un acceso universal donde la automatización y la simplificación de trámites facilitan la gestión de los servicios públicos para todos los ciudadanos. De esta manera mejora la calidad de los servicios y por ende la calidad de la educación.

3. En el desarrollo económico y social. La IA genera nuevas oportunidades de trabajo en sectores como la investigación, el desarrollo y la aplicación de esta tecnología. De esta manera se impulsa la innovación, se fomenta la innovación en diversos sectores económicos, aumentando la competitividad y productividad.

### Desarrollo

La IA se perfila como una herramienta poderosa a la hora de esbozar y construir un futuro más próspero, equitativo e inclusivo para todos. Implementarla de forma responsable y estratégica representa un reto importante clave para así aprovechar al máximo su potencial y convertirla en un verdadero aliado para el desarrollo social y económico. En ese orden de cosas, cabe señalar que la implementación de políticas públicas para el uso estratégico de la IA, en algunos países del Cono Sur reviste de mucha importancia. Otros, aún se encuentran en fase de discusión pero encaminados hacia la configuración de políticas y planes para el uso de la IA, caso Paraguay. (García B y Ruvalcaba-G, 2021)

Es importante el esfuerzo que los países del Cono Sur deben realizar en comparación con los países desarrollados a fin de lograr una madurez de sus políticas públicas destinadas a fomentar la adopción de la IA. (Véase; *Government AI Readiness Index*, 2023).

De un total de 193 países rankeados, los nuestros ocupan la siguientes posiciones: Brasil, 36; Chile, 41; Uruguay, 46; Argentina, 54, Paraguay, 115 y Bolivia, 126.

El *Government AI Readiness Index* es una herramienta a tener en cuenta pues ofrece datos para evaluar la capacidad de los gobiernos a fin de aprovechar al máximo el potencial de la inteligencia artificial (IA). Este índice proporciona una evaluación integral de la madurez de los ecosistemas de IA en los diferentes países, tomando en cuenta

diversos factores como: Posición Global AI; gobernanza y ética; visión; disponibilidad de datos y representatividad de los datos disponibles, entre otros. (Langevin, et.al, 2020; *Government AI Readiness Index*, 2023)

Por otro lado, reviste de un gran interés el Índice Latinoamericano de Inteligencia Artificial (ILIA) pues el mismo ofrece un análisis exhaustivo de la situación de la IA en 12 países de América Latina. El mencionado índice es un estudio desarrollado por el Centro Nacional de Inteligencia Artificial (Cenia) de Chile, con el apoyo del Banco Interamericano de Desarrollo (BID), CAF -Banco de Desarrollo de América Latina-, la Organización de los Estados Americanos (OEA) y otras empresas ligadas al sector. El mismo evalúa el estado actual de la IA en la región y determina el grado de preparación de las economías latinoamericanas para su adopción y desarrollo. Metodológicamente el ILIA se basa en un ranking que analiza a 12 países de América Latina a través de cinco dimensiones macro:

1. Factores habilitantes: elementos necesarios para desarrollar un sistema de IA robusto en cada país.
2. Investigación, desarrollo y adopción: nivel de desarrollo y madurez de la IA en los sectores público y privado.
3. Gobernabilidad: marco regulatorio y políticas públicas relacionadas con la IA.
4. Percepción de la IA: análisis de la opinión pública sobre la IA en redes sociales y medios digitales.
5. Futuro de la IA: tendencias académicas y visión experta sobre el impacto social de la IA.

El ranking del ILIA para el año 2023 ha sido el siguiente:

Chile (72,67 puntos); Brasil (65,31 puntos); Uruguay (54,99 puntos); Argentina (54,76 puntos); México (48,55 puntos); Colombia (47,62 puntos); Perú (45,55 puntos); Costa Rica (33,41 puntos); Panamá (24,66 puntos); Ecuador (22,17 puntos); Paraguay (18,82 puntos); Bolivia (15,10 puntos)

Observando los resultados del ILIA se constata una realidad heterogénea en la región con el liderazgo de Chile. Asimismo, se constata una brecha significativa en comparación con los países desarrollados en cuanto a:

1. Habilidades tecnológicas: la penetración de habilidades disruptivas asociadas a la IA es menor en América Latina (2,16%) que en el resto del mundo (3,59%).

2. Infraestructura para el procesamiento de datos: la región carece de la infraestructura adecuada para la recolección y procesamiento de grandes cantidades de datos.

3. Colaboración científica: la colaboración entre países de la región es aún escasa en comparación con otras regiones del mundo.

4. Inversión: la inversión en IA en América Latina está muy por debajo de lo que se necesita. En 2023, la inversión privada global en IA alcanzó I 190.000 millones de dólares mientras que solo 8.200 millones de dólares correspondieron a América Latina.

Por ello, el desarrollo de la IA en América Latina enfrenta importantes desafíos y se requiere de esfuerzos conjuntos por parte de los gobiernos, las empresas y la academia para fortalecer las capacidades en IA: aumentar la inversión en educación y formación en habilidades relacionadas con la IA.

Además, desarrollar e invertir en infraestructura para el procesamiento de datos y la creación de centros de investigación en IA, promover la colaboración y fomentar el trabajo científico entre los países de la región. Por ello es crucial el aumento de la inversión pública y privada en IA para alcanzar los niveles de los países desarrollados. (CENIA, 2023)

Empero, si bien es cierto que en la región la brecha digital es importante, los marcos regulatorios necesitan discutirse y clarificarse y por supuesto, la insuficiencia de financiamiento y la escasez de talento especializado en IA, son algunos de los grandes desafíos que enfrenta la región. Sin embargo, también es cierto que se han logrado avances y se han adoptado políticas y/o esfuerzos de los gobiernos, la academia y otros sectores a fin de aprovechar al máximo el potencial de la IA y alcanzar un desarrollo social y económico sostenible.

En ese sentido, es muy importante visualizar el esfuerzo de los gobiernos por plasmar en documentos estratégicos los objetivos, las metas y los criterios a fin de coordinar los esfuerzos en cuestión. En este orden de cosas, a continuación, pasaremos a revisar y comparar de manera muy sucinta algunos documentos de interés.

País	Documento/año	Objetivo	Prioridades	Observaciones
<b>Argentina</b>	Plan Nacional de Inteligencia Artificial. 2019		1. Salud 2. Educación 3. Agroindustria 4. Trabajo y empleo 5. Seguridad	El Plan tenía como objetivo contribuir al desarrollo nacional (sustentable) y además articularse tanto con la Agenda Digital Argentina 2030 como con la Estrategia Nacional Argentina Innovadora 2030, el “Plan Nacional” nunca llegó a discutirse públicamente ni a implementarse. A finales de 2019, con el cambio de gobierno, el informe fue rápidamente olvidado. (Verselli, 2023)
<b>Brasil</b>	Estrategia brasileira de IA. 2021	La Estrategia Brasileña de Inteligencia Artificial (EBIA) tiene como objetivo potenciar el desarrollo y uso de la tecnología con miras a promover el avance científico y resolver problemas específicos en el país.	3 ejes horizontales: i. legislación, reglamentación y uso ético; ii. gobernanza de la Inteligencia Artificial; iii. aspectos internacionales; • 6 ejes verticales: i. cualificaciones para un futuro digital; ii. fuerza de trabajo y capacitación; iii. investigación, desarrollo, innovación y emprendedorismo; iv. aplicación en los sectores productivos; v. aplicación en el poder público; vi. seguridad pública.	La Estrategia Brasileña de Inteligencia Artificial, especialmente en lo que respecta a los temas de legislación, regulación y uso y gobernanza ética de la IA, parece adecuada y alineada con los documentos internacionales.

<b>Chile</b>	Estrategia Nacional de IA. 2021	Es un documento que contiene los lineamientos estratégicos en los que se debe enfocar el país en materia de IA durante los próximos 10 años. Esta estrategia tiene como objetivo convertir a Chile en un líder regional en IA.	Se enfoca en cinco áreas prioritarias: salud, educación, producción, seguridad y gobierno. La estrategia incluye medidas para fomentar la investigación y el desarrollo, la formación de talento, la inversión en infraestructura y la creación de un marco regulatorio adecuado.	Desde su publicación han sido varios los avances significativos en la materia: la creación del Centro Nacional de Inteligencia Artificial (CENIA), la focalización en IA de becas de doctorado (ANID), la puesta en marcha de redes de 5G, el primer doctorado de IA en Chile y Latinoamérica, la implementación del Proyecto Algoritmos Éticos, entre otras medidas. Esto ha posicionado a Chile en el primer lugar de la región en el Índice Latinoamericano de IA (CENIA, 2023). Entre las áreas que se destacan, se encuentran la infraestructura para datos, capital humano avanzado, investigación y conectividad, entre otros.
<b>Bolivia</b>	En la fecha no consta que el país cuente con una estrategia digital formalizada en un documento único. No obstante, hay iniciativas varias que conducen tanto a la necesidad de contar con un Plan estratégico.			Bolivia está frente a una magnífica oportunidad para aprovechar las circunstancias que brinda la IA.
<b>Uruguay</b>	Estrategia Nacional de Inteligencia Artificial. 2020	Es un documento cuyo objetivo general es promover y fortalecer el uso responsable de IA en la Administración Pública, identificando pilares, objetivos y líneas de acción específicas.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Gobernanza de IA en la Administración Pública;</li> <li>2. Desarrollo de capacidades para la IA.</li> <li>3. Uso y aplicación de la IA: fortalecer el buen uso de la IA</li> <li>4. Ciudadanía Digital e IA.</li> </ol>	El documento es una primera versión.

<p><b>Paraguay</b></p>	<p>El país aún no cuenta con un documento consensuado. Sin embargo, hay iniciativas varias que conducen tanto a la necesidad de contar con un Plan estratégico y al mismo tiempo, integrar los esfuerzos que se vienen realizando tanto a nivel académico, estatal, y empresarial.</p>	<p>Son muchos los esfuerzos aislados identificados tanto en el sector público como privado. Se precisa de una conducción y liderazgo para llevar adelante acciones conducentes a un Plan estratégico.</p>
------------------------	--	---

### Situación de la República del Paraguay

A nivel país, el año 2023 ha sido muy significativo pues la Cámara de Senadores del Parlamento Nacional ha convocado a una primera audiencia pública con la finalidad de dialogar y debatir acerca de la necesidad de que el país cuente con criterios y posturas multisectoriales que permitan la construcción de propuestas legislativas y espacios de debate sobre el uso y la implementación de la inteligencia artificial en el Paraguay. (HCS, 2023).

Asimismo, el año pasado también el Ministerio de Tecnologías de la Información y Comunicación (MITIC), en conjunto con el Centro de Cooperación del Gobierno de Corea (DGCC), instituyó un programa de capacitación en inteligencia artificial (AI) aplicada a gobierno electrónico dirigido a funcionarios públicos. Para el efecto una comitiva de Corea colaboró entrenando de manera intensiva a los formadores (MITIC, 2023).

Asimismo, cabe mencionar que un sistema avanzado de recaudación de impuestos y de control es la base de un nuevo proyecto de ley que fusionará a la SET con Aduanas. El uso de alta tecnología (inteligencia artificial) marcará la pauta del nuevo sistema. Este proyecto es una iniciativa legislativa en estudio (Hoy, 2023).

En lo que respecta a la Universidad Nacional de Asunción, la misma cuenta con grupos de investigación, participa en programas internacionales y anima a los docentes e investigadores a formarse en uso de las nuevas herramientas digitales. En la actualidad la UNA lidera trabajos de investigación de gran relevancia a nivel país. En ese sentido, desde la DGICT-UNA se han propiciado encuentros científicos muy relevantes a fin de conocer los avances y al mismo tiempo dialogar con los protagonistas. También, en el marco de las XXX Jornadas de Jóvenes Investigadores de AUGM celebrada en la Universidad Nacional de Asunción en el año 2023, se realizó una reunión donde se ha debatido acerca de la importancia de contar con un documento estratégico que integre los diferentes esfuerzos que al día de hoy se vienen realizando en torno a la IA.

Con el apoyo de la Agencia de Cooperación Internacional de Corea (Koica) se está construyendo en la UNA un centro de Tecnologías de la Información y Comunicación (TIC) en la Facultad Politécnica. El proyecto contempla la puesta a punto y operación del centro, que servirá para la capacitación en innovación en materia de TICs y la introducción de nuevas tecnologías. El acuerdo tiene una duración de 5 años y cuenta con una cooperación no reembolsable del Gobierno de Corea por US\$ 9,6 millones. La UNA proporcionará US\$ 1,4 millones para el equipamiento del centro. Los cursos en TIC se desarrollarán con profesionales de Paraguay y Corea, lo que incluye la capacitación de docentes y funcionarios de la UNA.

La Universidad Nacional de Asunción (UNA), como institución de educación superior pública y autónoma, se encuentra inmersa en la actualidad en un proceso de transformación de cara a la construcción de un nuevo modelo de universidad que responda a las necesidades del Paraguay del siglo XXI. El estudio del nuevo modelo de universidad es un enorme desafío que tiene sus antecedentes en un mandato de la Asamblea, plasmado en el Estatuto de la UNA, vigente desde el año 2017. En sus artículos 237 y 238 establece la responsabilidad de la presidencia de la Asamblea Universitaria para realizar una evaluación global de la organización y la estructura académica de la universidad. Estatuto. En ese orden de cosas, se ha realizado una evaluación nacional bajo el modelo de la Agencia Nacional de Evaluación, posteriormente se ha seleccionado a un organismo internacional de reconocido prestigio en el ámbito de la educación superior para complementar la evaluación institucional con fines diagnósticos a la UNA (UNA, 2017).

Un equipo técnico de la UNA acompañó el proceso de evaluación para garantizar la provisión de información precisa y oportuna al organismo evaluador. Este equipo estuvo compuesto por especialistas en las diferentes áreas de evaluación, así como por personal de apoyo con experiencia en la gestión de proyectos.

Asimismo, la participación activa de todos los sectores de la sociedad es fundamental para la construcción del nuevo modelo de universidad. Para ello, se está implementando diversas estrategias de consultas, tanto virtuales como presenciales.

La construcción de un nuevo modelo de universidad es un desafío histórico para la UNA pero al mismo tiempo, es una oportunidad que permitirá a la institución contar con las herramientas para adaptarse a los nuevos tiempos y responder a las demandas de la región y de la sociedad paraguaya. Entonces, por un lado, se asume como una coyuntura muy propicia, tanto, para llevar adelante reformas ambiciosas y radicales necesarias para encarar los desafíos propios de la era de los datos y por otro lado, capitalizar las enormes posibilidades que IA brinda como una fuerza poderosa capaz de impactar en beneficio de la propia universidad y de la sociedad en general.

Andrés y Doménech sostienen que al igual de lo que ha acontecido con las revoluciones industriales anteriores, no hay nada inexorable ni predeterminado en los efectos de la revolución digital. Sus consecuencias en la productividad, el consumo, el empleo, la desigualdad y otros determinantes del bienestar social dependerán de cómo se diseñen e implementen las políticas públicas con las que se ha de gestionar el proceso de transformación tecnológica de nuestras sociedades. (Andrés y Doménech, 2020).

De ahí que las estrategias y las políticas precisan ser pertinentes, eficientes, coherentes entre sí, integrales, en evaluación constante y que aprovechen las oportunidades que ofrecen las nuevas tecnologías en ámbitos tan importantes como el capital humano, el mercado de trabajo, la competencia y regulación de los mercados de bienes y servicios, la igualdad de oportunidades y la equidad, que conducirán a un nuevo contrato social y a un rediseño del estado de bienestar. Del éxito de estas políticas dependerá la capacidad de nuestras sociedades de aumentar la productividad, crear empleo y crecer de manera inclusiva, incrementando con ello el bienestar social.

Por ello, en un ejercicio de identificación de las herramientas normativas a nivel país para el efecto, cabe resaltar que la Universidad Nacional de Asunción se alinea a los documentos oficiales de la política de investigación, innovación y desarrollo del país; Plan

Nacional de Desarrollo-2030; Política Nacional de Ciencia, tecnología e Innovación. 2017-2030; Política Nacional de Investigación e Innovación en Salud.

A lo interno, la UNA cuenta con un su Estatuto; la Política de la Universidad Nacional de Asunción y con una Política de Investigación e Innovación de reciente aprobación por la Asamblea Universitaria. Asimismo, es de suma importancia el Plan Estratégico. 2021-2025 que organiza y direcciona las actuaciones misionales de la UNA a nivel institucional.

Entonces, la propuesta es liderar desde la Universidad Nacional las acciones conducentes a la configuración de una Estrategia Nacional de Inteligencia Artificial para el Paraguay. Dicha estrategia se enfocaría en cuatro pilares:

#### 1. Fortalecimiento de la investigación y el ecosistema de IA:

**Financiamiento:** Creación de fondos públicos y privados para investigación en IA, fomentando el partenariado público-privado.

**Infraestructura:** Desarrollo de una infraestructura computacional nacional para IA, accesible a académicos e investigadores.

**Recursos humanos:** Implementación de programas de formación universitaria y continua en IA para investigadores, profesionales y tomadores de decisiones.

**Cooperación internacional:** Fomento de la colaboración con instituciones y expertos internacionales en IA.

#### 2. Promoción de la innovación y adopción de la IA en sectores clave:

**Gobierno:** Utilización de la IA para mejorar la eficiencia y transparencia de los servicios públicos (salud, educación, seguridad, etc.).

**Economía:** Aplicación de la IA para impulsar la productividad, competitividad y diversificación de la economía (agricultura, industria, turismo, etc.).

**Sociedad:** Desarrollo de soluciones de IA para abordar desafíos sociales (inclusión social, medio ambiente, etc.).

### 3. Desarrollo de un marco regulatorio ético y responsable para la IA:

Marco legal: Definición de principios éticos y regulatorios para el desarrollo, implementación y uso de la IA.

Gobernanza: Establecimiento de un organismo nacional encargado de la gobernanza de la IA.

Transparencia y explicabilidad: Asegurar la transparencia y explicabilidad de los sistemas de IA.

Privacidad y seguridad: Garantizar la protección de la privacidad y la seguridad de los datos personales.

### 4. Sensibilización y educación a la sociedad sobre la IA:

Programas de divulgación: Información al público sobre las oportunidades y desafíos de la IA.

Educación básica y media: Incorporación de conceptos básicos de IA en el currículo escolar.

Debate público: Fomento de la reflexión y el diálogo sobre las implicaciones éticas y sociales de la IA. (Silvero; Ortíz; Amaral: 2024)

Consideramos que la implementación de esta Estrategia Nacional de IA permitirá al Paraguay aprovechar al máximo las oportunidades que ofrece la IA para el desarrollo sostenible y el bienestar de su población. La implementación de la Estrategia Nacional de Inteligencia Artificial (IA) tendría un impacto significativo en la Universidad Nacional de Asunción (UNA) en varios aspectos:

En primer lugar repercutirá de manera muy positiva en el fortalecimiento de su liderazgo y su reputación. De esta forma, la UNA se consolidaría como un referente nacional en investigación, desarrollo e innovación en IA. Además, posicionaría a nuestra universidad como un actor clave en la transformación digital del país.

Por otro lado, la participación de la UNA en la Estrategia Nacional de IA fortalecería la colaboración con otras universidades, instituciones públicas y privadas, y empresas del sector.

En segundo término, propiciaría el Impulso a la investigación y la formación en IA. Lo que impulsaría a su vez nuevos proyectos y la proliferación de grupos de investigación especializados. No descarta también que podrían desarrollarse programas de formación en IA a nivel de grado, posgrado y formación continua, atendiendo a la demanda de profesionales en este campo. La UNA se convertiría en un polo de atracción para estudiantes e investigadores de todo el país y la región.

Añadido a todo lo expuesto, como tercer elemento importante debemos tener en cuenta la transferencia de tecnología y generación de conocimiento. La UNA se convertiría en un puente entre la investigación y el sector productivo, facilitando la transferencia de tecnología y la generación de conocimiento aplicado. Se promovería la creación de empresas de base tecnológica (*spin-offs*) a partir de las investigaciones realizadas en la UNA.

Así, el desarrollo de soluciones innovadoras a problemas sociales y económicos del país podría encontrar una respuesta de la mano de nuestra universidad.

En cuarto lugar, otro aspecto no menor es la modernización de la gestión y los servicios universitarios. Con una buena estrategia las IA ayudarían a mejorar la eficiencia y la transparencia de la gestión administrativa de la UNA. Se desarrollarían plataformas educativas inteligentes para agilizar la calidad de la enseñanza y el aprendizaje. Así, nuestra universidad podría convertirse en una universidad inteligente, a la vanguardia de la innovación tecnológica, tal como se pretende en el marco del Nuevo Modelo de Universidad.

En resumen, la Estrategia Nacional de IA ofrece una oportunidad única para que la UNA fortalezca su liderazgo, impulse la investigación y la formación en IA, transfiera tecnología al sector productivo y modernice su gestión y servicios.

La UNA tiene el potencial de convertirse en un actor clave en la transformación digital de Paraguay y en un referente regional en el ámbito de la IA. La implementación de la Estrategia Nacional de IA es un paso fundamental para alcanzar este objetivo.

## Conclusión

Por todo lo expuesto concluimos que IA se presenta como una herramienta crucial para el desarrollo del Cono Sur donde se evidencian esfuerzos muy prometedores. A nivel

país, la UNA tiene la oportunidad de impulsar un Plan estratégico que incidirá de manera muy positiva en el fortalecimiento de la investigación, la innovación, la adopción responsable y la educación sobre la IA. La UNA también podría, por ejemplo, modernizar su gestión y servicios mediante la aplicación de IA en pos de la eficiencia, la transparencia y la calidad de la educación.

Al asumir este rol protagónico, la UNA que en la actualidad se encuentra en un proceso de evaluación global de la organización y estructuración académica puede al tiempo de reposicionarse contribuir a la transformación de Paraguay y al bienestar de su población mediante el uso responsable de la IA.

### Referencias

Agencia de Gobierno Electrónico y Sociedad de la Información y del Conocimiento (AGESIC). (2020). *Estrategia de Inteligencia Artificial para el Gobierno Digital*.

Agencia de Gobierno Electrónico y Sociedad de la Información y del Conocimiento (AGESIC) (2021). *Inteligencia Artificial para el Gobierno Digital: hay una estrategia. Uruguay*.

Andrés, Javier y Doménech, Rafael (2020). *La era de la disrupción digital. Empleo, desigualdad y bienestar social ante las nuevas tecnologías globales*. Ediciones Deusto.

Banco Interamericano de Desarrollo (BID). (2020). *La inteligencia artificial al servicio del bien social en América Latina y el Caribe: Panorámica regional e instantáneas de doce países*.

CENIA (2023). *Índice Latinoamericano de Inteligencia Artificial*. <https://bit.ly/3qZte8H>

CONACYT (2002) *Política Nacional de Ciencia y Tecnología*. Presidencia de la República del Paraguay. Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología del Paraguay: Asunción.

CONACYT (2014) *Libro Blanco de los Lineamientos para una Política de Ciencia, Tecnología e Innovación del Paraguay*. Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología del PY.

García B., & Víctor H. (2021). Análisis de las estrategias nacionales de inteligencia artificial en América Latina: Estudio de los enfoques de ética y de derechos humanos. *Revista de Gestión Pública*, X(1), 5-32. [rgp.2021.10.1.3151gob.ar/detalleAviso](http://rgp.2021.10.1.3151gob.ar/detalleAviso)

Honorable Cámara de Senadores. En audiencia pública expondrán anteproyecto sobre Inteligencia Artificial en Paraguay. 11 de octubre de 2023.

Iglesias Rodríguez, E., García Zaballos, A., Puig Gabarró, P., & Benzaqué, I. (2020). *Inteligencia artificial: La gran oportunidad del siglo XXI — Documento de reflexión y propuesta de actuación*. BID. <http://dx.doi.org/10.18235/0003037>

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (2021). *Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial*.

Ministerio de Ciencia, Tecnología, Conocimiento e Innovación. (2021). *Política Nacional de Inteligencia Artificial*.

Ministerio de Tecnologías de la Información y Comunicación (MITIC). Inicia capacitación en IA para funcionarios públicos con apoyo de Corea. 4 septiembre 2023.

OECD (2019) *Artificial Intelligence in Society*. OECD Pub. <https://doi.org/eedfee77>

*Plan Nacional de Inteligencia Artificial* (ArgenIA). (2019). Pres. de la Nación Argentina.

Presidencia de la Nación (2019). *Plan Nacional de Inteligencia Artificial*.

Proyecto de ley de nuevo Gobierno: Inteligencia artificial y la fusión de Tributación y Aduanas. En: Hoy. 27 de junio de 2023.

Resolución 14 (2022). Secretaría de Innovación Pública. Jefatura de Gabinete de Ministros de la República Argentina. Disponible en <https://www.boletinoficial>

Silvero, J. M. (2021). Cosmética digital y el caos natural. *Archipiélago — Revista Cultural de Nuestra América*, 28(109/10).

Silvero, J; Ortíz, D., & Amaral, M. (2024) *La necesaria reivindicación de Paulo Freire en tiempos de aceleración disruptiva y recualificación del quehacer educativo*. *Revista Letra Magna*, 20(35), 147-165. <https://doi.org/10.29327/2206789.20.35-8>

STP (2014) *Plan Nacional de Desarrollo Paraguay 2030*. Secretaría Técnica de Planificación del Desarrollo Económico y Social.

UNESCO/IESALC (2023) Oportunidades y desafíos de la era de la inteligencia artificial para la educación superior. Una introducción para los actores de la educación superior.

Universidad Nacional de Asunción. Facultad de Ingeniería (2018) Diseñaron Un Sistema De Detección Automática De Expresiones Faciales De Dolor Utilizando Redes Neuronales Convolucionales. Paraguay: <http://www.ing.una.py/?p=29428141>

Universidad Nacional de Asunción. Facultad de Ingeniería (2018) Primer Workshop Internacional Sobre Computación Avanzada e IA. <http://www.ing.una.py/?p=32318>

Universidad Nacional de Asunción. Facultad de Ingeniería (2019) Estudiantes De Ingeniería Mecatrónica de La Fiuna Presentaron A “Fi-bot” y “Mecatrónico Móvil” Como Proyectos En La Cátedra De Robótica 2. <http://www.ing.una.py/?p=38561>

Vercelli, A. (2023). Las inteligencias artificiales y sus regulaciones: Pasos iniciales en Argentina, aspectos analíticos y defensa de los intereses nacionales. *Revista de la Escuela del Cuerpo de Abogados y Abogadas del Estado*, 7(9), 195-217.

Martinez, A. L., & Patiño, A. (2021). *El Mercosur frente al cambio tecnológico y la transformación digital: Elementos para el análisis*. Ministerio de Relaciones Exteriores del Brasil; Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR.

 <https://doi.org/10.29327/2206789.20.37-7>

## A Ressignificação como Processo Contradiscursivo no Twitter/X

### Mabeli Cristiani Schreiner

Graduação em Letras, Faculdades Integradas de Taquara

Docente, Rede Notre Dama, Rolante, RS, Brasil

[mabelischreiner@sou.faccat.br](mailto:mabelischreiner@sou.faccat.br)

<https://orcid.org/0009-0007-4223-0583>

### Dieila dos Santos Nunes

Doutorado em Linguística Aplicada, Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Docente, Faculdades Integradas de Taquara, Taquara, RS, Brasil

[dieilanunes@faccat.br](mailto:dieilanunes@faccat.br)

<https://orcid.org/0000-0001-5349-5244>

### Resumo

A resignificação como processo contradiscursivo permite que o sujeito agredido, em vez de responder ao ataque por meio de outra agressão, reflita sobre ela e busque uma resposta corajosa e inteligente, provocando a exposição do sujeito agressor. O acontecimento que originou este estudo foram as falas racistas e xenofóbicas proferidas ao povo nordestino pelo vereador de Caxias do Sul Sandro Fantinel. O objetivo desta pesquisa é identificar, analisar e compreender as características tecnodiscursivas do processo contradiscursivo de resignificação no contexto digital, a partir da *tag* “Xenofobia contra Nordestinos tem que parar!”. A pesquisa define-se metodologicamente como bibliográfica com abordagem qualitativa. Para alcançar os objetivos propostos, foram selecionadas, no período de fevereiro a março de 2023, na rede social Twitter/X, as quatro primeiras publicações com essa *tag*. Os resultados obtidos mostram que a resignificação pode ser considerada uma importante estratégia de combate aos discursos de ódio produzidos nos ambientes digitais, pois, através das publicações de apoio ao povo nordestino, os sujeitos agredidos verbalizam o discurso ofensivo reproduzido por Sandro Fantinel de outra forma. Assim, verificou-se que esse discurso foi transformado em uma resposta inteligente e reflexiva, fazendo com que o enunciado primeiro destruía sua própria sustentação.

*Palavras-chave:* Resignificação; Contradiscursos; Xenofobia; Análise do Discurso Digital.

## Abstract

Resignification as a counter discursive process allows the attacked subject, instead of responding to the attack through another aggression, reflect about it and look for a courageous and smart answer, provoking the exposure of the aggressor subject. The event that originated this study was the racist and xenophobic speeches uttered to the Northeast's people by Sandro Fantinel, councilman of Caxias do Sul. The main goal of this paper is to identify, analyse and understand the techno discursive characteristics of the counter-discursive process of resignification in the digital context, based on the tag "Xenophobia against North-easterners has to stop!". The research is methodologically defined as bibliographic with a qualitative approach. To achieve the proposed goals, the first four publications with this tag were selected from February to March 2023 on the Twitter/X Social Media. The results showed that resignification can be considered an important strategy to combat hate speech produced in digital environments, because, through publications in support of the Northeast's people, the attacked subjects verbalize the offensive discourse reproduced by Sandro Fantinel in another way. Therefore, this speech was transformed into an intelligent and reflective answer, causing the first statement to destroy its own support.

*Keywords:* Resignification; Counter-discourse; Xenophobia; Digital Discourse Analysis.

## Introdução

Os discursos de ódio nas redes sociais têm se tornado frequentes, tendo em vista o acesso de inúmeros indivíduos a essas plataformas, cada um com sua cosmovisão e subjetividade. Esse tipo de discurso, propagado nos ecossistemas digitais, agride, ofende e fere a identidade de indivíduos ou grupos sociais minorizados.

Assim como as informações, os discursos de ódio se espalham rapidamente pelas redes, através de publicações, comentários ou falas extremamente ofensivas. Em contrapartida, grande parte dos usuários repudia esse tipo de atitude, provocando movimentos e discussões de luta que buscam conter o ódio espalhado pelos agressores.

Em fevereiro de 2023, o vereador caxiense Sandro Fantinel, que exerce seu primeiro mandato (2021 a 2024), proferiu falas racistas e xenofóbicas sobre o povo nordestino, após subir à tribuna da câmara de Caxias do Sul com o intuito de defender vinícolas da serra gaúcha que estavam sendo autuadas, depois da descoberta de mais de 200 trabalhadores nordestinos que viviam sem situações análogas à escravidão. Durante seu discurso, o vereador referiu-se aos baianos como “aquele povo lá de cima” e resumiu a cultura nordestina a “viver na praia e tocar tambor” (Poder 360, 2023; Bom dia, 2023). A

atitude de Fantinel logo se difundiu por todas as mídias, principalmente pela rede social Twitter/X<sup>18</sup>, sendo repudiada por grande parte dos usuários.

Diante dessa polêmica, um processo contradiscursivo começou a se formar no Twitter/X, e o discurso de ódio proferido pelo vereador tornou-se um processo de ressignificação. Por meio de tuítes, foram publicados abaixo-assinados e *tags*, com vistas a dar uma resposta inteligente e não agressiva ao discurso racista e xenofóbico reproduzido por Sandro Fantinel. Ante o exposto, esta pesquisa intenta responder ao questionamento: *Como se dá o processo contradiscursivo de ressignificação da tag “Xenofobia contra Nordestinos tem que parar!” no ecossistema Twitter/X?*

Com o intuito de encontrar respostas para o problema supracitado, é objetivo geral identificar, analisar e compreender as características tecnodiscursivas do processo contradiscursivo de ressignificação no contexto digital, mais especificamente no Twitter/X com a *tag* “Xenofobia contra Nordestinos tem que parar!”. Para atender a esse objetivo maior, são objetivos específicos a) identificar os recursos tecnodiscursivos empregados no processo contradiscursivo de ressignificação da *tag* “Xenofobia contra Nordestinos tem que parar!”; b) refletir sobre como a ressignificação em contexto digital transforma um discurso ofensivo em um movimento de reflexão e luta; c) compreender a importância da Análise do Discurso Digital na compreensão dos discursos produzidos nas redes sociais e dos fenômenos discursivos presentes neles.

Para que seja possível agregar novos conhecimentos aos estudos sobre ressignificação em contextos digitais, o presente artigo adota uma metodologia bibliográfica com abordagem qualitativa. Sendo assim, para alcançar os objetivos propostos, foram coletados dados no período de fevereiro a março de 2023 na rede social Twitter/X. A partir do episódio ocorrido após as falas do vereador Sandro Fantinel, selecionamos os quatro primeiros tuítes com a *tag* “A xenofobia contra nordestinos tem que parar”, para que fosse possível analisar como o processo de ressignificação de uma ferida languageira, ou seja, um discurso de ódio ocorre nesse ambiente digital.

---

<sup>18</sup> A rede social Twitter, popularmente conhecida por esse nome desde a sua criação, passou a ser chamada de X em julho de 2023, quando o seu dono, Elon Musk, anunciou a reformulação da marca da empresa. Nesta pesquisa, optou-se por chamá-la de Twitter/X.

## O Discurso de Ódio no Twitter/X

Com a chegada da Web 2.0 e a criação das redes sociais, as pessoas passaram a se comunicar, expressar seus pensamentos e, principalmente, expor o cotidiano de suas vidas de forma aberta para milhares de indivíduos com diferentes pontos de vista. Porém, de acordo com Paveau (2021), se por um lado a Web 2.0 permite a criação de textos sérios e informativos, assinados por autores que são seus responsáveis, por outro lado ela se apresenta como um espaço de desabafo, onde enunciados anônimos são produzidos sem controle, propagando discursos de ódio que atingem, sobretudo, os grupos minorizados.

Os sujeitos estão cada vez mais conectados, utilizam as ferramentas digitais a maior parte do tempo e, em consequência disso, tornam-se pessoas cada vez menos tolerantes e violentas com aquilo que é diferente do seu modo de pensar. Dessa forma, aproveitam-se do anonimato para expressar ideias que não condizem com a ética da comunicação (Maingueneau, 2021), já que se sentem protegidos por trás de um dispositivo. Nunes e Giering (2022) afirmam que o anonimato pode acontecer pelo uso de um pseudônimo nas redes sociais, fenômeno chamado por Paveau (2021) de pseudonimato. Essa prática “[...] é motivada por distintas razões e serve para inúmeros fins, mas manifesta o mesmo desejo: proteger a identidade oficial de um indivíduo” (Nunes; Giering, 2022, p. 8560).

O discurso de ódio, emitido rapidamente pelas redes sociais, consiste em desferir palavras de insulto que buscam intimidar ou assediar pessoas em virtude de sua raça, sexualidade, etnicidade, nacionalidade ou religião, difundindo e estimulando o ódio racial, a xenofobia, a homofobia, a intolerância religiosa e tantos outros preconceitos que afrontam os limites éticos de convivência (Brugger, 2007).

Atualmente, há um grande debate quanto à diferença entre liberdade de expressão e discurso de ódio. A primeira expressão é fundamental para a existência de uma democracia, a outra representa falas e atitudes violentas que são prejudiciais para construção de uma sociedade democrática. Tavares (2020) pondera que o discurso de ódio não compatibiliza com um estado Democrático de Direito, ele é oposto de uma sociedade plural, aberta e inclusiva.

Os conflitos sociais encontrados nos meios digitais nada mais são do que ideologias trazidas antes mesmo do surgimento da internet. Porém, a impossibilidade da propagação dessas manifestações restringia a descortesia, a violência e o discurso de ódio aos grupos sociais de interações pré-digitais, ou seja, as que ocorrem fora do universo digital. Com a chegada da internet, os indivíduos tornaram-se encorajados em expressar suas opiniões, sem medir as consequências de suas palavras, tendo em vista a possibilidade do anonimato.

As redes sociais passaram a ser, então, uma das principais ferramentas de entretenimento e de interação dos internautas, levando em consideração a quantidade de conteúdos que podem ser acessados ao mesmo tempo e a velocidade com que tudo acontece dentro desses espaços. Um exemplo de rede social é o Twitter/X, onde as informações correm rapidamente e, com frequência, circulam discursos de ódio. Por outro lado, há também mobilizações sociais realizadas pelos usuários com o objetivo de lutar contra a disseminação de discursos de ataque a determinados grupos de pessoas.

Como todo espaço público, a rede social abarca milhares de pessoas que se conectam a ela para compartilhar relatos sobre sua vida pessoal, notícias, expressar reflexões e até mesmo críticas; logo, é comum que usuários discordem das publicações uns dos outros, ocasionando discussões agressivas e disseminação de discursos de ódio que ofendem e discriminam determinados grupos sociais e podem causar danos pessoais e até mesmo à democracia.

Apesar da denominação “discurso de ódio”, engana-se quem pensa que esse tipo de discurso se materializa apenas com manifestações agressivas, insultuosas e abusivas. Segundo Andrade (2021), o discurso de ódio pode vir disfarçado de piadas, insinuações, discursos sérios de caráter político, manifestações jornalísticas e humorísticas, podendo também prevalecer em falas sutis, mas carregadas de ironia, sarcasmo e duplo sentido.

Essas manifestações de ódio se propagam pelos ecossistemas das redes sociais de diversas maneiras, como, por exemplo, em comentários de usuários em publicação de outro usuário ou em publicação primeira, e todas elas têm como principal objetivo ofender ou perturbar determinados grupos sociais estigmatizados. Dessa forma, é necessário que os sujeitos agredidos utilizem seus conhecimentos discursivos para formular respostas corajosas, em vez de propagar ainda mais manifestações de violência, afinal, se a vítima responder o ataque com outro ataque, também assume o papel de agressor.

Como categoria de resposta a essa ciberviolência, ou seja, a essas manifestações de ódio no digital, Marie-Anne Paveau (2021) apresenta o processo de ressignificação, que consiste em não responder a uma agressão por meio de outra agressão, mas sim refletir sobre ela e produzir uma resposta contradiscursiva destemida.

### **A Ressignificação Tecnodiscursiva do Discurso de Ódio**

O processo de ressignificação permite que o sujeito agredido, em vez de responder ao ataque por meio de outra agressão, reflita sobre ela e busque uma resposta corajosa e, ao mesmo tempo, inteligente, provocando a exposição do sujeito agressor. De acordo com Maingueneau (2021, p. 12), “essa estratégia, ao invés de contestar um enunciado a partir de seu exterior, faz com que ele destrua sua própria sustentação, junto com o ponto de vista que ele encarna”.

Esse fenômeno de linguagem já foi instrumento de pesquisa e estudo a partir dos anos 1980, com ênfase em provérbios, slogans e imprensa. Por outro lado, a obra mais recente sobre esse processo, *Ressignificação em Contexto Digital*, escrita pela linguista francesa Marie-Anne Paveau em parceria com os linguistas brasileiros Julia Lourenço da Costa e Roberto Leiser Baronas (2021), busca compreender as práticas discursivas de ressignificação que se desenvolvem na Web 2.0 e são produzidas por pessoas que buscam responder aos diversos insultos e agressões verbais sofridas no contexto digital.

A Web 2.0 aparece como um campo de batalha em que os agressores se aproveitam do anonimato para produzir enunciados que não estão de acordo com a ética da comunicação. Desse modo, acaba se tornando um espaço de desabafo no qual circulam enunciados anônimos, onde os desafetos se manifestam sem controle.

O movimento de ressignificação como processo contradiscursivo fica mais evidente no ambiente digital, pois, através das funcionalidades técnicas da máquina, os sujeitos encontram uma possibilidade maior de agir e dar visibilidade ao poder de resposta coletiva a determinados insultos.

Na sua dimensão discursiva, o processo de ressignificação consiste na retomada de um elemento linguageiro entendido como ofensivo pela vítima, modificando seu valor negativo, transformando-o em marca de uma identidade empoderada. Assim, a ressignificação é compreendida como um processo de quatro etapas: ferida linguística,

reapropriação, inversão e produção da ação (Paveau; Lourenço; Baronas, 2021). Nesse processo, o indivíduo apropria-se de um termo ofensivo, a partir de uma ferida linguística, e devolve-o contra a origem enunciativa do discurso ofensivo, num ato de linguagem que produz um poder de ação linguístico.

Para os linguistas referidos (2021), a ressignificação apresenta-se tanto como um processo linguístico e discursivo quanto político. Linguístico, pois sua noção está fundamentada na concepção do sentido contextualizado e inerente dos ambientes do sujeito. Discursivo, porque é uma reenunciação de um termo ofensivo que abre possibilidades de modo inédito de respostas. Político, na direção de que o sujeito, em vez de deixar-se atribuir o discurso ofensivo, incorpora a ofensa que lhe foi desferida e a transforma em uma resposta discursiva e inovadora.

Segundo Paveau, Lourenço e Baronas (2021, p. 38), “a ressignificação não é apenas um processo semântico-pragmático, mas um dispositivo discursivo total que envolve formas discursivas variadas e plurissemióticas”. Para explicar a ressignificação em contextos digitais, os teóricos (*Ibidem*) atribuem sete critérios linguístico-(tecno)discursivos que constituem a ressignificação como processo discursivo:

1. **Critério pragmático:** há uma ferida languageira causada por um insulto ou ataque que fere a identidade de uma pessoa ou grupo.
2. **Critério interacional:** cria-se uma resposta ao enunciado ofensivo.
3. **Critério enunciativo:** a origem enunciativa da resposta é o próprio sujeito agredido, que retoma o discurso ofensivo.
4. **Critério semântico-axiológico:** o enunciado-resposta incorpora uma alteração ou mudança semântica e/ou axiológica.
5. **Critério discursivo:** o enunciado-resposta passa a ser produzido em um contexto diferente do discurso ofensivo, sendo assim, recontextualizado.
6. **Critério sociossemântico:** a recontextualização do elemento languageiro é aceita e reconhecida pelos sujeitos envolvidos, formando um sujeito coletivo.
7. **Critério pragmático-político:** o enunciado ressignificado é inovador, pois produz um reparo e uma resistência ao sujeito militante.

Diante desses critérios, é viável, de acordo com Paveau, Lourenço e Baronas (2021), explicar a ressignificação como uma prática linguageira, linguística e material de resposta a um enunciado ofensivo, realizada pelo sujeito agredido através da autocategorização ou recontextualização simples, estabelecendo um retorno do discurso ofensivo, em um contexto alternativo. Por conseguinte, o novo uso tem potencial para ser aceito coletivamente, produzindo uma reparação ao ataque sofrido e uma resistência discursiva.

Para Paveau, Lourenço e Baronas (2021), o processo de ressignificação pode ocorrer por diferentes práticas nativas da Web. A ressignificação por recontextualização enunciativa, de um ponto de vista linguístico, ocorre através da repetição de palavras, enunciados ou signos sob a forma de origem em contextos diferentes e a partir de uma fonte enunciativa diferente, relacionada à pessoa ofendida.

Compreendendo que o discurso está em constante transformação e movimento, Paveau, Costa e Baronas (2021) preconizam o conceito de “*hashtag* salamandra”. Por meio da capacidade de regeneração das salamandras, a ressignificação é proposta para se pensar a argumentação que constrói um contradiscurso a partir de um enunciado ofensivo que se regenera, reabilitando seu poder de ação.

### Figura 1

*Processo de Regeneração das Salamandras*



Fonte: Martins (2018)

As salamandras, especificamente da espécie axolote, apresentam a capacidade de regeneração de seus membros. Se esses animais sofrem a perda de ossos, músculos ou nervos, conseguem recuperar a extremidade em questão de semanas (Cetera, 2017). Como observado na Figura 1, a partir do trauma sofrido pelo membro, as salamandras iniciam seu processo de regeneração que vai desde a cicatrização da ferida ao membro

totalmente regenerado e intacto. Dessa forma, incorpora-se a imagem da salamandra como processo linguístico-argumentativo, compreendendo que o discurso está em constante transformação.

A *hashtag* salamandra é aquela que, a partir de uma ferida primeira, produz a ressignificação, que se desdobra novamente em um novo contradiscurso. A partir dessa primeira ressignificação, uma segunda reformulação é operada, todavia, invertendo novamente os valores que, estão ordenados ao valor axiológico do enunciado ofensivo primeiro. Esse contradiscurso, alinhado aos valores axiológicos do discurso agressor, estimula a produção de novas séries de tecnografismos, isto é, de novas séries de produção semiótica que associa texto, imagem e *hashtags* em ambiente digital (Paveau; Lourenço; Baronas, 2021).

A forma de argumentação empregada pelos movimentos digitais também é utilizada pelo discurso dominante, que reformula a expressão original com o objetivo de defender um ponto de vista agressivo. No entanto, para cada contra-argumento opressor, surge uma nova abordagem por parte dos militantes.

O processo de ressignificação, enquanto fenômeno tecnodiscursivo, surge dentro dos ecossistemas da Web 2.0. Por meio das funcionalidades técnicas da máquina, os indivíduos encontram maiores possibilidades de agir e dar visibilidade ao poder de resposta coletivo. O dispositivo técnico, o ambiente digital e o usuário são constituintes do processo discursivo, dessa forma, a teoria da Análise do Discurso Digital leva em conta esse imbricamento entre máquina e indivíduo com um mesmo grau de importância.

### Características do discurso digital sob a ótica da ADD

A análise do discurso, antes do digital, apresentava uma concepção dualista, na qual o linguístico e o extralinguístico eram pensados como duas coisas distintas. Nessa análise, puramente languageira, tudo que era observado em análises discursivas era feito a partir da linguagem, voltando-se a uma linguística logocêntrica, ou seja, que considera apenas os elementos languageiros para a análise. Com a chegada da Web 2.0, a perspectiva dualista ficou para trás, pois, na concepção da ADD, o linguístico e o extralinguístico começaram a ser vistos como um *continuum*, isto é, um imbricamento entre a linguagem e a tecnologia. Trata-se, portanto, de uma linguística simétrica, em que

o linguageiro e não linguageiro estão ligados e desempenham papéis igualmente importantes na elaboração dos discursos.

Na análise do discurso, diversos estudos têm procurado pensar o discurso no digital como um espaço de interação entre ser humano e máquina. O avanço do digital é uma transformação do ambiente, que afeta as estruturas e as relações sociais. De acordo com Paveau (2021, p. 71), “a perspectiva ideológica da análise do discurso digital considera o aparelho como um elemento intrínseco do ambiente e não como uma simples ferramenta.”. Desse modo, o olhar do pesquisador deve voltar-se aos elementos linguageiros e tecnológicos, pois esses dois atores têm o mesmo grau de relevância para a compreensão dos fenômenos ocorridos on-line.

Segundo Paveau (2021, p. 57), “chamamos de nativas as produções elaboradas on-line, nos espaços de escrita e com as ferramentas propostas pela internet.” Esses discursos possuem características linguísticas, especificamente morfográficas, lexicais, discursivas e semióticas.

Os discursos digitais nativos apresentam seis características, listadas a seguir, que levam a refletir sobre os mecanismos teóricos e metodológicos da análise do discurso.

Composição: os discursos digitais nativos são compostos por uma matéria mista que une o linguageiro ao tecnológico. Os tecnodiscursos são, na maioria das vezes, plurissemióticos, conciliando, na mesma semiose, escrita, som, imagem fixa ou animada. Alguns exemplos de elementos visivelmente compósitos são a *hashtag* e o *hyperlink*. A *hashtag*, porque se trata de um segmento ao mesmo tempo linguageiro, por meio de suas siglas, palavras e expressões e, técnico, devido a sua natureza clicável. O *hyperlink*, por sua vez, enquanto elemento discursivo clicável, é um item compósito, visto que garante uma dupla função linguística e técnica, pela possibilidade de deslinearização de um enunciado primeiro, que viabiliza atingir um enunciado segundo.

Deslinearização: a hipertextualidade modifica a linearidade dos tecnodiscursos, incluindo vias de acesso que direcionam o texto fonte e seu leitor para outro discurso. Dessa forma, os indivíduos são deslinearizados para outros discursos, por meio de tecnopalavras, ou seja, palavras clicáveis que levam o escritor-leitor de um fio-fonte a um fio-alvo, estabelecendo relações entre os dois discursos.

Ampliação: os discursos digitais nativos manifestam uma enunciação ampliada através das funções conversacionais da Web, por exemplo, os comentários e as ferramentas de escrita colaborativa em espaços enunciativos únicos. Nessa perspectiva, a máquina e os ecossistemas digitais permitem novas possibilidades de expressão e comunicação na escrita digital, não existentes em escritas pré-digitais. A ampliação escritural é de dois tipos: as configurações das ferramentas de escrita da Web 2.0 permitem, de um lado, prolongar os escritos por adições, através de comentários, e por circulações facilitadas, por meio dos compartilhamentos e reblogagem. Por outro lado, permitem que vários escritores produzam o mesmo texto simultaneamente no mesmo espaço, através de programas de escrita coletiva.

Relacionalidade: os discursos digitais nativos são inscritos numa combinação com outros discursos, com os aparelhos, os escritores e os (escri)leitores. Essas relações com outros tecnodiscursos resultam da estrutura hipertextual da Web, das ligações com aparelhos em decorrência da natureza compósita dos tecnodiscursos e da conexão com os escritores e escreleitores, que passam pela subjetividade das interfaces de escrita e de leitura.

Investigabilidade: os tecnodiscursos são localizáveis, pois estão inscritos na memória da rede, podendo ser pesquisados e redocumentados num universo onde nada é esquecido, percorrido por ferramentas de busca e redocumentação que possibilitam que os discursos digitais nativos sejam localizáveis e coletáveis.

Imprevisibilidade: os discursos nativos da internet são relativamente produzidos e formatados por programas e algoritmos, tornando-os imprevisíveis para os enunciadores humanos. Nos discursos digitais, os algoritmos, os links de hipertexto e as possibilidades de compartilhamento e redocumentação separam as intenções escriturais iniciais dos formatos escriturais finais.

A ecologia do discurso, uma abordagem da análise do discurso, está alinhada na ideia de que os discursos são incorporados aos seus meios e não podem ser analisados apenas a partir da matéria linguageira, mas sim como compósitos, pois estão em relação em um mesmo ecossistema digital, integrando o linguageiro e o tecnológico, o cultural, o social, o político e o ético.

De acordo com Paveau (2021, p. 162), “na internet, o internauta escreve nos ecossistemas, nas máquinas, e não mais ‘sobre’ ou ‘por meio’ deles; o corpo, a máquina,

as competências linguageiras e os textos produzidos são integrados em um dispositivo comum.”. A linguista propõe, desse modo, que o locutor dos discursos nativos pode ser chamado de “escritor”, tendo em vista que o emissor produz o tecnodiscurso e é igualmente usuário do ecossistema digital no qual está inserido. A prática tecnodiscursiva ocorre numa relação entre usuário, ecossistema digital e dispositivo técnico.

As pesquisas de análise dos discursos digitais nativos necessitam observar, então, todos os elementos que constroem e permitem a comunicação entre os indivíduos em diferentes ecossistemas digitais. Diante disso, partimos para a metodologia que objetiva analisar as produções on-line, elaboradas dentro do ecossistema da rede social Twitter/X.

### **Metodologia**

Para realização deste trabalho, optou-se por uma metodologia bibliográfica. Segundo Prodanov e Freitas (2009), esse modelo de pesquisa ocorre quando se é desenvolvida mediante o uso de material já publicado, constituído de livros, artigos, periódicos entre outros materiais. A abordagem utilizada para realização da pesquisa é qualitativa, que, de acordo com Prodanov e Freitas (2009, p. 81), “considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real/objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números”.

Para alcançar os objetivos propostos neste trabalho, foram coletados dados no período de fevereiro a março de 2023 na rede social Twitter/X. O acontecimento que gerou a proposta de pesquisa e análise desta investigação foram as falas racistas e xenofóbicas proferidas ao povo nordestino pelo vereador Sandro Fantinel de Caxias do Sul, após a descoberta de pessoas da região Nordeste submetidas a trabalhos análogos à escravidão em vinícolas do Rio Grande do Sul com certa notoriedade. A partir do episódio ocorrido, que se espalhou rapidamente pelas redes sociais, principalmente no Twitter/X, rede social analisada nesta pesquisa, selecionamos os quatro primeiros tuítes com a *tag* “A xenofobia contra nordestinos tem que parar!”, para que fosse possível analisarmos como o processo de ressignificação de uma ferida linguageira, ou seja, um discurso de ódio ocorre nesse ambiente digital.

A análise dos dados coletados seguirá as seguintes etapas: a) breve apresentação do fato que levou a pesquisa deste trabalho: as falas xenofóbicas e racistas do vereador gaúcho sobre o povo nordestino; b) identificação e análise das estratégias linguístico-

discursivas, presentes no *corpus* selecionado, que evidenciam um processo de ressignificação da ferida linguística gerada pelo vereador; c) reflexão sobre como o processo de ressignificação digital ocorre no Twitter/X, transformando um discurso de ódio em um movimento social e político de lutas.

### **As Falas do Vereador Gaúcho Sobre o Povo Nordestino**

O corpus de análise do presente artigo visa compreender como se dá o processo de ressignificação em contextos digitais e identificar as características da Análise do Discurso Digital presentes em publicações no Twitter/X que buscam responder ao discurso racista e xenofóbico proferido pelo vereador de Caxias do Sul Sandro Fantinel ao povo nordestino.

Em fevereiro de 2023, o vereador caxiense subiu à tribuna da câmara de Caxias do Sul e proferiu falas preconceituosas ao povo nordestino, após a descoberta de mais de 200 trabalhadores vivendo em situações análogas à escravidão em três vinícolas da serra gaúcha. O vídeo do vereador logo se espalhou pelas redes sociais, especialmente no Twitter/X. Muitos usuários refutaram o discurso de Fantinel e, a partir disso, um movimento de ressignificação do discurso de ódio tomou conta da rede social.

Os tuítes a serem analisados apresentam em comum características da ADD e critérios da ressignificação, tendo em vista que ambos foram publicados no Twitter/X como forma de manifestação, tornando-se um movimento de luta em apoio ao povo nordestino, através de características tecno-discursivas que fazem parte dos discursos criados nos ecossistemas digitais.

### **A Materialização Tecnodiscursiva dos Tuítes Selecionados**

Todos os tuítes analisados direcionam os usuários ao mesmo conteúdo, o site do abaixo-assinado criado com o propósito de requisitar a cassação do mandato do vereador Sandro Fantinel. Porém, cada uma das publicações apresenta características tecnodiscursivas únicas, sendo analisadas isoladamente.

O primeiro tuíte a ser analisado foi publicado no dia 01 de março de 2023, às 10h34min, pelo médico e ativista pelo Nordeste, Bruno Gino (Figura 2).

**Figura 2***Tuíte publicado por Bruno*

Fonte: Gino (2023), captura de tela realizada pelas autoras (2023)

A postagem feita pelo médico apresenta a quantidade de assinaturas alcançadas pelo movimento de cassação do vereador Sandro Fantinel, realizado por meio da criação de um abaixo-assinado. Além disso, o vereador traz em sua postagem a *tag* analisada neste artigo: “A xenofobia contra nordestinos tem que parar!”. Ela está em letras grandes, possivelmente, para destacar a relevância do movimento e utiliza a arroba utilizada pela conta de Sandro Fantinel para fazer menção ao vereador.

Ao analisarmos a postagem, podemos observar que Bruno tem sua conta verificada na rede social e utiliza junto ao seu nome o emoji da bandeira do Brasil, representando seu país, o emoji de cacto para representar a região nordestina e o emoji da bandeira do Canadá para representar sua profissão de professor adjunto de medicina na Memorial University no Canadá.

Este tuíte é composto por texto verbal e não verbal, sendo estes a publicação escrita por Bruno e o *hyperlink* de acesso ao abaixo-assinado. Logo abaixo, podemos observar a hora e data em que o texto foi publicado, a quantidade de visualizações do

tuíte que foi de 27 mil, número de retuites que foi de 353, as curtidas que foram 2.124 e comentários realizados por 8 usuários da rede social até a data de geração dos dados desta pesquisa. Sob essas informações, encontramos os ícones que permitem, aos demais usuários, a interação com a publicação do Dr. Bruno, o ícone em formato de balão de fala que permite que os usuários realizem comentários, o ícone em formato de flechas que permite que a publicação seja repostada, o ícone de coração permite que os internautas curtam a postagem, o ícone ao lado possibilita que os usuários salvem a publicação e para finalizar, o último ícone permite que os usuários compartilhem a postagem feita no Twitter/X como uma mensagem ou compartilhem em outros ecossistemas digitais.

### Figura 3

*Tuíte publicado por Magnus Deering.*



Fonte: Deering (2023), captura de tela realizada pelas autoras (2023).

O segundo tuíte foi publicado por Magnus Deering, usuário que tem sua conta verificada pelo Twitter/X. No texto publicado, Marcos demonstra seu repúdio pelas falas expressas por Sandro. Além disso, Magnus utiliza o nome completo do vereador, o partido ao qual Sandro é filiado, o dia e a data em que o vereador subiu à tribuna de Caxias do Sul e proferiu falas racistas e xenofóbicas sobre o povo nordestino. O texto da publicação traz em sua composição a *tag* analisada e o *hyperlink* que deslineariza o discurso e, portanto, o enunciado, para a página da petição.

O tuíte 2, publicado no dia 28 de fevereiro de 2023, recebeu 968 visualizações, 16 retuítes, 3 comentários e 48 curtidas até a data de geração dos dados desta pesquisa. Logo abaixo dessas informações, encontramos os ícones de interação mencionados, também, no tuíte 1. A publicação é constituída por linguagem verbal e não verbal, pois, como já mencionado, o tuíte é constituído pela escrita do usuário, a *tag* analisada e o abaixo-assinado que traz em sua composição, além do texto verbal, a imagem como texto não verbal representando a união e o reforçando a ideia de ser um movimento de luta coletiva.

#### Figura 4

*Tuíte publicado por apoiadora do Presidente Lula.*



Fonte: #FelizLula2022 (2023), captura de tela realizada pelas autoras (2023).

O terceiro tuíte foi publicado por uma conta apoiadora do atual presidente Lula. O usuário utiliza um pseudônimo, ou seja, um nome diferente do seu, escolhido, na maioria das vezes, para esconder sua identidade oficial. O pseudônimo é composto pela *hashtag*, um segmento linguageiro muito presente no ecossistema das redes sociais, especialmente, no Twitter/X, também é composto pelo texto verbal “FelizLula2022” que reflete o posicionamento político deste usuário. Apesar do uso do pseudônimo, é possível observarmos que o usuário opta por manter sua identificação através do arroba “@mluizamoliveira”.

O tuíte 3, publicado no dia 01 de março de 2023, recebeu 77 visualizações, 1 retuíte e apenas 1 comentário até a data de geração dos dados dessa pesquisa. Em seu texto verbal, o usuário alega ser sulista e demonstra apoio a campanha contra a xenofobia sofrida pelo povo Nordestino. Além disso, ressalta seu carinho e admiração pelo Nordeste e, incorpora a *tag* analisada e o *hyperlink* de acesso ao abaixo-assinado.

A publicação é composta também por texto não verbal. Além da imagem exposta no abaixo-assinado, o usuário utiliza dois emojis em sua escrita, um coração e uma carinha mandando um abraço para complementar seu discurso de apoio ao movimento.

Neste tuíte destaca-se o uso da *hashtag* para formação do nome do perfil. Nesse caso, a *hashtag* não tem o mesmo movimento que outras *hashtags* incorporadas em outras publicações, pois não deslineariza os usuários para outros discursos, mas para o perfil do indivíduo, tendo em vista que é uma *hashtag* utilizada para compor o nome do perfil escolhido por esse usuário.

Além dos três tuítes, buscamos também analisar a página do abaixo-assinado criada pelo médico Bruno Gino, primeiro perfil analisado nesta pesquisa. O abaixo-assinado criado com o objetivo de conseguir a cassação do mandato do vereador Sandro Fantinel, após o discurso de ódio proferido por ele em relação ao povo nordestino, teve início no dia 28 de fevereiro de 2023. A página do documento pode ser acessada pelos usuários do Twitter/X por meio de um clique no *hyperlink* veiculado nos três primeiros tuítes.

**Figura 5***Página do abaixo-assinado.*

Fonte: Gino (2023b), captura de tela realizada pelas autoras (2023).

Na descrição do abaixo-assinado, o médico menciona o fato que gerou a manifestação, as falas racistas e xenofóbicas proferidas pelo vereador Sandro Fantinel, realizadas na 267ª Sessão Ordinária da Câmara de Caxias do Sul (Gino, 2023b).

Na postagem, Bruno destaca que as falas do vereador constituem uma falta inadmissível, tendo em vista que o povo Nordestino, historicamente, sofre com a discriminação, segregação e perseguição. Além disso, aponta que preconceito de raça ou de cor são considerados crime, conforme a Lei nº 7.716 (Brasil, 1989).

No *corpus* em análise, podemos observar que o fundador do abaixo-assinado tem o objetivo de chegar a 25.000 assinaturas, para que, assim, se torne uma das petições com maior número de assinaturas da página. Porém, no momento em que a captura de tela foi realizada, o número de assinaturas estava em 15.437 pessoas (Gino, 2023b).

O texto é composto por linguagem verbal e não verbal, o criador utiliza a imagem das mãos, do megafone e o texto verbal, com a *tag* analisada por esse artigo, para reforçar a ideia de que o abaixo-assinado representa um movimento de luta. Na captura de tela, também encontramos o ícone verbal que indica onde os usuários devem clicar

para que possam realizar a assinatura do documento, os detalhes do abaixo-assinado e a guia de comentários que pode ser acessada pelos usuários.

### Características da ADD nos Tuítes Selecionados

Os tuítes analisados neste artigo apresentam características que levam a refletir os mecanismos teóricos e metodológicos da análise do discurso digital. Os *hyperlinks*, sendo elementos discursivos clicáveis, são considerados compósitos, em razão da sua capacidade de garantir uma dupla função linguística e técnica de natureza informática. Nos dois primeiros tuítes deste corpus (Figura 2 e Figura 3), encontramos um *hyperlink* que direciona os usuários para outro discurso. Essa característica, conforme Paveau (2021), deslineariza o discurso e, por conseguinte, o enunciado, pois faz com que os usuários sejam direcionados para outro discurso, nesse caso, para a página do abaixo-assinado.

O processo de ampliação é visto nos tuítes por meio dos comentários e retuítes feitos por outros usuários, porém, apenas na Figura 2, vemos de fato o comentário publicado. Nele, o signatário da publicação estende sua escrita colocando o link do abaixo-assinado para que os outros usuários possam acessar a página. Embora as capturas de tela não tenham contemplado todos os comentários realizados nos tuítes, eles estão ali presentes e ampliam o discurso e o enunciado, porque a ampliação permite que haja uma manifestação enunciativa ampliada, ou seja, que outros usuários possam ampliar o que está sendo dito através das funções de comentar e retuitar.

A investigabilidade manifesta-se de diferentes formas nos tuítes analisados. Na Figura 2, vemos uma menção ao vereador Sandro Fantinel que permite com que os usuários que ali clicarem sejam direcionados diretamente para o perfil do candidato. Nos três primeiros tuítes, podemos observar um mesmo elemento investigável, o *hyperlink* de acesso à página do abaixo-assinado. Porém, na Figura 2, o *hyperlink* está descrito no comentário feito pelo criador da publicação, já nas Figuras 3 e 4, o *hyperlink* está incluso na publicação dos usuários. Além disso, os próprios nomes e pseudônimos utilizados pelos usuários são investigáveis, pois, por meio de um clique, outras pessoas da rede social podem ser direcionados para esses perfis e lerem outras publicações e informações dos usuários.

Essas especificidades de cada tuíte, além de serem denominadas como características da investigabilidade, podem ser designadas como um ato de deslinearização, uma vez que, a partir do momento que os demais usuários da rede social clicam nos elementos clicáveis dos tuítes em análise, sejam eles os nomes dos perfis, o arroba do vereador ou até mesmo o *hyperlink* do abaixo-assinado são deslinearizados para outros discursos e páginas.

A relacionalidade nos tuítes se dá a partir da compreensão de que as publicações em análise estão numa ecologia que relaciona a tecnologia informática da máquina e os usuários, os quais, com mão e mouse, exercem a ação de digitar, clicar e acessar diferentes discursos e publicações. Além disso, não podemos ignorar que tais publicações estão relacionadas aos aspectos sociais, culturais e políticos. Há também imprevisibilidade nesses discursos produzidos, pois é impossível prever os conteúdos que cada usuário vê, tendo em vista que existe uma experiência única do usuário com a rede social, que vai depender muito de seus rastros, gostos e preferências durante o acesso a esses ecossistemas digitais.

Nos tuítes em análise, o fim discursivo é conscientizar e promover um movimento de luta contra as falas racistas e xenofóbicas de Sandro, mas que nem sempre são atingidas, a depender da compreensão do leitor em relação ao conteúdo - que pode ser uma visão de apoio a causa ou até mesmo de repúdio ao movimento.

### **“A Xenofobia Contra Nordestinos Tem Que Parar!”**

No corpus analisado, o processo de ressignificação busca responder às falas racistas e xenofóbicas de Sandro Fantinel, por meio de respostas inteligentes e corajosas, provocando a exposição do vereador e fazendo com que as pessoas reflitam sobre o fato.

No dia 28 de fevereiro de 2023, terça-feira, em decorrência das falas infelizes e preconceituosas do vereador sobre o povo Nordestino, um grande movimento de ressignificação do discurso racista e xenofóbico de Sandro é iniciado no Twitter/X. A maioria dos usuários considera desprezível e criminosa a atitude do vereador e, a partir disso, o processo de ressignificação de um discurso de ódio ocorre, por meio da formação da *tag* “A xenofobia contra nordestinos tem que parar!”, da publicação de tuítes

desaprovando o discurso de Sandro e da criação de um abaixo-assinado com o objetivo de exigir a cassação do mandato do vereador.

Ao analisarmos os tuítes, nos deparamos com os sete critérios linguístico-tecnodiscursivos propostos por Paveau (2021) e que constituem a ressignificação como um processo discursivo, a listar.

**1. Critério pragmático:** há uma ferida linguageira provocada pelas falas racistas e xenofóbicas do vereador Sandro Fantinel ao povo nordestino. Grande parte dos usuários do Twitter/X consideram o discurso do vereador ofensivo e preconceituoso.

**2. Critério interacional:** uma resposta ao enunciado ofensivo é produzida por meio de tuítes que desaprovam a atitude do vereador e incentivam outros usuários para que assinem o abaixo-assinado.

**3. Critério enunciativo:** o discurso proferido pelo vereador, que era ofensivo, torna-se um movimento de luta, a partir dos tuítes postados pelos usuários militantes. Dessa forma, o sujeito agredido não é mais somente a origem enunciativa da resposta, mas sim todos os usuários que retomam o enunciado ofensivo e provocam uma recontextualização do discurso de ódio.

**4. Critério semântico-axiológico:** nesse caso, não há um retorno com inversão semântica ou axiológica do enunciado ofensivo.

**5. Critério discursivo:** o enunciado primeiro, com teor ofensivo, é produzido em um contexto diferente dos enunciados-resposta. Isto é, o discurso ofensivo é produzido em um ambiente físico, na Câmara Municipal de Vereadores de Caxias do Sul, e trazido para o ecossistema Twitter/X por meio de um vídeo, já os enunciados-resposta são produzidos dentro do ecossistema do Twitter/X.

**6. Critério sociossemântico:** o movimento de resposta é aceito por outros usuários, gerando um sujeito coletivo que faz com que as pessoas reflitam sobre o discurso ofensivo e cobrem, por intermédio do abaixo-assinado, a cassação do mandato do vereador.

**7. Critério pragmático-político:** os enunciados ressignificados são revolucionários, pois produzem uma resistência ao discurso de ódio. O vereador, após a grande onda de tuítes desaprovando suas falas, vem a público, por meio de um vídeo, pedir desculpas ao povo Nordeste.

O processo de ressignificação, em todos os tuítes analisados, permite-nos compreender que pela e na linguagem os sujeitos podem transformar o sentido de um discurso em outras direções, ressignificando-os em discursos inteligentes e corajosos. Mais do que isso, a ressignificação permite a união de um sujeito coletivo que luta pela igualdade de direitos e pela democracia.

Assim como os tuítes representam um movimento de ressignificação, pois buscam, através das publicações feitas pelos usuários, responder ao discurso do vereador de forma corajosa e eficiente, o abaixo-assinado, criado pelo médico Bruno Gino, também deve ser considerado uma forma de luta de um sujeito coletivo que ressignifica o discurso de ódio de Sandro e que, além de expor o agressor, busca responsabilizá-lo por suas atitudes que ferem a integridade de um povo por meio de agressões verbais, xenofóbicas e racistas. Portanto, a ressignificação transforma as expressões de ódio em outro nível discursivo, da solidariedade, da valorização de um povo e do respeito.

### Considerações Finais

O objetivo principal deste artigo foi identificar, compreender e analisar as características tecnodiscursivas do processo contradiscursivo de ressignificação no contexto digital, especificamente na rede social Twitter/X por meio da *tag* “Xenofobia contra Nordestinos tem que parar!”. O ponto de partida para essa pesquisa foi o discurso racista e xenofóbico proferido pelo vereador Sandro Fantinel ao povo Nordeste. Diante disso, selecionamos tuítes e a página de um abaixo-assinado criados por usuários do Twitter/X que desaprovam a atitude do vereador.

Nesse sentido, com base na análise realizada, levando em consideração os elementos linguageiros e não linguageiros, que são compósitos, dos *corpus* analisados, percebemos que o discurso de ódio está frequentemente associado a preconceitos e estigmas sociais. Na polêmica envolvendo Sandro Fantinel, mesmo o vereador não tendo proferido seu discurso diretamente no ecossistema das redes sociais, o vídeo com suas falas racistas e xenofóbicas logo se difundiu pela Web 2.0, principalmente no Twitter/X.

A partir disso, a ofensa feita por Sandro não atingiu somente o povo nordestino, mas todos aqueles usuários que repudiaram a atitude do vereador. Sendo assim, o processo de ressignificação ocorre por meio de um sujeito coletivo, transformando o

discurso racista e xenofóbico de Sando Fantinel em um movimento de reflexão e luta através das publicações de apoio ao Nordeste, da exposição do vereador e da criação do abaixo-assinado com o propósito de solicitar a cassação do mandato de Fantinel, a fim de que o vereador se responsabilizasse por suas falas.

Embora a ressignificação seja um fenômeno que ocorre igualmente fora das especificidades do digital, quando materializada nos ecossistemas digitais, apresenta características intrínsecas da Web 2.0 e tem uma estrutura distinta da off-line, pois, mesmo que em ambas as situações a ressignificação seja esse processo de inversão de um discurso de ódio em uma resposta inovadora, no on-line esse processo atinge um número muito maior de pessoas e vem com características tecnodiscursivas que ampliam as possibilidades de comunicação.

Em se tratando da ADD, ao longo da análise, fica evidente que não há mais como analisar de maneira logocêntrica os enunciados presentes nos ecossistemas digitais, visto que eles estão numa coexistência com a tecnologia de natureza informática. Portanto, os elementos técnicos informáticos são tão importantes quanto os elementos textuais e discursivos para a compreensão dos fenômenos no espaço digital e das produções online.

A ressignificação em contexto digital é um estudo recente que ocorre em outras plataformas digitais além do Twitter/X. A cada dia, novos discursos de ódio são proferidos nos ecossistemas das redes sociais e, possivelmente, há muito o que analisar e estudar acerca desse assunto tão importante para a compreensão de que, pela linguagem, os sujeitos possam transformar o sentido de um discurso em outras direções que não, o discurso de ódio. Dessa forma, em tempos em que a agressividade e a ciberviolência se fazem tão presentes na Web 2.0, é imprescindível que novos estudos a respeito dessa teoria sejam realizados e aprofundados.

### Referências

- Assis, P. (2009). O que é Tag? *Tecmundo*. <https://www.tecmundo.com.br/o-que-e-tag>
- Andrade, A. G. C. (2021). Liberdade de expressão e discurso ódio. *EMERJ*, 23(1), 9-34.
- BRASIL. *Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.* DOU, 06 jan. 1989. Seção 1, 369.

BOM DIA Rio Grande (2023). *Sandro Fantinel pode ser cassado por falas discriminatórias durante sessão no RS*. <https://globoplay.globo.com/v/11620417/>

Brugger, W. (2007). Proibição ou Proteção do Discurso do Ódio? Algumas observações sobre o Direito Alemão e o Americano. *Revista de Direito Público*, 4(15).

Cereta, D. (2017). *A Salamandra Axolote*. <https://www.aquaa3.com.br/salamandra>

Deering, M. (28 fev. 2023). *Racista e Xenofóbico*. Xr: @MagnusTavola.

Gino, B. (2023a). *A xenofobia contra nordestinos tem que parar!* [change.org](https://change.org)

Gino, B. (2023b). *A xenofobia contra nordestinos tem que parar!* Canadá, 01 mar. 2023b. X: @DrBrunoGino. <https://twitter.com/DrBrunoGino>

Gusmão, A. (2022). *Afinal, para que serve o Twitter? Descubra agora como usar essa rede social*. <https://rockcontent.com/br/blog/para-que-serve-o-twitter/>

G1, Porto Alegre (27 fev. 2023). *Trabalhadores resgatados em situação de escravidão no RS: O que se sabe e o que falta saber*. <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2023/02/27/trabalhadores-resgatados-em-situacao-de-escravidao-no-rs>

G1, Porto Alegre (13 mar. 2023). *Vereador de Caxias do Sul é indiciado por racismo após falas contra trabalhadores baianos*. <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2023/03/13/vereador-de-caxias-do-sul-e-indiciado-por-racismo>

InfoMoney (2023). *Elon Musk: O homem por trás dos projetos mais audaciosos – e polêmicos – dos últimos tempos*. <https://www.infomoney.com.br/perfil/elon-musk/>

Maingueneau, D. (2021). Prefácio: Das razões para ler resignificação em contexto digital. In M. A. Paveau, J. L. Costa, & R. L. Baronas (Orgs.). *Resignificação em contexto digital*, (pp. 9-13). EdUFUSCar.

Martins, R. (2018). *Axolote: A salamandra que se regenera*. <https://www.aquaristz.com/aquarismo/axolote-salamandra-regenera/>

Meio&Mensagem (2022). *História do Twitter: Origem da rede social até a compra por Elon Musk*. <https://www.meioemensagem.com.br/midia/historia-do-twitter>

Nunes, D. S., & Giering, M. E. (2022). O pseudonimato como prática democrática para a construção do discurso de extremidade com conteúdo a favor da vacinação contra a covid- 19. *Fórum Linguístico*, 19(4), 8555- 8570.

Paveau, M. A. (2021). *Análise do discurso digital: Dicionário formas e práticas*. Pontes.

Prodanov, C. C., & Freitas, E. C. (2009). *Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. Feevale.

Santos, A. C. F. O., & Cortez, S. L. (2022). Multimodalidade no Twitter: Uma análise dos recursos (tecno) linguageiros na construção de tuítes. *Entrepalavras*, 12(3), 287-309.

Tavares, J. (2020). Discursos de ódio homofóbico e a intolerância com a escolha de cada indivíduo. *Ijdl: International Journal of Digital Law*, 1(2), 127-128.

Poder 360 (16 mar. 2023). *Vereador Sandro Fantinel é indiciado por racismo*. <https://www.poder360.com.br/justica/vereador-sandro-fantinel-e-indiciado-por-racismo/>

#FelizLula2023. *A xenofobia contra nordestinos tem que parar!* 01 mar. 2023. X: @mluizamoliveira. <https://twitter.com/mluizamoliveira/status/1631080770201702400>

 <https://doi.org/10.29327/2206789.20.37-8>

## The Psychology of Fear in H. P. Lovecraft's Gothic Fiction: A Reading of "The Rats In The Walls"

**Gustavo Vargas Cohen**

Doutorado em Literaturas de Língua Inglesa, Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Docente, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, RR, Brasil

[gustavo.cohen@ufr.br](mailto:gustavo.cohen@ufr.br)

<https://orcid.org/0000-0002-5938-9933>

### Abstract

Lovecraft's discernible taste for the Gothic yields peculiarities which are presented and discussed, in terms of the differences between the traditional European Gothic and its distinctive American version. Lovecraft selects specific traits from the Gothic repertoire to stir primal and often irrational emotions in his readers. Traits such as fear of rats and fear of the dark are discussed from both psychological and literary standpoints. The short story "The Rats in the Walls" (1924) is used as object with which to confront both Gothic characteristics and the scientific exploration of phobias.

*Keywords:* H. P. Lovecraft; Rats; Gothic; Musophobia.

### Resumo

O gosto perceptível de Lovecraft pelo gótico produz peculiaridades que são apresentadas e discutidas, em termos das diferenças entre o gótico europeu tradicional e sua distinta versão americana. Lovecraft seleciona traços específicos do repertório gótico para despertar emoções primitivas e muitas vezes irracionais em seus leitores. Traços como o medo de ratos e o medo do escuro são discutidos dos pontos de vista psicológico e literário. O conto "The Rats in the Walls" (1924) é utilizado como objeto para confrontar tanto as características góticas quanto a exploração científica de fobias.

*Palavras-chave:* H. P. Lovecraft; Ratos; Gótico; Musofobia.

*The oak-panelled walls were alive with rats, scampering and milling...*  
H. P. Lovecraft, The Rats in the Walls

### Introduction

It is not unheard of, nor it is insignificant, that H. P. Lovecraft possesses a discernible taste for the Gothic. The *Historical Dictionary of Gothic Literature* describes the Rhode Island-born novelist, poet, editor, and short story writer Howard Phillips Lovecraft

(1890-1937) as a “crucial figure in 20th-century American Gothic” and maintains that “his Gothic work is timely and saturated with the cultural and political questions of its day.” (Hughes, 2013, p. 172) Furthermore, he is the author of one of the great early works of Gothic criticism in America, a 28,000-word theoretical essay called “Supernatural Horror in Fiction”. Originally published in 1927, the manuscript is Lovecraft’s look on the developments and achievements of horror fiction in the 1920s.

For the last hundred years scholars have scrutinised Lovecraft’s perceived Gothic vein. They have found masterful use of traditional tropes of the genre such as: “haunted spaces and places, haunted people, found things, and insanity” (Jamneck & Joshi, 2017, p. 4) in many of his literary works. Jamneck and Joshi (2017) shed different light on Lovecraft’s “gothicness”. They do not initially conceive his literature as Gothic in the traditional European sense of the word. They argue that stories such as “The Call of Cthulhu”, “The Color Out of Space”, “The Dunwich Horror”, and “The Shadow Over Innsmouth” do not stumble upon imposing castles and all the genre-related lore associated with Bram Stoker’s *Dracula*, for example. They claim the reader is exposed, instead, to decaying fishing villages, rural farmlands, or with sea voyages to mysterious islands.

Tuzkov (2014) agrees that variations on the traditional European gothic themes are in fact present in Lovecraft’s literature; and he claims that they are indeed made peculiar. Tuzkov is referring to the atmosphere of fear, supernatural horror, mystery, the appealing to infernal forces (in half-mystical or half-mythical ways); all qualities present in Lovecraft’s stories, which have received the author’s distinctive treatment, and that have predetermined, in many ways, the development of the modern Neo-Gothic prose in American fiction.

The literary text that shares Gothic elements from European and American traditions, and where both allegories meet in an unmistakably overt way, is “The Rats in the Walls”, a 15-page short-story first published in *Weird Tales* magazine in March of 1924 (and in many anthologies and collections ever since). The text tells of the descent into madness of the protagonist called Delapore, an American who inherits an ancestral Estate in England called Exham Priory. It turns out that his long-lost family hide a dark secret there; they keep a hidden city-like site underneath the house, where they raise people as “human cattle” to cater to their lust for human flesh. In addition, the walls of the house above are crawling with rats.

The hybrid traits that tinge Lovecraft's Gothic fiction have been analysed by many critics (Waller, 2002; Geeraert, 2010; Tuzkov, 2014; Reilly, 2014). The following section discusses some of these peculiar characteristics in practical textual analysis.

### **A Frantic Search for the American Gothic**

Tuzkov summarises Lovecraft's transitional Gothic elements as holders of the following traits: "doom of human civilisation, overcoming the limits between modern and ancient worlds, between reality and dreams, perception of human life as mysticism and horror, aspiration to make the reader feel the reality of the fantastic plot." (2014, p. 62) The short story "The Rats in the Walls" epitomises the use of these traits and goes much further, exploiting readers' fears. Let us briefly analyse each one of these traits.

In "The Rats in the Walls", the 'doom of human civilisation' is causally related to the fate of the remaining human livestock, which survives in the Estate's underground only to be eventually devoured by the rats which inhabit the city's cesspits. Although initially discussing the tales of Cthulhu, Tuzkov (2014) refers to the fact that some stories lead the reader to believe that humanity is not the only civilisation which has inhabited the Earth (he means specifically in Lovecraft's fictional universe). Quite the contrary, at different points in Lovecraftian historical time, humanity is seen as one among many in a great variety of highly advanced civilisations. According to Geeraert "for every level of civilisational (scientific, artistic, intellectual) achievement Lovecraft creates, he adds an existential level above it which goes unexplained." (2010, p. 86) In the case of "The Rats in the Walls" the author might as well be exposing his "obsessive fears of human degeneration or reverse-evolution" (Geeraert, 2010, p. 4)

Logic dictates that if there are more advanced civilisations, there are also less advanced ones. This logic is applied to the contextual events and characters that inhabit the underground of Exham Priory; there is an entire race of people which have been so starved to the point of devolution. The reader learns this through narrative evidence found underground: "the skulls denoted nothing short of utter idiocy, cretinism, or primitive semi-apedom." (Lovecraft, 1924, p. 30) The transformation of that entire society may not be entirely due to starvation, for: "Upon examination of the settlement the group discovers that the inhabitants of the grotto, presumably ancestors of the de la Poers, extend back earlier than the first Roman occupation of Britain, and that they have inter-bred with at

least one non-human species” (Reilly, 2014, p. 58) Only their remains tell their story. With this description Lovecraft outlines what he sees as the literal possibility of devolution through the process of degeneration, in an “almost eugenic fear of the possibility of reverse evolution.” (Geeraert, 2010, p. 29)

As for ‘overcoming the limits between modern and ancient worlds’, the inheritance and ensuing restoration of the ruining Exham Priory bridges this historical gap:

Exham [was] much studied because of its peculiarly composite architecture; an architecture involving Gothic towers resting on a Saxon or Romanesque substructure, whose foundation in turn was of a still earlier order or blend of orders -- Roman, and even Druidic or native Cymric, if legends speak truly (Lovecraft, 1924, p. 25).

Through the narrator, Lovecraft pieces together an outline of Exham Priory's past, from prehistoric time through various conquests of England (Roman, Saxon, Danish, Norman). In addition, he traces the stories surrounding the protagonist's family's possession of the estate up to 1261; there “Lovecraft recounts the apparent progress of civilisation throughout English history, symbolised by the increasingly elaborate architecture erected on the site.” (Geeraert, 2010, p. 27)

The ‘path between reality and dreams’, craftily inserted in the story, is inescapably paved with disturbing imagery; as can be noted in Delapore's description of something as trivial as his retirement to bed:

I retired early, being very sleepy, but was harassed by dreams of the most horrible sort. I seemed to be looking down from an immense height upon a twilight grotto, knee-deep with filth, where a white-bearded daemon swineherd drove about with his staff a flock of fungous, flabby beasts whose appearance filled me with unutterable loathing. Then, as the swineherd paused and nodded over his task, a mighty swarm of rats rained down on the stinking abyss and fell to devouring beasts and man alike (Lovecraft, 1924, p. 28).

The surreal being which emerges in Delapore's dreams is what motivates him to explore the underground terrain. The grotto he sees in his dreams eerily matches a similar place he encounters in the subterranean site below the house. The nightmarish landscape suggests: “that he has tapped into ancestral memory.” (Reilly, 2014, p. 58) The Romantics tended to idealize the middle ages, noble savagery, and societies seen as less civilised: “Lovecraft shares a romantic nostalgia for the beauty of past ages, a focus on dreams, a strong sense of loss, and a bitter antipathy to modernity” however, in “The Rats in the Walls”, Lovecraft refers to the Middle Ages as “a time of savagery and superstition, a

contemptible historical period but a ripe vein to mine for the morbid and debauched imagery of nightmares” (Geeraert, 2010, p. 30).

The revelation of Delapore’s family’s past as well as the transgenerational bouts of insanity which plague the protagonist lead him not only to wound but also to attempt to eat his friend Norrys in the dark of the cavernous underground city. Geeraert sees Delapore descent into madness as a “rapid reverse-evolution of an American aristocrat” (2010, p. 26) that takes place before the reader’s very eyes.

Although the concept of hereditary mental disease was much studied in the eighteenth century, by the middle of the nineteenth century, Alexander Tweedie’s *Cyclopaedia of Practical Medicine* notes that “the hereditary predisposition to scrofula, consumption, gout and insanity,” has become “entirely a part of the medical creed.” (In: Waller, [1847] 2002, p. 410) Beliefs concerning hereditary disease were so widespread that the fear of marrying into families with a history of mental illnesses was a real ordeal; thus: “parents often sedulously examined the relatives of their children’s suitors for evidence of chronic disease; after titles, cash, and connections, the family’s record of health was often the next most serious criterion used when deciding whom their progeny should marry” (Waller, 2002, p. 411).

Interestingly enough, the madness which ails Delapore’s family is not restricted to his bloodline, as at least one other person not genetically related, namely the psychic investigator Thornton, descends into madness there as well, suggesting that the source of insanity rested in the house, and not in the bloodline. Nowadays, social sciences view this etiological category as a popular resource for “introducing social distance between the immoral and the respectable elements of society” (Waller, 2002, p. 413).

‘Losing grasp of what is real and what is not’ manifests in a variety of ways in the story. The white-bearded daemon swineherd he finds in the underground of the house can be metaphorically linked to the protagonist’s guilt; possibly guilt over his family’s enslavement of an entire population (symbolically not so far removed from the enslavement of African-Americans in the American South), or possibly guilt over World War I soldiers sent to their deaths by high-ranking army officers sitting in cozy offices (probably indicating Delapore’s feeling of helplessness and despair over the death of his own son). Geeraert sees the fact that Delapore’s son had been fatally wounded in the Great War as “an appropriate metaphor for the historical fate of the European aristocracy” (2010, p. 26).

Some critics have accounted for some of Lovecraft's problematic elements related to racial bigotry. The controversy over his cat's name, Niggerman, has been tackled oftentimes. Rusty Burke writes that:

[...] guilt over the oppression of blacks, over deliberately depriving other human beings of the very freedom the white Southerner claims so fiercely as his birthright, over systematically depriving an entire race of their very human dignity, plays an important role in the psychic makeup of the white Southerner (Reilly, 2014, p. 187).

Lovecraft himself thought “a world in which physical force (...) determine[s] the dominance and content of the population of sentient beings is a reprehensible world” (Geeraert, 2010, p. 27) Furthermore he was disturbed by Darwinian evolution, especially with the notion of the survival of the fittest. Social Darwinism just did not sit right with him.

The other possibility, the one which links guilt with war, may have been Lovecraft's attempt at connoting the traumatic neurosis of those WWI soldiers' who succumb to the intense stress of war. It was believed that the huge firepower from the (then) newly mechanised artillery could lead to undetectable brain damage, since some men were seen eerily 'freezing' in the battlefields. This idea of brain injury gave rise to the term 'shellshock', since “it was no coincidence that a splintering 'shell' was now connected to an obliterating 'shock'” (Leese, 2002, p. 1) therefore “Walter [Delapore]'s protestations might be read as an inversion of the conception of shellshock.” (Reilly, 2014, p. 60) Celia Kingsbury argues for just this inversion when she writes that shellshock is an “emotional response to conditions so horrendous that they remain outside the pale of human comprehension, even though they are conditions wrought by human action (2002, p. 82) Reilly (2014) acknowledges that Lovecraft knew little of shellshock or its victims, and that his general attitude towards psychoanalysis was dismissive, however, it is interesting that Delapore is portrayed as a recovering victim of psychological trauma.

Regarding the image of the white-bearded daemon swineherd which crops up in Delapore's dreams, it can be said that the presence of a demon figure has been historically linked with a material (yet mythical) manifestation of guilt. And this, in turn, links to the earlier professed 'perception of human life as mysticism and horror'. Lovecraft apparently believed that the emotionally unsatisfying nature of scientific reductionism would lead to a retreat from the very idea of truth. Such a crisis of confidence in the project of determining truth is a testament to Lovecraft's insight into human psychology (Geeraert, 2010). Restrictions on truth yield restrictions on belief, which in turn are implicit in restriction of emotions, since emotions rely heavily on beliefs. Lovecraft displayed keen

insight into such matters, with a comprehension that emotionally appealing propositions are significantly more striking when they are also believed to be true.

As for the ‘aspiration to make the reader feel the reality of the fantastic plot’, it is perhaps important to point out that, from a social sciences perspective, rats are no mere background vermin in literature, but rather compelling manifestations of what society wishes to hide or to purposefully ignore. Rats have been considered glaring symbols of poverty, uncleanliness, contamination, and disease, in other words, a shameful display of society’s failings and a commentary on the horrors of deprivation. Furthermore, Lovecraft’s unique vision of existential horror, especially when it refers to the rich connection between fantasy and reality, “speaks directly to the current western intellectual situation, particularly the popular conflict between certain versions of monotheistic religion and the scientific concept of evolution playing out in America and elsewhere.” (Geeraert, 2010, p. 4) In that vein, religion is in the business of signifying fantasy as intensely as science is in the business of describing reality.

Lovecraft helps establish crucial groundwork for the American strand of Gothic by engaging retrospective terror and arcane unease. Among the shared traits between European Gothic and its Atlantic Western version is the literary use of common phobias. Lovecraft uses actual superstition (i. e., fear of things that are wholly imaginary) in his fiction, as well as “‘useful’ or ‘adaptive’ superstition, which contains a core of truth.” (Geeraert, 2010, p. 27) The phobias used with the literary objective of stirring emotions in readers include fears related to animals (spiders, dogs, insects, bats); fears related to the natural environment (caves, loud noises, storms, darkness); fears related to man-made environments (decaying settings, haunted houses, castles); fears related to blood, injury, or medical issues (broken bones, falls, personality disorders); and fears related to the supernatural (ghosts, vampires, zombies, curses, prophecies). In “The Rats in the Walls” Lovecraft goes on to tackle a bundle of these primal fears. The next sections cover two of these: the fear of rats and the fear of darkness, respectively.

### **‘Of Mice and Men’: Why We Fear Rats**

Phobia is a kind of psychological condition which is triggered when a person feels grave danger from a specific situation or an object (Jeremitsky et al., 2005). When triggered, the individual feels a sudden wave of anxiety which, in turn, triggers stress or

fear response. Some scholars claim that phobia is a conditioned response developed over time as a result of specific childhood incident or stories (Alvi, Qadir & Ali, 2019).

Popular culture also influences phobias in many ways, including “acquisition of fear, prevalence rates, the types of common phobias, and treatment-seeking behaviour.” (Milosevic & McCabe, 2015, p. 318) In fact, phobias can be acquired via multiple means, for example, through “a direct traumatic experience (e.g. being bitten by a mouse), observation of another person’s fear in response to a mouse (a parent jumping on a chair when startled by a mouse), and/or being exposed to negative information about mice or other rodents (e.g. they spread disease).” (Milosevic & McCabe, 2015, p. 229-230)

Throughout history, the fear of mice and rats, *musophobia* (also called *murophobia* and *suriphobia*) has been associated with the spread of certain deadly diseases by rodents. Unsurprisingly, the bubonic plague that wiped out half of Europe’s population in the middle-ages was carried through by fleas on rats. For this reason, some researchers have proposed that *musophobia* may be predominantly rooted in disease-avoidance rather than predator-defense concerns (Matchett & Davey, 1991).

Phobias not only affect the mental behaviour of an individual, but also their social manners of conduct. It is usually classified in three kinds: social phobia, agoraphobia, and specific phobia. The fear of mice falls under the latter. Although the traditional description of *musophobia* involves an excessive and irrational fear of mice, once understood, one can notice that perhaps this fear bears rational explanation. Individuals with this phobia generally fear other rodents such as rats and hamsters. It is one of the most common phobias along with fear of serpents and arachnids (Milosevic & McCabe, 2015). Statistically, it is more prevalent in females and children, rather than males (Kraft, 2010).

From a neurological point of view, when an individual with *musophobia* encounters a rat, the insular cortex of the brain processes the event as an intense situation, and the amygdala initiates a hormonal signal that prepares them for a defensive response (Straube et al., 2005).

Understanding that humans are larger and stronger than rats, studies which seek to explain the mechanism behind the causal relationships have shown that fear-relevant physiological response arises after quick, unconscious, or pre-attentive stimulus analysis, that is, as a rapid approach-avoidance response (Mennella, Vilarem & Grèzes, 2020)

From a purely evolutionary standpoint, *musophobia* seems to have risen from “phylogenetic mechanisms which favor old over new evolutionary dangers and affect the

rules of aversive learning which govern the acquisition of fear.” (Marks & Tobena, 1990, p. 365). Similarly, from a functional-evolutionary perspective, the fear of rats stem from the context of encounters between animals (of various sizes) and humans in which the former threatens the latter. In other words, the fear of rats originates as a “predatory defense system whose function is to allow animals to avoid and escape predators” (Ohman, 1986, p. 123).

Nowadays it is known that many common specific phobias have evolutionary basis, akin to other anxiety disorders. Incidentally, being afraid of poisonous snakes and of carnivorous predators have surely saved many lives throughout history.

Sometimes phobias are portrayed in popular culture as involving a humorous response. Comical depictions often involve an exaggerated fear response to a seemingly innocuous object, for example, “a large, muscular man appearing to be extremely afraid of a small creature, such as a mouse” (Milosevic & McCabe, 2015, p. 319). Such response would seem to fall outside the stereotypical definition of masculinity, and that may be humorous to some. Modern medicine and psychology – and common sense – view this type of depiction as harmful, as it may discourage the distressed individual from seeking treatment. From a clinical perspective, any type of phobia, if left unchecked, can become dangerous for the individual, however “treatment [...] involves progressive relaxation, systematic desensitisation, medication, virtual reality and hypnotherapy.” (Alvi, Qadir & Ali, 2019, p. 2)

In conclusion, rats in popular imagination are deeply potent animals. They are not only harbingers of the Black Death, but they also represent disease and dying. In the Gothic lore, this link to such fundamentally medieval disease makes them repositories of the past (much the same way they scurried across people’s feet and spread illness in the so-called dark ages, they still can). Rats feature heavily in Bram Stoker’s *Dracula*, as can be seen in the popular quote: ‘Rats, rats, rats! Hundreds, thousands, millions of them, and every one a life.’ Rats also feature in some of Stoker’s short stories such as “The Judge’s House” (1891) and “The Burial of Rats” (1914). In these two stories Stoker used rats as surrogate for haunting, in tandem with decaying nature, and these examples go to show how these constantly present, unlikeable, often unseen urban pests, remain powerful vehicles for delivering horror (Crofts & Hatter, 2019).

Rats, however, are not the sole source of fear Lovecraft cunningly evokes with his literature. There is also this strange pervasive qualm called nyctophobia.

### **‘Hankering, Gross, Mystical, Nude’: Fear of the Dark**

Even though God tells Jonah, in the Old Testament, to get up and go to Nineveh, Jonah traces the opposite path, heading away from where God had told him to go. His journey can be traced in a downward line in a 2D graphic representation. Jonah begins by getting down from his bed, and getting out of his house downhill towards Jafo, and then down to the docks in the port, and down into a boat, and down into its bilge (the boat’s basement) only to get eaten by a big fish and getting further down the water inside the creature’s maw in an aphotic environment (where there is nothing but darkness).

Much as Jonah from the Bible, almost every character in “The Rats in the Walls” traces a similar downward line in 2D graphic terms. The protagonist, of course, goes down the stone steps of Exham Priory, as he himself describes: “As I descended the stairs myself, I became suddenly aware of sounds in the great room below; sounds of a nature which could not be mistaken.” (p. 28). After waking up from one of his nightmares, Delapore hears the scuffling of rats, and he follows the descending noise of the rats and discovers a vault even lower than the house’s lowest chamber. His cat also darts ahead and into the ancient flight of steps. And the rats, too: “These creatures, in numbers apparently inexhaustible, were engaged in one stupendous migration from inconceivable heights to some depth conceivably or inconceivably below.” (p. 28) Even the servants do not escape the same path, as Delapore notes: “two servants pushed open the massive door. They were searching the house for some unknown source of disturbance which had thrown all the cats into a snarling panic and caused them to plunge precipitately down several flights of stairs and squat, yowling, before the closed door to the sub-cellar.” (p. 28) Delapore goes further down with the two men; as he describes: “I went down to the door of the sub-cellar, but found the cats already dispersed. Later I resolved to explore the crypt below” (p. 28) Even in his dreams Delapore sees a grotto far down from an immense height, and even rats rain down on this (half-oneiric, half-real) abyss.

And what does he find there? More darkness. Underground the sunlight does not penetrate, and humans (and most other animals) fear what they cannot see. The lack of any kind of visual stimuli increases anxiety, uncertainty, and tension in people (Grillon et al., 1997). In the Jewish-Christian mythology (and in both oral storytelling and written literature that sprung directly or indirectly from it) Heaven is supposed to be somewhere

up, and Hell is supposed to be somewhere down. Tales in popular culture are brimming with examples of whatever is 'down' (or coming from underneath, from the depths) being likened to evil. And what is evil, generally causes fear.

The impact of folk tales and stories are not to be underestimated, for they play an important role in the development of people. Although children are more susceptible to this kind of fear (darkness, superstitious evil), it is, nevertheless, a basic emotion that can be experienced in all developmental stages (Bhugra, 2006). The idea that storytelling can lead to the formation of a collective unconsciousness can help to explain how different fears are perceived all over the world (Bhugra, 2006). Studies demonstrate that ethnic and cultural differences pose different effects on specific fears and, naturally, not all people express fear the same way (Meltzer et al., 2008).

When humans die, they are buried underground (in most cultures) – six feet under, as is the case stated in “Orders conceived and published by the Lord Major and aldermen of the city of London, concerning the infection of the plague”, published in 1665. This 16-page document lays out a long list of restrictions on how people are to travel and behave during the plague. It also details how burials of the dead are to be carried out, whether before sunrise or after sunset, and most notably, it contains the key sentence “that all the Graves shall be at least six foot deep” (London, [1665] 2011, p. 10). In consequence, fear of death is strongly associated with fear of darkness and, in turn, of night (when, much as in the grave, there is no light). Fear of the dark receives the scientific name of Nyctophobia.

Nyctophobia is more common in children and is considered a normal response during natural development. Most of the time, this fear is short-lived, but in some cases it can be problematic. It can persist throughout development and strengthen in magnitude (King et al., 2005). These fears are developed in specific points of child development due to environmental factors, and they may not necessarily be rational or realistic. Older children, on the other hand, tend to have more realistic fears (Meltzer et al., 2008) According to Levos and Zachilli “it may be that the unrealistic fear of the dark that is seen in children might have transformed into a more realistic fear of the dark in adults. Adults may be afraid of the dark on the basis that it could put them at a higher risk for victimisation.” (2015, p. 103)

Nasar and Jones (1997) examine how aspects of concealment, hiding places, and dark spots influence how people view fear of crime at nighttime. They speculate that fear

of victimisation generally causes people to be less likely to participate in activities that take place in the evening when it is dark, because simply the idea of what may happen at night induces higher levels of anxiety in those individuals. Furthermore, some individuals believe that, even if they are afraid when no danger is present, their reactions may save them if there is ever a situation where a threat exists (Stephen King has told many times that as an adult, he knows that no supernatural hand will come out from under the bed to pull his feet at night, nevertheless, he always sleeps with his feet covered). The researchers found that participants feel a decreased sense of safety when there are numerous places for other people to hide in the dark. For these individuals, an approaching stranger can produce different levels of fear in dim or ill-lit contexts. Interestingly, they found out that it is not even necessary for the individual to make eye-contact or to see a silhouette of the stranger, because simply the acknowledgement that there may be a stranger there is enough to induce fear (Nasar & Jones, 1997).

Devereux (2009) proposes that human's tendency to fear darkness is neuroanatomically and neurophysiologically determined. Peculiarities in humans' night-vision make them diurnal creatures. Our night-vision is distinctly inferior from that of other animals, such as tarsiers, cats, and deer. Thus, our species' activity, whether we are:

prehistoric or primitive hunters or a member of some contemporary industrial society, calls for an amount of nocturnal activity which is probably greater than the nocturnal activity of any other essentially diurnal species, whose night-vision is equally inadequate for that purpose. Since, biologically speaking, darkness is not the normal setting for human activity, it is self-evident that the necessity to perform various activities in the dark imposes a considerable strain upon man, especially since the primacy of vision over the other senses is particularly conspicuous in the human species" (Devereux, 2009, p. 88).

Eventually, Jonah was let off easy, with only a rebuke from God. The rest must live with their biological inadequacies imposed by the laws of physics. Each individual with its own relationship with irrational fear. If fear of the dark (as many others) warns of unsavoury dangers and saves lives, what is to be said about readers of Gothic fiction who relish in rats and darkness and seek them as forms of amusement and catharsis? With no amount of irony, let us just hope readers get what they wish for.

## Final Considerations

One can say with a tremendous amount of certainty that Lovecraft finds success in his exploitation of both rational and irrational fears in his literature. The culture of consuming fear is paramount in this success. Lovecraft summarises this notion in the opening paragraph of his seminal 'Supernatural Horror in Literature' claiming that: "the oldest and strongest emotion of mankind is fear, and the oldest and strongest kind of fear is fear of the unknown. These facts few psychologists will dispute, and their admitted truth must establish for all time the genuineness and dignity of the weirdly horrible tale as a literary form." (2013 [1927], p. 4)

If writers of Gothic literature indeed reflect in their works the concerns and fears of the times in which they are created (Oakes, 2000) then "The Rats in the Walls" indeed epitomises the fictional use of some of these fears. First, Lovecraft uses rats as literary device to startle and destabilise readers. Moreover, the use of rats to tackle readers' latent fears also seems to subsume Lovecraft's assessment of Gothic quality in his fictional rhetoric. Consistently, "rats are inherently Gothic animals; uncannily intelligent, cannibalistic, constantly present, often unseen but constantly watching. As a single entity, or as part of a pack, the rat is a powerful vehicle for delivering horror in the popular Gothic imagination." (Hatter & Crofts, 2020, p. 1)

Secondly, he draws a downward line with his characters that lead them all underground to the pith of the unknown, where darkness lies: "tracing a path of reversed evolution, Delapore's descent through his house renders by way of physical movement the horrors that Lovecraft has in store." (Avery, 2019, p. 48)

Readers plunge voluntarily in Gothic literature delighting in the stirring of feelings it brings, for much the same reasons people decide to go on rollercoaster rides. Fear with the underlying knowledge of safety can be quite pleasurable – for some. All in all, it boils down to the gratification which stems from fear, and "The Rats in the Walls" is spot on on the exploration of this emotion.

## References

Alvi, G. B., Qadir, M. I., Ali, B. (2009). Assessment of inter-connection between suriphobia and individual's blood glucose level: A questionnaire centred project. *Journal of Clinical & Experimental Immunology*, 4(1), 1-4.

Avery, K. (2019). *(In)human anatomies: constructions of whiteness and otherness in the fiction of H.P. Lovecraft*, [Undergraduate honours thesis, unpublished]. The College of William & Mary.

Bhugra, D. (2006). Outfoxing fear: Folktales from around the world (Book review). *International Review of Psychiatry*, 18, 315.

London, Honourable City of. (2011). *Orders conceived and published by the Lord Major and aldermen of the city of London, concerning the infection of the plague* (printed by James Flesher) The Lord Mayor's Office. 1665. <https://quod.lib.umich.edu/e/eebo/A53403>

Crofts, M. & Hatter, J. (2019, November) *Gothic rats: The nature of gothic vermin*. <https://libcal.hull.ac.uk/event/3400219>

Devereux, G. (2009). A note on nyctophobia and peripheral vision [1949]. *Bulletin of the Menninger Clinic*, 13(3), 83.

Geeraert, D. (2010). *Spectres of Darwin: H. P. Lovecraft's nihilistic parody of religion*, [Master's thesis, unpublished]. University of Manitoba.

Grillon, C., Pellowski, M., Merikangas, K. R. & Davis, M. (1997). Darkness facilitates the acoustic startle reflex in humans. *Society of Biological Psychiatry*, 42, 453-460.

Hughes, W. (2013). *Historical dictionary of gothic literature*. Scarecrow Press.

Hatter, J. & Crofts, M. (2020). "Rats is bogies I tell you, and bogies is rats": Rats, repression and the gothic mode (Abstract). *Academia*.

Jamneck, L. & Joshi, S. T. (2017). *Gothic Lovecraft*. Crossroad Press.

Jeremitsky, E., Omert, L. A., Dunham, C. M., Wilberger, J. & Rodriguez, A. (2005). The impact of hyperglycaemia on patients with severe brain injury. *Journal of Trauma and Acute Care Surgery*, 58, 47-50.

Kingsbury, C. M. (2002). *The peculiar sanity of war: Hysteria in the literature of world war I*. Texas Tech University Press.

Kraft, D. (2010). Use of in vivo and in vitro desensitisation in the treatment of mouse phobia: review and case study. *Contemporary Hypnosis*, 27(2), 184-194.

Leese, P. (2002). *Shell shock: Traumatic neurosis and the British soldiers of the first world war*. Palgrave MacMillan.

Levos, J. & Zacchilli, T. L. (2015). Nyctophobia: From imagined to realistic fears of the dark. *Psi Chi Journal of Psychological Research*, 20(2), 102-110.

Lovecraft, H. P. (1924, March). The rats in the walls. In F. Wright (Ed.). *Weird Tales*, 3(3), 25-31, <https://archive.org/details/WeirdTalesV03n03192403/page/n25/mode/2up>

Lovecraft, H. P. (2013). *Supernatural horror in literature* [1927]. Wermod & Wermod Publishing Group.

Marks, I. & Tobena, A. (1990). Learning and unlearning fear: A clinical and evolutionary perspective. *Neuroscience & Biobehavioral Reviews*, 14(4), 365-384.

Matchett, G. & Davey, G. (1991). A test of a disease-avoidance model of animal phobias. *Behaviour Research and Therapy*, 29, 91-94.

Mennella, R., Vilarem, E. & Grèzes, J. (2020). Rapid approach-avoidance responses to emotional displays reflect value-based decisions: Neural evidence from an EEG study. *NeuroImage*. <https://doi.org/10.1016/j.neuroimage.2020.117253>

Milosevic, I. & McCabe, R. (2015). *Phobias: The psychology of irrational fear*. ABC-Clio.

Nasar, J. & Jones, K. M. (1997). Landscapes of fear and stress. *Environment and Behavior*, 29, 291-323.

Oakes, D. (2000). *Science and destabilisation in the modern American gothic: Lovecraft, Matheson, and King*. Greenwood Press.

Straube, T., Mentzel, H. J. & Miltner, W. H. (2005). Common and distinct brain activation to threat and safety signals in social phobia. *Neuropsychobiology*, 52, 163-168.

Tuzkov, S. (2014). The gothic tradition in Howard Lovecraft's creative activity. *Pitanná Literaturoznavstva*, 89, 62-70.

Waller, J. C. (2002). 'The illusion of an explanation': the concept of hereditary disease, 1770–1870. *Journal of the History of Medicine and Allied Sciences*, 57(4), 410-448.